



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA



SHIMÊNIA VIEIRA DE OLIVEIRA CRUZ

**A adoção e o desejo não anônimo na psicanálise em meio às vicissitudes
do sintoma da criança na estrutura familiar**

Salvador
2017

SHIMÊNIA VIEIRA DE OLIVEIRA CRUZ

**A adoção e o desejo não anônimo na psicanálise em meio às vicissitudes
do sintoma da criança na estrutura familiar**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor do curso de Doutorado em Psicologia.

Área de concentração: Transições Desenvolvimentais e Processos Educacionais

Orientadora:
Prof^a Dr^a. Andréa Hortélio Fernandes

Salvador
2017

Modelo de ficha catalográfica fornecido pelo Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA para ser confeccionada pelo autor

C957 Cruz, Shimênia Vieira de Oliveira
A adoção e o desejo não anônimo na psicanálise em meio às vicissitudes do sintoma da criança na estrutura familiar / Shimênia Vieira de Oliveira Cruz. -- Salvador, 2017.
160 f.

Orientadora: Andréa Hortélio Fernandes.
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia) -- Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia, 2017.

1. Sintoma. 2. Desejo. 3. Gozo. 4. Família. 5. Adoção. I. Fernandes, Andréa Hortélio. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
Instituto de Psicologia - IPS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI
MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO



TERMO DE APROVAÇÃO

**"A ADOÇÃO E O DESEJO NÃO ANÔNIMO NA PSICANÁLISE EM MEIO ÀS
VICISSITUDES DO SINTOMA DA CRIANÇA NA ESTRUTURA FAMILIAR"**

Shimêna Vieira do Oliveira Cruz

BANCA EXAMINADORA:

Andréa Hortélio Fernandes

Prof.ª Dr.ª Andréa Hortélio Fernandes (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Alba Riva Brito de Almeida

Prof.ª Dr.ª Alba Riva Brito de Almeida
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Cristiano de Oliveira Santos

Prof.ª Dr.ª Cristiano de Oliveira Santos
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Larissa Soares Ornellas Farias

Prof.ª Dr.ª Larissa Soares Ornellas Farias
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Gláucia Jamile dos Santos Jucá

Prof.ª Dr.ª Gláucia Jamile dos Santos Jucá
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Salvador, 10 de março de 2017.

*A Arthur Ricardo, meu filho, pelas descobertas
incessantes e intensas que me tornam mãe e
a Ricardo Bruno, meu esposo, pela
oportunidade de novos posicionamentos
frente ao meu próprio desejo que me tornam
sua mulher.*

Agradecimentos

Um longo tempo de trabalho, entre idas e vindas, muitas vezes solitárias, mas não isoladas, estive sempre em encontros e (des) encontros que se tornaram profícuos em minha caminhada de diversas formas e agora ecoam na forma de singelos agradecimentos.

Inicialmente, agradeço à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Andréa Hortélio Fernandes, pelo acolhimento, pelas pontuações preciosas, pela calma e generosidade e, especialmente, pela aposta em mim e neste trabalho que me conduziram sabiamente às questões que eu desejava abordar.

Às crianças referenciadas nesta pesquisa e extensivo agradecimento e respeito a todos os meus pacientes que sempre apontam algo do que é necessário que eu aprenda a cada dia, do modo único de cada um.

À Prof^a. Dr^a. Cristiane Oliveira pelas contribuições precisas e pela leitura cuidadosa que auxiliaram na construção deste trabalho, especialmente no Exame de Qualificação e agora na composição de minha banca de defesa.

À Prof^a. Dr^a. Alba Riva pelos comentários enriquecedores, atentos e generosos no Exame de Qualificação e por aceitar compor minha banca de defesa da tese.

À Prof^a. Dr^a. Virgínia Dazzani pela leitura criteriosa e atenta, bem como as sugestões pertinentes a este trabalho quando do Seminário de Qualificação.

Às professoras: Dr^a. Vlândia Jucá e Dr^a. Larissa Ornellas pelo aceite em participar de minha banca de defesa da tese.

A todos os docentes do POSPSI, especialmente à Prof^a. Marilena Ristum, Denise Coutinho, Cecília Bastos, Igor Menezes, Virgílio Bastos, Ilka Bichara,

Neander Abreu e Sônia Gondim pela paciência, acolhida e transmissão do conhecimento.

À equipe do POSPSI, particularmente, Aline, Isac, Ivana, Henrique e Viviane pela disponibilidade e atenção.

À FAPESB pelo apoio, financiamento e credibilidade depositados nesta pesquisa.

Aos colegas de caminhada na academia pela possibilidade do diálogo e de compartilhar os momentos no percurso tornando-o mais leve: Ana Flávia, Romina, Cynara Novaes, Verônica, Sheyla, Geraldo, Vera Edington, Ana Laura, Carla, Fábio Nieto, Rita de Cássia, Sueli, Ramon e Saulo, nas idas e vindas compartilhadas nos percursos de viagem; Cynara Teixeira, pela ajuda fundamental na burocracia das bolsas de estudo; e àquelas, em particular, que, além de colegas, ocupam hoje um lugar especial em meu coração, Ila Nunes, Cláudia Saldanha e Bárbara Andrade pela amizade rica e um encontro muito belo nesta caminhada da vida e Camila Fonteles pelo reencontro alegre e especial desde os tempos da graduação em Fortaleza.

A Arthur Ricardo, meu filho querido, pela aventura de me tornar mãe, em meio ao doutorado, uma doce surpresa e um amável encontro.

A Ricardo Bruno, meu esposo amado, pelo grande apoio, incentivo e afeto, por superar comigo os impasses mais difíceis, além do suporte nos momentos em que precisei me ausentar e em toda a logística do processo, que somente seu traço objetivo, conciso e prático poderiam me ajudar nisso.

A meus pais, Antônio e Vilma, que sempre acreditaram em meu potencial e me deram asas para voar; às queridas irmãs Isabela e Vívian pela cumplicidade infinita e parceria inigualável nas veredas da vida.

À Lia Viana e Patrícia Viana pelo acolhimento, pelas partilhas, e em especial, por terem aberto as portas de suas casas e de seus corações para me receber.

À Gabriela, Yasmin, Thaisy, Larissa e Diana, companheiras de apartamento, dividindo de tudo um pouco da vida, das angústias, das conquistas, das alegrias, do cotidiano, às vezes tórrido, às vezes suave, mas que somente a convivência e a partilha diárias nos possibilitam experienciar com tal profundidade.

À minha analista, Angélica Teixeira, pela disponibilidade, pela escuta atenta e pontuações preci(o)sas que fazem reverberar em mim a coragem para falar.

Ao Campo Psicanalítico pela oportunidade de apresentar uma parte de meu trabalho com as contribuições generosas de seus membros.

A Sônia Magalhães um agradecimento especial pelas indicações de leitura e pela ajuda em tornar mais leve o encontro com “A criança em nós”.

Aos meus alunos por me ensinarem como se aprende!

*Ode Marítima*¹

[...]

Soa no acaso do rio um apito, só um.
Treme já todo o chão do meu psiquismo.
Acelera-se cada vez mais o volante dentro de mim.

[...]

Parte-se em mim qualquer coisa. O vermelho anoiteceu.
Senti demais para poder continuar a sentir.
Esgotou-se-me a alma, ficou só um eco dentro de mim.
Decresce sensivelmente a velocidade do volante.
Tiram-me um pouco as mãos dos olhos os meus sonhos.
Dentro de mim há um só vácuo, um deserto, um mar nocturno.
E logo que sinto que, há um mar nocturno dentro de mim,
Sabe dos longes dele, nasce do seu silêncio,
Outra vez, outra vez o vasto grito antiquíssimo.
De repente, como um relâmpago de som, que não faz barulho mas ternura,
Subitamente abrangendo todo o horizonte marítimo
Húmido e sombrio marulho humano nocturno,
Voz de sereia longínqua chorando, chamando,
Vem do fundo do Longe, do fundo do Mar, da alma dos Abismos,
E à tona dele, como algas, bóiam meus sonhos desfeitos...

Ahó-ó-ó-ó-ó-ó-ó-ó-ó - yy...

Schooner ahó-ó-ó-ó-ó-ó-ó-ó-ó-ó - yy.....

Ah, o orvalho sobre a minha excitação!
o frescor nocturno no meu oceano interior!
Eis tudo em mim de repente ante uma noite no mar
Cheia de enorme mistério humaníssimo das ondas nocturnas.

A lua sobe no horizonte
E a minha infância feliz acorda, como uma lágrima, em mim.
O meu passado ressurge, como se esse grito marítimo
Fosse um aroma, uma voz, o eco duma canção
Que fosse chamar ao meu passado
Por aquela felicidade que nunca mais tornarei a ter.

[...]

Lembro-me de Deus, do Transcendental da vida, e de repente
A velha voz do marinheiro inglês Jim Barnes com quem eu falava,
Tornada voz das ternuras misteriosas dentro de mim, das pequenas coisas de regaço de mãe e de fita de cabelo de
irmã,

¹ Trechos do poema *Ode Marítima*, de Álvaro de Campos, heterônimo de Fernando Pessoa. Poesias de Álvaro de Campos. Fernando Pessoa. Lisboa: Ática, 1944 (imp. 1993). - 162. 1ª publ. in Orpheu, nº2. Lisboa: Abr.-Jun. 1915. Recuperado a partir de: <http://arquivopessoa.net/textos/135>.

*Mas estupidamente vinda de além da aparência das coisas,
A Voz surda e remota tornada A Voz Absoluta, a Voz Sem Boca,
Vinda de sobre e de dentro da solidão nocturna dos mares,
Chama por mim, chama por mim, chama por mim...
Vem surdamente, como se fosse suprimida e se ouvisse,
Longinquamente, como se estivesse soando noutra lugar e aqui não se pudesse ouvir,
Como um soluço abafado, uma luz que se apaga, um hálito silencioso,
De nenhum lado do espaço, de nenhum local no tempo,
O grito eterno e nocturno, o sopro fundo e confuso.
Ahô-ô-ô-ô-ô-ô-ô-ô-ô-ô - yyy
Ahô-ô-ô-ô-ô-ô-ô-ô-ô-ô - - yyy.....
Schooner ah-ô-ô-ô-ô-ô-ô-ô-ô-ô-ô-ô-ô - - yy.....
[...]
Passa, lento vapor, passa e não fiques...
Passa de mim, passa da minha vista,
Vai-te de dentro do meu coração.
Perde-te no Longe, no Longe, bruma de Deus,
Perde-te, segue o teu destino e deixa-me...*

CRUZ, Shimênia Vieira de Oliveira (2017). **A adoção e o desejo não anônimo na psicanálise em meio às vicissitudes do sintoma da criança na estrutura familiar**. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia-Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Resumo

A presente pesquisa se propõe a investigar sobre a questão do mal-estar na família e do sintoma da criança na estrutura familiar. Considera as contribuições que a teoria psicanalítica, especificamente, os constructos teóricos preconizados por Freud e Lacan oferecem para enriquecer as discussões sobre a constituição subjetiva alicerçada a partir da família. Tal conceito pressupõe, em psicanálise, a noção de um efeito que se opera a partir da junção de dois seres falantes, inscritos na linguagem, e que darão origem à sua linhagem. A pesquisa almeja abordar as vicissitudes implicadas na demanda do sujeito que chega à clínica e que traz consigo os desafios que a família tem enfrentado sobre como formar sujeitos e, não apenas, gerar filhos. O tema da adoção problematiza a posição de uma criança que se interroga sobre o desejo do Outro, apontando para um desejo que não seja anônimo. A relevância do estudo está atrelada à possibilidade de contribuir no diálogo com outras disciplinas como as áreas jurídica e social na temática da adoção, bem como pensar a relação entre o sintoma e o desejo não anônimo, circunscritos na constituição subjetiva. O objetivo geral é analisar a função do sintoma da criança na estrutura familiar, intrínseca ao mal-estar na família, no tocante à constituição subjetiva. Já os objetivos específicos pretendem: examinar a noção de família, para a psicanálise, articulada com a função de constituir sujeitos; identificar, nos processos de alienação e separação, como se dá a adoção, no campo subjetivo; analisar a função do desejo não anônimo na constituição subjetiva de uma criança; examinar como o sintoma apresentado pela criança pode vir a denunciar algo do mal-estar próprio à estrutura familiar. Foi utilizado o método de construção de caso clínico. Foram trabalhados na pesquisa recortes de dois casos: o primeiro, que demarca como surgiu a problemática da pesquisa; o segundo, por tratar do desejo não anônimo no âmbito da família e suas ingerências na constituição subjetiva da criança, foi utilizado para a aplicação do método de construção do caso. O caso clínico foi selecionado de minha experiência clínica e já foi finalizado. Ele aponta que o sintoma da criança remete ao desejo não anônimo quando relacionamos que o mal-estar na família está ligado ao fato de nascermos de um mal-entendido do desejo de dois seres falantes. Nascermos mal-entendidos, visto que somos fruto de uma operação de linguagem na qual a palavra não comunica a verdade toda do ser, há algo da ordem do indizível, diante do impossível da relação sexual que se perpetua.

Palavras-chave: sintoma, desejo, gozo, criança, família, adoção.

CRUZ, Shimênia Vieira de Oliveira (2017). **Adoption and non-anonymous desire in psychoanalysis amid the vicissitudes of the child's symptom in the family structure.** Thesis (Doctorate). Institute of Psychology-Graduate Program in Psychology. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Abstract

The present research aims to investigate the issue of malaise in the family and the child's symptom in the family structure. It considers the contributions that psychoanalytic theory (specifically, the theoretical constructs advocated by Freud and Lacan) offer to enrich the discussions about the subjective constitution based on the family. This concept presupposes, in psychoanalysis, the notion of an effect that operates from the junction of two speaking beings, inscribed in the language, and that will give origin to its lineage. The research aims to address the vicissitudes implied in the demand of the subject that reaches the clinic and that brings with it the challenges that the family has faced that is to form subjects and not only, to generate children. The subject of adoption problematizes the position of a child who wonders about the Other's desire, pointing to a desire that is not anonymous. The relevance of the study is linked to the possibility of contributing to the dialogue with other disciplines such as the legal and social area in the adoption theme, as well as to think about the relation between the symptom and the non-anonymous desire, circumscribed in the subjective constitution. The general objective is to analyze the function of the child's symptom in the family structure, intrinsic to the malaise in the family, regarding the subjective constitution. The specific objectives are: to examine the notion of family for psychoanalysis articulated with the function of constituting subjects beyond the function of generating children; To identify in the processes of alienation and separation as the adoption occurs, in the subjective field; Analyzing the function of non-anonymous desire in the subjective constitution of a child; Examine how the symptom presented by the child may denounce something of the malaise proper to the family structure. The clinical case construction method was used. Two pieces of research were done in the research: the first one, which describes how the research problem arose; The second, because it deals with the non-anonymous desire within the family and its interferences in the subjective constitution of the child, was used for the application of the method of construction of the case. The clinical case was selected from my clinical experience and already completed. He points out that the child's symptom refers to non-anonymous desire when we relate that malaise in the family is linked to the fact that we are born of a misunderstanding of the desire of two speaking beings. We are born misunderstandings, since we are the result of an operation of language in which the word does not communicate the whole truth of the being, there is something of the order of the unspeakable, before the impossible of the sexual relation that is perpetuated.

Keywords: symptom, desire, enjoyment, child, family, adoption.

Lista de Ilustrações

Ilustração 1	48
Ilustração 2	99
Ilustração 3	100
Ilustração 4	101
Ilustração 5	102
Ilustração 6	111
Ilustração 7	119
Ilustração 8	124
Ilustração 9	133
Ilustração 10	144
Ilustração 11	144

Lista de Siglas e Abreviaturas

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

Sumário

Introdução	15
1 O Percurso do Método: o Encontro com a Psicanálise	28
1.1 Caso clínico: uma construção sobre o sujeito do inconsciente	29
2 A criança	35
2.1 Nossa “velha infância”	36
2.2 “Sinto-mar”: a criança sintoma e o sintoma da criança	44
2.2.1 “No grito”: o que tenta um sujeito falar?	50
3 Família	57
3.1 A família enquanto instituição	67
3.1.2 Adoção: via de perfilhar	70
3.2 A família para a psicanálise: o mal-estar estruturante	76
3.2.1 O pai para a psicanálise: um(a) versão do sintoma	91
4 Entre o ver e o olhar: que lugar para o sujeito?	107
4.1 Estádio do espelho	112
4.2 Ideal do eu e Eu-ideal	114
4.3 Esquemas ópticos	122
5 E.: entre o gozo feminino e a devastação de uma mulher	125
5.1 A menina no complexo de Édipo: uma mulher possível	128
6 Considerações finais: a marca de um desejo não anônimo (DNA)	139
7 Referências	146
Anexos	154

Introdução

A presente pesquisa é oriunda de minha trajetória investigativa na temática do abandono, da adoção e da devolução de crianças por uma família. O percurso que caracteriza meu estudo, que ora culmina nesta proposta de pesquisa, perpassou inicialmente um viés institucionalizado por estar direcionado às práticas em abrigos, juizados da infância e juventude e conselhos tutelares. Dessa forma, estava bastante arraigada aos aspectos sociais e jurídicos que eram empreendidos na dinâmica da adoção.

Disso, resultou a construção de um trabalho de conclusão de curso de graduação no qual a questão central era o abrigamento, entendido como o acolhimento institucional de crianças abandonadas à espera de adoção e o modo como elas vivenciavam suas relações afetivas na instituição, embasado pela vertente teórica da fenomenologia existencial. Posteriormente, no mestrado, o trabalho se desenvolveu ainda na perspectiva de um exame das práticas institucionais voltadas para a adoção, no qual abordei o âmbito dos juizados, dos abrigos e da clínica, porém, já nesta ocasião, a fundamentação teórica utilizada foi a psicanálise. A dissertação teve por título: "Devolução de crianças, uma configuração: entre a fantasia da adoção e a vinculação fraturada" (Oliveira, 2010) na qual trabalhei o caso de uma criança (Íris) que foi adotada, posteriormente devolvida e finalmente adotada por um casal estrangeiro.

A experiência com Íris é citada a título de ilustração e problematização da temática abordada neste trabalho, visto que foi introduzida em minha dissertação de mestrado. Ela não foi acompanhada em análise e a pesquisa se deu a partir de um viés qualitativo nas áreas psicológica e social, apesar da abordagem de alguns conceitos teóricos em psicanálise. Foi um caso de adoção e de devolução de uma criança. A especificidade de Íris está em toda a lógica pela qual se deu seu processo de adoção. Fiz a escolha pelo nome Íris por perceber como esse significante marcou a vida desta criança, fazendo referência à íris do olho, objeto este que pontua a relação de Íris com o outro, sendo a cor de seus olhos um artifício que desperta um "apaixonamento".

Era uma criança com seis anos de idade, à época, que foi abandonada pelos pais biológicos juntamente com mais cinco irmãos, passou por dois abrigos e despertou um "apaixonamento" em sua primeira mãe adotiva, que quis levá-la para casa tão logo a conheceu. Após nove meses de convívio, residindo com o casal, ainda sob a guarda provisória, Íris foi devolvida. Sua marca eram seus belos olhos verdes, que não a deixavam passar incólume e, inclusive, foi o que, segundo a mãe adotiva, capturou-a. Os olhos verdes de Íris são lembrados por todos que estiveram com ela em algum momento. Após a devolução, aproximadamente seis meses, Íris foi adotada definitivamente por uma família italiana.

Especificamente, no tocante ao engodo do imaginário, Íris problematiza uma questão muito contundente nos processos de adoção em geral, a saber: a idealização inerente aos processos psíquicos subjetivantes e identificatórios advindos das operações na dimensão narcísica do eu, bem como da alienação ao desejo do Outro nos primórdios da constituição subjetiva.

Diante dos estudos e da prática de trabalho desenvolvidos até então, algo na clínica começava a emergir no sentido de suscitar questões que iam além do âmbito institucional e que remetiam a um cuidado e a uma necessidade de espaço de escuta da demanda subjetiva que envolvia a criança e a família em casos de adoção. Na experiência de trabalho em um CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), que acolhe crianças e famílias em situação de risco e vulnerabilidade, deparei-me com muitas mães que queriam dar seus filhos para adoção e outras que queriam adotar. A maioria delas demandava falar de uma angústia que vivenciavam no cuidado com os filhos, porém, muitas vezes, devido à lógica e aos objetivos institucionais, não havia tempo de se construir um espaço de escuta para essas falas e, sim, a prontidão para acelerar os processos de adoção, ou de outras medidas cabíveis para a resolutividade dos casos focada majoritariamente no âmbito da assistência social.

Seguindo nesse caminho e consolidando minha experiência na clínica fundamentada pela teoria da psicanálise, considerei ser possível, no doutorado, perseverar no interesse de continuar a investigar a questão da adoção, tomando como premissa que a família é imprescindível na constituição de um

sujeito, como preconiza a psicanálise lacaniana. É importante salientar que, no decorrer do trabalho, tratarei dos aspectos que circunscrevem a questão da família, para a psicanálise, em uma ótica e em uma ética muito específicas conceitualmente, o que a difere dos conceitos correntemente utilizados em psicologia e em outros campos de saber.

Desse modo, também se reconfigura e se reafirma minha escolha por não explorar esta pesquisa no âmbito institucional, como inicialmente havia cogitado, por exemplo, em um abrigo de crianças. Havia limitações referentes ao tempo, ao espaço e à conjuntura institucional que poderiam colocar em risco a genuinidade desta como uma pesquisa clínica em psicanálise, que se refere, acima de tudo, ao sujeito do inconsciente. A pesquisa em psicanálise, tal qual o tratamento psicanalítico, lida com a realidade psíquica, cuja lógica não é objetiva, com tempo, espaço e questões predeterminadas, mas com uma lógica subjetiva em que o inconsciente possa emergir a partir de uma relação transferencial.

Creio que a relevância da pesquisa esteja atrelada à possibilidade de contribuir e avançar no diálogo com outras disciplinas como as áreas jurídica e social na temática da adoção. A vertente da clínica psicanalítica pode enriquecer o trabalho e o conhecimento ao tema por abordar, fundamentalmente, o lado do sujeito nesse processo e vislumbrar aspectos da constituição subjetiva que estão relacionados com a formação de uma família e, conseqüentemente, com a formação de um sujeito.

Tal importância se faz pertinente por redimensionar a posição do sujeito frente às prerrogativas bastante comuns no campo da adoção e da filiação, que se conflitam, inclusive, entre as vertentes biológicas e simbólicas. Ou seja, em que âmbito está a garantia de uma adoção, ou filiação de fato? No fator consanguíneo? Na dimensão simbólica? Em ambos, ou em nenhum? Há garantias?

Em duas produções cinematográficas, os irmãos Jean-Pierre Dardenne e Luc Dardenne nos fazem passear por alguns desses obscuros e imprevisíveis caminhos das relações humanas que tratam da entrada de um filho, ou filha, na vida de um casal. “O Garoto da Bicicleta” (*Le Gamin au Vélo*, 2011) remete à apresentação de um dilema de um menino que fora

abandonado pelo pai e se recusa a aceitar tal fato, estando sempre à procura do mesmo utilizando sua bicicleta. O meio de locomoção foi o único objeto deixado/esquecido pelo pai ao ir embora de casa. A trama irá se desenrolar com Cyril (o protagonista) tentando estabelecer um vínculo com Samantha, uma cabeleireira que, acidentalmente, conhece o menino em um abrigo. A partir deste encontro, ambos, com muita dificuldade, tentam estabelecer uma relação surpreendente entre “possíveis” mãe e filho.

Já o filme “A criança” (*L’Enfant*, 2005) retrata a vida de um jovem casal, Bruno e Sonia que tem um bebê e vivenciam as ambivalentes emoções da vida conjugal na juventude e da responsabilidade com a chegada de um terceiro na relação. A certa altura, o pequeno bebê chega a ser negociado pelo próprio pai, ao que a mãe, Sonia, vem recobrar-lhe o retorno. A ambiguidade entre viver a relação a dois e aceitar o filho, que, inclusive, não é nomeado e se apresenta durante toda a trama envolto em uma manta, passando de uma mão à outra, reflete, com a sensibilidade dos diretores, um enigma posto a todos nós humanos recém-nascidos, aquele de encontrar um lugar para si.

Outro ponto relevante que as obras, pelo prisma destes artistas, deixam entrever é que as crianças, em si, não são nomeadas *a priori*, no sentido de indicar desdobramentos previsíveis para as narrativas. Há um “quê” a ser construído em cada estória singular e que apontará para o destino *daquela* criança. Tal fato subverte a ordem institucional e a lógica predeterminante das relações que se estabelecem com o outro, especialmente nos campos da filiação.

Isso problematiza um discurso muito recorrente, e até mesmo incentivado, no âmbito jurídico-social, da preparação de pais adotantes, da punição para pais que abandonam, bem como de outros procedimentos que têm, em essência, um discurso bem *pré-parado* e pronto para a criança e para os pais. Como nos apontam Weber (1999) e Costa e Rossetti-Ferreira (2007), os processos de adoção de crianças exigem um longo percurso de preparação para que eles tenham o maior êxito possível.

As modificações, com base no texto original do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que resultaram na Lei 12.010 (Brasil, 2009), também abordam procedimentos na área jurídico-social no intuito de fortalecer vínculos

familiares, acelerar e aumentar os processos de adoção, em especial, aqueles que envolvam crianças maiores de dois anos de idade, consideradas como adoções tardias e minimizar situações de fracasso, como abandono, violência, negligência, dentre outras, no cuidado com as crianças e com os adolescentes enfocando um modo de saber fazer com a família.

Contudo, o que vemos, na prática, é um saber instituído sobre os sujeitos, em especial, sobre a criança que, como ressaltam Cirino (2001) e Ariès (1981) está atrelado a uma construção histórica e social do conceito de infância. O *infans*, concebido como aquele que não lê (Postman, 1982) e como aquele que não fala, necessita de um outro para falar por ele, para fazer por ele, tal como o é concebido pelo modelo biologicista. Este outro é o adulto, é o especialista que tudo sabe sobre a criança, por isso, Sauret (1998) refere que a criança fará sua entrada no discurso (considerando aqui também o discurso científico), como morta. Apenas como corpo e não como fala.

A experiência com Íris ressaltou um dilema muito comum tanto na clínica, quanto nas instituições que abrigam e que regulam sobre os direitos da criança e do adolescente. Como uma criança devolvida, após quase nove meses de convívio com os pais adotivos, retorna ao abrigo e lá, após um pouco mais de dois meses, é preterida por uma nova família, estrangeira e disposta a adotá-la? Os sintomas de Íris variaram, após a devolução, desde uma dificuldade na escrita de seu nome, haja vista que seu prenome havia sido mudado com os pais que a devolveram, perpassando por dias a fio se escondendo debaixo da cama no abrigo, vestindo casacos de frio (dados por estes pais) em dias de calor, a furtos de material escolar, desobediência e gritos durante o período de convivência com estes pais.

No entanto, uma característica permanecia-lhe indelével: o ligeiro e inescapável “apaixonamento” causado pelo brilho de seus “belos olhos verdes”, que cativou a mãe e, posteriormente, toda uma família italiana, assim como ocorreu à primeira mãe, que se “apaixonou” e, após um tempo de convivência, viu em Íris vários “defeitos” e dificuldades com os quais ela não conseguia lidar, culminando na devolução da criança.

Com o surgimento de uma nova oportunidade de tentativa de adoção, os órgãos reguladores prontamente se dispuseram a agilizar novamente o

processo de adoção de Íris temendo que tal chance não se repetisse e ela ficasse abrigada por mais um longo período até completar a maioridade. Outros questionamentos se puseram à prova no sentido de alguns profissionais se perguntarem “será que ela está pronta?”, mas esta pergunta logo se esvaiu diante da possibilidade de “prepará-la” para tal experiência.

Obviamente, o que está em jogo é permeado por uma lógica do bem-estar que se propõe a resolver a questão em um âmbito prático, institucional e objetivo, a saber: efetivar uma adoção de sucesso. Porém, considerando a família não como rearranjo de figuras, mas como operação com funções específicas fundadas na linguagem que constituem um sujeito e, portanto, um ser que porta um desejo, circunscrito a um sintoma que lhe é singular e, assim, não deveria ser negligenciado, mas levado junto com o sujeito, nomeando o mal-entendido do qual ele é fruto, temos um problema:

Como abordar, então, o sintoma a partir de uma lógica do mal-estar, em psicanálise, quando este está articulado à inscrição de um sujeito em uma determinada estrutura familiar?

Pretendo aproximar, nesse contexto, as vicissitudes implicadas na demanda do sujeito que chega à clínica e que traz consigo os desafios que a família tem apontado em uma de suas tarefas mais árduas como refere Sauret (1998, p.87): "não há necessidade de família para fazer filhos, mas para fazer sujeitos, sim." Neste viés, proponho abordar o tema da adoção de crianças, problematizando a função da família em acolher e fazer advir um sujeito, tendo o sintoma da criança e a existência de um "desejo não anônimo" (Lacan, 1969/2003, p. 369) como conceitos norteadores do lugar que um filho vem a ocupar em uma estrutura familiar.

A questão que nos é colocada permeia a dinâmica institucional e, ao mesmo tempo, a lógica do sujeito. No âmbito sócio jurídico, a família se define por sua configuração e pela capacidade que apresenta de gerar, filiar e manter os seres nela inseridos, como podemos verificar nos códigos e manuais. Já no âmbito clínico, o que surge é o sintoma, é a fala do sujeito e sua angústia diante do quê e como fazer com este lugar de família. Esse logro se tornou bem pronunciado quando E. veio a meu encontro há alguns anos.

E. é o caso clínico que trabalho nesta pesquisa. É a referência para o aprofundamento do estudo, é um caso clínico selecionado de minha experiência clínica, já finalizado e o qual aponta para o cerne da pesquisa. Tal fato destaca a indicação do trabalho no sentido psicanalítico de ser uma construção de caso clínico, sobre o qual posso afirmar que se trata de uma pesquisa *sobre e a partir da* psicanálise. A pesquisa *a partir da* psicanálise concerne à pesquisa psicanalítica genuína, que tem como ponto fundante a transferência que nos remete ao manejo clínico (Freud, 1918-1919/1996).

Assim, a pesquisa psicanalítica se dá também a partir das próprias elaborações do analista no sentido de que o caso não se apresenta pronto e acabado como descrição clínica. Ao contrário, sob a égide da transferência, a construção do caso se baseia em recortes que o analista traça a fim de trabalhar sobre as questões pertinentes àquele sujeito em particular e que, na relação com a teoria, viabiliza a produção de um saber.

Como assinala António Machado, poeta sevilhano, com suas célebres palavras quando escreve que "faz-se o caminho ao caminhar"², traduzo que é na prática, no decorrer do caminho que as indicações e as demandas vão colocando questões ao analista. A própria escrita do presente trabalho poderia ser caracterizada como um caminho que vai se construindo e circunscrevendo suas possibilidades e limites à medida do avanço nas elaborações empreendidas no desenvolvimento da investigação.

Para a execução desta pesquisa, o caso clínico selecionado traz singulares nuances que me convocaram a pesquisar sobre a estrutura familiar, atentando para o mal-estar na família quando algo da ordem da lei do desejo está claudicante, vindo a manifestar-se sob a forma de um sintoma trazido pela criança. Nesse sentido, o caso que será tratado na pesquisa demonstra que o sintoma da criança pode colocar em jogo o lugar cavado pelo sujeito para se fazer desejado, ou não, pelo Outro, o que problematizo com a adoção, entendida aqui a partir do conceito de um "desejo não anônimo" (Lacan, 1969/2003, p. 369) investido na criança.

² Proverbios y cantares XXIX em Campos de Castilla. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Antonio_Machado e original em: <http://ocanto.esenseu.net/destaque/machado.htm>.

O caso clínico de E. se refere a uma criança trazida à clínica e cuidada pela avó materna, visto que os pais, segundo a avó, "não assumem a responsabilidade de criá-la". Na própria análise, a criança cria um jogo de palavras que remete seu nome a uma aproximação deixando aparecer o significante "leis". Dito de outro modo, a construção do caso clínico propiciou tomar o dizer da criança em análise e, a partir daí, propor a inicial E. que porta a letra que contém um anagrama de "leis". E. convive com seus pais biológicos, que são separados. Foi trazida para atendimento pela avó por apresentar um sintoma que diz respeito a não aceitar limites, gritar e chorar muito.

A avó temia que a neta ficasse "louca, problemática como a mãe", que, segundo ela, "teve uma depressão pós-parto e ainda não se curou". Já a mãe de E. cogitava a possibilidade de passar a guarda da filha para a avó. Porém, esta não se sentia confortável em ficar com a guarda, tutela da criança, pois reconhecia que o pai é quem deveria assumir a responsabilidade pela filha. Por isso, ela desconsiderava a filha, visto que esta não tinha uma iniciativa de definir a situação da guarda definitiva da menina em relação ao pai.

Por sua vez, o pai não se interessava em entrar em uma disputa judicial para requerer a guarda da menina. Após a separação, ele retomou sua vida de solteiro e não acreditava que E. necessitasse de nenhum tipo de ajuda, pois era uma criança "normal". Desse modo, não se implicava nos cuidados e na responsabilidade pela filha. E. parecia, então, buscar, com seu sintoma, um lugar nessa estrutura familiar.

A única observação que ele fazia em relação ao comportamento de E. é que ela chorava muito quando ele não queria que ela fizesse alguma coisa. Tudo tinha que ser dela, para ela e com ela. A avó reforçava que ela não ficava sozinha de jeito nenhum, sempre precisava tê-la por perto. Na casa da avó, as paredes eram todas riscadas de lápis de cor, as revistas e livros eram cortados e tudo mais que E. quisesse fazer. O avô, contudo, pontuava a avó salientando que deveria pintar as paredes de novo, porque a casa "*fica feia e E. faz tudo o que quer*".

A partir disso, considerando os conceitos psicanalíticos de desejo, gozo e sintoma, articulados com a experiência de adoção, a formulação do problema de pesquisa sugere que o caso clínico possibilite a análise das contribuições da

psicanálise sobre o lugar que um filho vem a ocupar numa estrutura familiar, quando esta tem a função de, para além da geração de um ser vivo, a constituição de um sujeito. A assertiva clínica refere que o laço consanguíneo, biológico, parece nada garantir ao ser enquanto um lugar de sujeito na estrutura familiar e que, de fato, o que se dá aí é da ordem de uma operação constitutiva.

Para alcançar tal intento, o objetivo geral do trabalho se propõe a analisar a função do sintoma da criança na estrutura familiar, conjecturado ao mal-estar na família, no tocante à constituição subjetiva, conforme os constructos teóricos: desejo, gozo e sintoma, preconizados por Freud e Lacan, articulados com a experiência de adoção. Seguindo-o, os objetivos específicos buscam contemplar um exame da noção de família para a psicanálise articulada com a função de constituir sujeitos para além da função de gerar filhos; a identificação, nos processos de alienação e separação, de como se dá a adoção, no campo subjetivo; a análise do lugar do desejo não anônimo na constituição subjetiva de uma criança e, por fim, a investigação de como o sintoma apresentado pela criança pode vir a denunciar algo do mal-estar vivido na estrutura familiar.

A perspectiva de análise é a de que a linguagem e a elaboração dos romances familiares são estruturantes para a constituição psíquica do sujeito. A linguagem, aqui, é tomada no sentido do que propõe Lacan (1964/2008, p. 199): “Se a psicanálise deve se constituir como ciência do inconsciente, convém partir de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem”.

Já os romances familiares constituem o que Freud (1909/1996) designou com o termo “romance familiar do neurótico”. São as histórias que o sujeito cria, imagina para dar conta de como o complexo de Édipo opera na estrutura familiar, diz respeito às relações entre pais, filhos e irmãos, das rivalidades e ambiguidades que necessariamente habitam esse campo. Os romances familiares tratam, portanto, do mito da origem do sujeito, fundamentalmente, remetem à angústia, associada à queda da idealização dos pais concebidos anteriormente como perfeitos. Essas fantasias, trazidas à análise, sob transferência, têm a possibilidade de se reatualizar a partir do que Freud

afirmava sobre o sujeito poder se reinventar, recriar sua própria história utilizando-se da fala, o que o reafirma enquanto ser falante, ser de linguagem.

No decorrer do trabalho, procuro desenvolver o campo que circunscreve o mal-estar estruturante advindo das operações subjetivas constitutivas, onde há uma lei que se inscreve diante de um poder que claudica, vacila e que não se absolutiza, justamente no que concerne a um Outro que é barrado, e não se constitui todo-tudo saber. Tendo como ponto de partida o sintoma que emerge na clínica psicanalítica e que convoca a colocar em questão a estrutura familiar no tocante ao lugar que esta confere ao sujeito, soa-me imperiosa a abordagem da função e do lugar do desejo nessas operações. Além disso, o manejo da transferência se caracteriza como uma constante no decorrer do trabalho de construção do caso clínico que permeia toda a escrita do texto.

Além desta introdução, as considerações finais e as referências, o trabalho está organizado em sete capítulos que serão descritos a partir do primeiro.

O primeiro capítulo é intitulado “O percurso do método: o encontro com a psicanálise”. Nele, procurei tratar sobre as questões metodológicas pertinentes à pesquisa, em que busco fazer o delineamento e a caracterização da pesquisa *sobre e a partir* da psicanálise, abordando a construção do caso clínico como o ponto culminante de minha trajetória de estudos e trabalho na área de adoção, família e constituição subjetiva. Como complemento à introdução, apontando a relevância da pesquisa e justificando minhas escolhas teóricas e metodológicas, escrevo esse capítulo perscrutando o caminho que fiz inicialmente citando a experiência no acompanhamento do processo de adoção e devolução de Íris e posteriormente, assinalando o avanço dos estudos e o alcance da experiência clínica, trabalhando o caso clínico E.

No segundo capítulo, intitulado “A Criança”, procuro fazer uma contextualização histórica e clínica sobre a construção dos conceitos de criança e de infância. Delimitei a configuração dentro dos liames da teoria psicanalítica, tentando realizar um diálogo, ou melhor, um paradoxo entre as concepções de desenvolvimento e a concepção psicanalítica em torno do que os manuais, a legislação preconizam sobre a infância e como o sujeito do

inconsciente está aí imbricado, respondendo a isso sob alguma forma de demanda muito única e singular.

Procurei demarcar o conceito de criança para a psicanálise, especificamente relacionado ao *infans*, ou seja, aquele que ainda não detém plenamente a habilidade da fala, aquele que ainda não se responsabiliza por seu gozo. Com isso, abordei os impasses imbricados na operação de constituição subjetiva que sinalizam a falta como fundante e necessária à condição de sujeito e por meio da qual podemos fazer a leitura e análise dos nós que o sujeito ata no inconsciente para sustentar e garantir sua alteridade. Apresentando as posições que a criança pode assumir perante uma demanda de si, ou da própria estrutura familiar, proponho a discussão em torno dos conceitos da criança intérprete e da criança interpretada que, como Soler nos assinala, aponta para a demanda de análise de uma criança. A psicanálise com crianças assim se caracteriza, seja ela portando um sintoma (sintoma da criança), ou balizando algo da verdade do casal parental, como nos refere Lacan (criança sintoma).

Referendando o caso E., busquei, por meio do sintoma da criança, localizar esta posição subjetiva que remete ao lugar da criança em uma determinada estrutura familiar balizada pelo conceito de desejo não anônimo. Tomei também como consideração de análise do caso clínico o grito, circunscrito como queixa inicial e de que como ele reverberou um desejo de dizer, de bem dizer o sintoma.

No terceiro capítulo, nomeado “Família”, faço uma abordagem inicialmente mais geral acerca do tema, ao que posteriormente, com os subtópicos, fui delineando uma especificidade do termo direcionado para a psicanálise. Introduzo a noção de família como instituição, tendo em vista o caminho teórico, conceitual da própria obra de Lacan com as considerações de uma compreensão psicanalítica sobre a formação da família e dos complexos familiares. Refiro a adoção como uma via de perfilhar, ou seja, de receber alguém por filho, considerar como filho, considerar como seu, abraçar como seu.

Em seguida, abordo a questão da família para a psicanálise, na qual o conceito, como propõe o enunciado de Sauret (1998, p. 87): "Não há

necessidade de família para fazer filhos, mas para fazer sujeitos, sim", traz-nos uma noção de família para além das figuras de papai, mamãe e filhinho, mas que diz respeito a funções subjetivas que operam no sujeito a partir do mal-estar que advém do fato de nascermos do mal-entendido entre dois seres falantes que estão submetidos à linguagem. Tal abordagem faz com que seja possível fazer a referência ao pai para a psicanálise, não como pai de fato, mas como operador na metáfora paterna para pensar a lei da transmissão do desejo que se passa na família.

No quarto capítulo, denominado "Entre o ver e o olhar: que lugar para o sujeito?", trabalho os conceitos de alienação e separação, operações de constituição subjetiva, abordando a dimensão do Imaginário, tendo em vista o enodamento de RSI (Real, Simbólico e Imaginário) proposto por Lacan. É imprescindível a apropriação dos conceitos de Ideal do eu e Eu-ideal aí imbricados, bem como a referência ao estádio do espelho e aos esquemas ópticos de Lacan para pensar a construção de uma imagem de si a partir da conjectura com uma do Outro. Caracterizando a lógica do bem-estar implícitas nos processos de adoção em geral, cito a experiência com Íris para exemplificar e problematizar a questão da necessidade de um espaço de escuta das demandas subjetivas quando se trata de cavar um lugar para o sujeito na estrutura familiar e posicioná-lo no espaço de filho, seja por uma adoção em vias jurídicas, ou biológicas.

No quinto capítulo, chamado "E.: entre o gozo feminino e a devastação de uma mulher", trabalho o caso clínico de E.. A partir dos recortes e do manejo da transferência, abordo os desdobramentos do caso que, relacionados à elaboração teórica, propiciaram a construção de um caso clínico sobre a adoção em meio a uma família biológica. Por meio dos conceitos de alienação e separação, em que temos a alienação ao Outro materno, a inscrição do Nome-do-Pai e o Outro primordial culminando numa operação de constituição subjetiva, apresento como E., tendo um espaço de escuta e de acolhimento de sua demanda pôde ir elaborando, construindo suas próprias nuances, seu próprio romance familiar e como ela pôde ir recontando sua história familiar. E, com isso, ir cavando, com seu sintoma, um lugar para si na estrutura familiar que lhe foi dada e que a pôs em questão no seu próprio desejo de se constituir

enquanto sujeito, pertencente a uma determinada linhagem familiar. Aqui estão referidas também as dimensões de Real e Simbólico, tomando o gozo feminino e a devastação de uma mulher, tendo como baliza uma demanda de amor, postos a partir da análise de E. e que só foram possíveis tendo em vista uma ética do sujeito, portanto uma ética do bem dizer.

No sexto capítulo, intitulado “Considerações finais: a marca de um desejo não anônimo (DNA)”, proponho a inserção da sigla DNA, advinda da expressão “desejo não anônimo” originada com Lacan para situar a função e o lugar de sujeito que remetem à entrada de um filho na estrutura familiar. Tal posicionamento ao qual me dirijo liga-se aos múltiplos sentidos do DNA, seja na definição de transmissão do desejo, ou bem como aquilo que garante e sustenta a alteridade de um ser sujeito em uma determinada estrutura familiar, a todos os impasses aí relacionados e que constituem a via pela qual um sujeito pode se fazer pertencer a uma determinada linhagem, seja ela biológica ou não, isto é, que está posto para todos, mas que cada um irá designar à sua maneira.

1 O Percurso do Método: o Encontro com a Psicanálise

Este é um capítulo dedicado às questões metodológicas pertinentes à pesquisa. Considero relevante tal destaque por considerar adequada a consolidação da justificativa metodológica que proponho neste trabalho, bem como dar o devido enfoque à pesquisa psicanalítica, especialmente num campo tão árduo quanto o é o âmbito acadêmico.

Defino como um *Percurso do método: o encontro com a psicanálise* por considerar que nem sempre meu viés metodológico de pesquisa teve este norte teórico-prático. Inicialmente, meus estudos sobre o tema da adoção foram pautados na fenomenologia, tendo meu primeiro trabalho de conclusão de curso esse cunho conceitual. Na dissertação de mestrado, ainda numa perspectiva psicológica e social, utilizei-me de alguns conceitos da psicanálise para abordar o acompanhamento de uma experiência institucional (Juizado de Menores e Abrigo) em um caso de adoção e de devolução de uma criança.

O encontro com a psicanálise, a partir de minha experiência clínica em um ambulatório para crianças autistas, em um CREAS e com o trabalho da dissertação, foi ampliando um campo de trabalho clínico e metodológico no qual pude vislumbrar um aprofundamento que agora atualizo no desenvolvimento desta pesquisa. A partir das limitações que emergiram no acompanhamento da experiência no caso Íris, no mestrado, bem como na reformulação do projeto de pesquisa para o doutorado, visando à viabilidade do trabalho, senti a necessidade de abordar o tema da adoção por outro viés. O caso Íris referenciado neste trabalho será citado como demonstração de algumas contribuições do que a psicanálise tem a dizer sobre a adoção.

O direcionamento na clínica trouxe o caso E., também numa via de adoção, porém problematizada pela peculiaridade de E. ser filha biológica e, ainda assim, com dificuldades na inscrição no desejo materno. O sintoma que E. constrói para requerer um lugar de escuta culmina em uma demanda por um lugar de sujeito na estrutura familiar. Considero que esta é uma aposta que tão somente poderia ser feita em se abraçando a psicanálise como caminho de

acesso à questão de que, para além de se gerar filhos, o que os faz sujeitos, localizados em uma determinada estrutura familiar?

Desse modo, tornou-se obsoleta a ideia inicial de ir a uma instituição de abrigo para tratar da questão da adoção, haja vista que a clínica já havia apontado a direção mais óbvia, porém, talvez, mais árdua de que a adoção está posta para todos nós, e que está para além dos dispositivos jurídicos e sociais quando se trata da inserção afetiva e psíquica de um ser no seio familiar. E, se assim se apresenta na demanda de análise de uma criança como E., então por que viés isso se constitui? Por que vias isso se apronta e imprime uma marca que determina a que família eu pertença, que nome assino, que características me definem.

A construção do caso clínico de E. emerge, então, como ponto fundamental de minha trajetória de estudos e trabalho na área de adoção, família e constituição subjetiva. Ela assinala o percurso dos estudos e o alcance que a experiência clínica nos oferece para pôr em discussão uma temática tão pertinente quanto a da adoção, ressaltando o sintoma como uma produção subjetiva e inerente a uma demanda que advém do mal-estar na estrutura familiar quando da inscrição de um lugar de sujeito.

1.1 Caso clínico: uma construção sobre o sujeito do inconsciente

Esta pesquisa está delineada sob o viés da psicanálise com a utilização do método de construção de caso clínico. Com o objetivo de caracterizá-lo melhor, farei algumas considerações sobre a pesquisa em psicanálise.

Freud (1918-1919/1996), em "Sobre o ensino da psicanálise nas universidades", distingue dois tipos de pesquisa: a pesquisa *a partir da* psicanálise e a pesquisa *sobre* psicanálise. A pesquisa *sobre* psicanálise se refere ao uso de conceitos psicanalíticos articulados a determinadas situações. Estas podem ser as mais variadas e às quais são aplicados os conceitos a elas pertinentes. A pesquisa *a partir da* psicanálise concerne à pesquisa psicanalítica genuína, que tem como ponto fundante a transferência que nos remete ao manejo clínico. A pesquisa estruturada *a partir da* psicanálise que se leia da própria prática clínica psicanalítica. Nesta modalidade de pesquisa, o

estudo de caso emerge como a possibilidade de se produzir um saber *a partir da psicanálise*.

Contudo, Sauret (2003) vem distinguir mais alguns tipos de pesquisa: a que visa a responder a questões colocadas pela psicanálise; a que visa a responder a questões colocadas à psicanálise; a que visa a construir uma teoria a partir da doutrina e da experiência; a que visa a ampliar o campo da experiência analítica; a que é somente orientada pelo saber e, eventualmente, pela ética da psicanálise. Dessa forma, há uma distinção entre a pesquisa psicanalítica, aquela feita por psicanalistas e a pesquisa que se apoia sobre a psicanálise e é orientada por ela, muito comum no meio acadêmico, com exceção daquelas que tem na própria clínica psicanalítica o seu aporte. Ou ainda, como define Nogueira (2004, p. 83): "a psicanálise é uma pesquisa", quando defende a ideia de que a psicanálise é uma experiência original e que, assim como argumentava Freud (1913/1996), o método científico em psicanálise se confunde com a própria pesquisa.

A psicanálise se constitui, então, uma combinação notável sendo, ao mesmo tempo, um método de investigação, de pesquisa da vida psíquica do sujeito, bem como um método de tratamento. Freud (1913/1996) alerta que ela não é fruto de especulações, mas que deve, sim, ser o resultado da experiência, o que aponta para o campo da práxis. Como todo saber em investigação, não se encontra de todo fechado, encerrado em si mesmo, pelo contrário, Freud ressalta o caráter de incompletude da psicanálise, de não-tudo-saber, ou não-tudo-dizer, que seria trabalhado, apostava ele, nas elaborações ulteriores. De fato, Lacan (1969-1970/1992) vem definir que a psicanálise trabalha justamente a partir de uma hiância de saber, onde há uma falta, um furo, em que pode emergir o sujeito do inconsciente e, assim, considerar esta como uma ciência não-toda, na qual não há um saber absoluto, posto que o sujeito deve vir a emergir, deve vir a dizer e não apenas ser dito, enunciado como comumente caracteriza o discurso acadêmico.

Sauret (2003) aponta que a psicanálise é privilegiada no sentido de ser uma disciplina designada a não renunciar a dar a palavra ao sujeito e, mais ainda, a se interessar exatamente por aquilo que constitui a sua singularidade. Figueiredo (2004) define o singular como a articulação do particular de uma

referência diagnóstica, por exemplo, com o movimento do sujeito do inconsciente. Assim, “o sintoma não vai sem o sujeito, nem o sujeito pode ser pensado sem o seu sintoma” (Figueiredo, 2004, p.77), em que um se constitui no outro e vice-versa. Logo, não se trata de algo que deve ser extirpado do sujeito, mas sim, considerado como parte dele. Dessa forma, diagnóstico e tratamento são inseparáveis e intercambiáveis.

A psicanálise se desenvolve em três níveis indissociáveis: como método de investigação dos processos psíquicos (associação livre, escuta (atenção) flutuante, transferência, etc.); como método de tratamento e como teoria de fatos impossíveis de serem colocados em evidência sem esse método de exploração e tratamento (Sauret, 2003). Para tanto, há que existir, além de uma questão científica, uma questão ética, a ética do sujeito em que seja garantido o enodamento desses três registros. Assim, “não há pesquisa clínica sem encontro que mobilize a palavra” (Sauret, 2003, p. 7).

Lacan (1958/1998) infere uma distinção entre psicanálise e método psicanalítico na qual ele afirma que a psicanálise, em seu sentido próprio, só se aplica como tratamento a um sujeito que fala e que ouve. Afora isso, trata-se de método psicanalítico ao que ele refere à decifração de significantes sem considerar nenhuma forma pressuposta do significado. Tal decifração deve levar em conta o aspecto inconsciente que organiza a estrutura, possibilitando a condução ao encontro desta. O método psicanalítico dá a palavra ao sujeito, considera o efeito faltante introduzido pela linguagem e mantém a ética psicanalítica no sentido de que preserva essa falta fundamentalmente inscrita no inconsciente como causa do desejo.

Segundo Nogueira (2004), a pesquisa em psicanálise se torna possível quando há o estabelecimento de uma relação propriamente analítica, ou seja, uma relação transferencial. Freud (1912/1996) assinala que a transferência é considerada o motor da análise, pois promove a expressão dos desejos inconscientes do sujeito. Assim, quando aposto em uma pesquisa *a partir* da psicanálise, faço referência à construção do caso clínico, em que a transferência deve operar não reforçando uma neutralidade científica do analista, mas, ao contrário, trazendo-o para a cena.

Há uma diferenciação a ser feita entre descrição do caso e construção do caso clínico. Diferentemente de uma história a ser relatada, descrita de forma detalhada, ou de uma fórmula a ser aplicada a um determinado caso, Figueiredo (2004) assevera que: “nunca é demasiado lembrar que o caso não é o sujeito, é uma construção com base nos elementos que recolhemos de seu discurso” (p. 79). São recortes que o analista realiza a partir das intervenções em análise, é algo extraído pelo analista durante a condução do tratamento e do que é decantado de seu relato.

Assim, o lugar do pesquisador na pesquisa psicanalítica implica o que ocorre sob transferência e que traz como possibilidade inferir a posição subjetiva do sujeito a partir de seu próprio discurso, saindo do dito para o dizer (Figueiredo, 2004). Rompe-se, também com a pesquisa psicanalítica a neutralidade científica, visto que a construção de saber neste campo se inscreve a partir da lógica do inconsciente e não a partir de uma objetividade pura dos fenômenos a serem estudados.

Quinet (2000), a esse respeito, faz uma consideração importante acerca da clínica com o psicótico, que podemos deslocar para nossa discussão sobre a construção do caso clínico. O autor se refere à “introdução do sujeito” entendendo esta como uma questão de construção, como já dito anteriormente, a partir da lógica do inconsciente. E exemplifica utilizando a diferença entre o *Caso Schreber*, de Freud, e as *Memórias de um Doente dos Nervos*, de Paul Daniel Schreber. As *Memórias* constituem uma descrição, um relato das experiências vividas por um homem em seu sofrimento psíquico diante da psicose. O *Caso Schreber*, todavia, articulado com os constructos teóricos, mostra a implicação clínica do sujeito com sua história e sua posição subjetiva delirante perante o gozo aniquilador do Outro, que é Deus.

Persicano (2001) concebe o “caso” como uma narrativa, e a narrativa como o protótipo, por excelência, de construção. Assim, o “caso” se define como uma construção, não procede de um relato ou descrição de caso.

O “caso”, então, é uma metapsicologia potencial, desde que submetido ao testemunho, à narrativa, à construção por parte do psicanalista, que após ter estado mergulhado no campo transferencial, e nas construções narrativas feitas pelo par analítico, durante a análise, se distancia dela

no tempo cronológico, construindo o caso em um novo trabalho de criação, de construção, agora metapsicológica. Por isso, a narrativa-testemunho do “caso” pelo psicanalista tem mais valia para a construção metapsicológica quando já transcorreu um tempo cronológico do atendimento. (Persicano, 2001, p.55).

Tal consideração, ao final, corrobora com a tácita recomendação de Freud em não se trabalhar cientificamente em um caso à medida que este ainda estiver com seu curso em andamento a fim de que não sofra em seus resultados (Freud, 1912/1996).

O caso clínico seria inicialmente um conjunto vazio, operando como objeto que nos olha e que interroga a teoria para que possa ser assim construído (Sousa, 2000). Para Berlinck (1998), esta é a posição de uma psicanálise que nasceu e se desenvolveu como psicopatologia fundamental, a partir de uma experiência compartilhada por um sujeito.

Construir o caso, introduzir o sujeito, em psicanálise, portanto, está circunscrito na necessidade da construção de um saber sobre o que há de singular em cada caso para fazer valer o sujeito. Quinet (2000) nos embasa com seus argumentos, pois reforça a ética sobre a qual este trabalho se dá: a ética do sujeito. Em oposição a tratar a criança, ou ainda, a família na qual ela se insere, como objeto de observação, de cuidados, para além dos dispositivos sociais que falam de um cidadão, de um indivíduo, introduzir aí o sujeito, é fazê-la responsável, implicada em seu desejo e em seu gozo, tecendo sua própria trama subjetiva, não posta a partir de uma vitimização.

O psicanalista, segundo Quinet (2000), advertido pela questão da causalidade, onde está posto o sujeito, abstém-se de compreender o fenômeno e permite-se aprender com o que causa particularmente o sujeito, algo do que emerge a partir de sua própria fala. Nesta fala, o sujeito se implica e protagoniza sua relação com o Outro, podendo reatualizar suas questões, a partir da transferência, ou até mesmo, erigir seus pilares de sustentação nessa relação com o Outro.

Se conduzimos o sujeito a algum lugar é a uma decifração que já pressupõe no inconsciente essa espécie de lógica em que se reconhece, por exemplo, uma voz interrogativa, e até o encaminhamento para uma argumentação. Como nos aponta Lacan, o que se conduz em uma análise não

é o sujeito, e sim, o tratamento. A transferência é colocada pelas leis da intersubjetividade como um fenômeno no qual analisando e analista estão incluídos por um inconsciente dinâmico carregado de significantes (Hinshelwood, 2001).

O analista *sujeito suposto saber*, sujeito idealizado e portador da resposta da *Esfinge*, aponta para o sujeito o seu enigma, a partir do equívoco, do que cai, do que desliza, onde o sujeito pode vir a interpretar e marcar algo de sua verdade. Ramos (2008) relembra esta *Esfinge* como aquela que devora se não for decifrada; em grego, *sphinx* remete ao que sufoca e aperta. “Na angústia, não há calma, mas um mar agitado, no qual as ondas recuam e avançam com a força da verdade, da castração, do inevitável...” (Ramos, 2008, p. 103).

Para o presente trabalho, reporto-me a uma experiência que vivenciei ao acompanhar o processo de adoção e de devolução de uma criança e a um caso clínico em que a criança veio para a análise com a avó materna. Ambos me propiciaram um encontro inesperado com o tema da família, da filiação, da paternidade, da maternidade, mas, sobretudo, com a marca de um desejo não anônimo, como formulado por Lacan em 1969. A primeira experiência figura na pesquisa a título de ilustração, com indicações de elementos que ajudaram a problematizar a pesquisa em torno do lugar que um filho vem a ocupar numa estrutura familiar.

Foi referenciada em minha dissertação de mestrado na qual não houve um acompanhamento analítico, pois a pesquisa se deu em um âmbito institucional e não clínico. Íris, assim como todas as crianças que chegam à clínica, carregam a demanda dos pais e/ou das instituições às quais elas estão filiadas, seja escola, abrigo, hospitais etc. O segundo, o caso clínico, se configura de fato como uma construção de caso clínico, pois se trata de um caso encerrado, com elementos que emergiram no processo analítico da criança e que vem contribuir para um avanço no estudo do tema da adoção, e conseqüentemente, do trabalho empreendido pelo sujeito de cavar um lugar para si na estrutura familiar, bem como tratar das demandas subjetivas implicadas nesse processo.

Em virtude das questões éticas implicadas na pesquisa, foi solicitada liberação do termo de consentimento livre e esclarecido para pesquisas com seres humanos junto ao comitê de ética, por ser entendido que, como caso encerrado, o procedimento de procura e assinatura do mesmo seria inviável, dado o desdobramento do caso e a repercussão que tal processo poderia acarretar aos sujeitos envolvidos.

Assim, como forma mais adequada de preservar os sujeitos e assegurar sua proteção e sigilo, optei por não acioná-los diante das prováveis consequências clínicas que tal ação ocasionaria. Ainda por se tratar de uma pesquisa em psicanálise, considero que a lógica transferencial também sofreria alterações no próprio processo de construção de uma relação que se dá a um nível outro que não comporta a aplicabilidade de tal procedimento. Desse modo, o trabalho teve como base as anotações de prontuário de acompanhamento individual do caso, bem como observações de registro pessoal do pesquisador quando da análise do mesmo.

Ademais, ressalto que os nomes aqui aplicados são fictícios e não oferecem riscos de identificação dos mesmos. E, como a proposta metodológica é o trabalho de construção de caso clínico, como referido anteriormente, foram selecionados recortes dos casos, a partir dos quais foi possível empreender as elaborações teóricas e clínicas ulteriores referentes ao tema da pesquisa, prescindindo, portanto, de detalhes e pormenores descritivos que poderiam, em alguma medida, identificar os sujeitos envolvidos.

2 A Criança

É pertinente salientar que o conceito de *criança* de que estamos tratando quando delineamos o campo da psicanálise como campo de estudo. Há muitas definições que são aplicadas à noção do que é criança nas ciências psicológicas, inclusive a de que ela é um ser em desenvolvimento³. Pretendemos abordar a seguir alguns elementos históricos que delineiam tais definições partindo do pressuposto de que há uma construção do conceito aí implicada. Ademais, tentaremos elucidar de que ponto de vista parte aí a psicanálise e quais são suas principais contribuições com Freud e Lacan no redimensionamento da questão.

Como nos aponta Cirino (2001), o intuito da psicanálise não é, e nunca foi, constituir-se em uma teoria sobre a infância, mas sobre o inconsciente e o gozo. O viés descritivo e linearmente temporal da psicologia do desenvolvimento que atrela aos fatos da vida do sujeito uma visão cronológica de fases específicas do desenvolvimento não importa à psicanálise enquanto realidade dos fatos ocorridos na infância *per si*. A ela, interessa a realidade psíquica constituída pelos desejos inconscientes e fantasias a eles vinculadas.

Assim, por não se configurar como uma psicologia evolutiva, a distinção entre a criança e o adulto, para a psicanálise, só tem alguma relevância a partir de parâmetros diferentes do crescimento ou da maturidade. Desse modo, seu foco é tanto um sujeito que não tem idade – o sujeito do inconsciente – quanto uma satisfação paradoxal que não se desenvolve – o gozo.

Com isso, o que está em questão em todo o processo maturacional do organismo humano é o comparecimento de um sujeito, que subjetiva e dá

³ A psicologia do desenvolvimento se caracteriza como um ramo da ciência psicológica que tem a finalidade de estudar a interação dos processos físicos e psicológicos e as etapas de crescimento, a partir da concepção até ao final da vida de um sujeito. Mussen (1979), associa a palavra desenvolvimento a mudanças resultantes de influências ambientais ou de aprendizagem e o crescimento às modificações que dependem da maturação. Como afirma Pinheiro (2010), a criança e o adolescente são seres que estão por vir a ser. Não completaram a sua formação, não atingiram a maturidade dos seus órgãos e nem das suas funções. Necessitam de tempo, de oportunidade e de adequada estimulação para efetivar tais tarefas. Enquanto isso, eles precisam de proteção, afeição e cuidados especiais.

sentido a esses fenômenos. Assim o dito desenvolvimento será balizado pela dialética da demanda de amor e da experiência do desejo (Cirino, 2001). A especificidade deste marco conceitual nos leva a delimitar e esclarecer a diferença também no nível da práxis, ou seja, entre a efetuação de uma clínica do infantil *a partir* da psicanálise, que opera na vertente estrutural da divisão do sujeito entre o significante e o real do gozo e a clínica da infância que se faz a partir da perspectiva genética do desenvolvimento psicológico.

Referenciar a criança à função que ela desempenha e entender seu desenvolvimento tendo em vista a lógica e a ética psicanalítica implica em considerarmos o marco que Lacan propõe em termos da própria releitura da obra de Freud. Ao tomar alguns conceitos balizadores como o conceito de desejo não anônimo para pensar este ponto, requer que façamos inicialmente algumas considerações sobre o conceito de criança e de infância no decorrer do tempo e da história na sociedade. É o que faremos a seguir.

2.1 Nossa “velha infância”

Quando pensamos sobre a história da criança e da infância, fazemos isso direcionando um olhar para o passado, pois os conceitos referentes à criança e à infância se complementam e são culturalmente determinados e historicamente construídos. Como nos aponta Pacheco (2012), a concepção que circunscreve a ideia contemporânea que temos da criança enquanto um ser em desenvolvimento não é universal, nem em termos culturais, nem em termos históricos. O objeto de estudo da medicina, da pedagogia, da psicologia, do direito e de outros tantos campos de saber que remete à criança não existe *a priori* como um dado da realidade. Justamente porque ele é construído ao longo da história é que não há um elemento pronto. A partir das transformações sócio históricas e econômicas ocorridas no mundo ocidental no início da Idade Média, a noção de criança e a ideia de infância também vêm se transformando.

A noção de criança não existe desde sempre, conforme nos assinala Sauret (1998), o que sempre existiu foi o organismo humano concebido no ventre de sua mãe e que se desenvolveu até a idade adulta. Entendida como

esse organismo vivo, sim, sua existência é factual. Contudo, a ideia de caracterizar e de conceber, nesse ínterim, o período de imaturidade como uma etapa da vida humana surgiu recentemente.

Sobre este ponto, não me eximo de referendar aqui o trabalho de Ariès (1981)⁴ ao abordar essa construção histórica e social da criança e da infância. Ele passa a refletir sobre a construção da história da infância, tendo em vista a peculiaridade do ser criança como sujeito histórico no mundo social. Pacheco (2012) salienta que esta obra de Ariès atesta para uma grande desconstrução de uma ideia que foi amplamente assimilada pelo imaginário contemporâneo e diz respeito a tratar a infância como uma fase da vida distinta e na qual o ser humano ainda não está totalmente pronto.

A autora ainda aponta que alguns conceitos teóricos da psicanálise também auxiliaram na configuração do que ela denomina “a fantasia de infância” nos tempos atuais, a partir do pressuposto de que os acontecimentos vividos na fase da dita infância seriam fundamentais para um funcionamento normal ou patológico na vida adulta. E remete a Nominé (2001) quando ele distingue que, de fato, a difusão da psicanálise empreende mudanças na perspectiva sobre o tempo da infância. Porém, o mal-entendido que está aí implicado não é o de que se trata da infância propriamente dita quando fazemos análise, mas da construção do infantil enquanto complexo nuclear da neurose.

Quando Pacheco (2012) propõe a ideia de “fantasia da infância”, remetemo-nos a Ariès quando ele nomeia “o sentimento de infância”. Com este termo ele se refere à postura que era adotada para com as crianças, compreendendo-as como sujeitos diferentes dos adultos. Constatou que este sentimento de infância era ausente até o século XVI, surgindo a partir dos séculos XVII e XVIII. Essa postura se desenvolveu, inicialmente, com relação

⁴ Phillippe Ariès, historiador francês, que publicou uma coletânea de artigos intitulada *História social da criança e da família* (original publicado em 1973). Seu trabalho teve grande repercussão no âmbito inicialmente histórico, mas que, no entanto, reverberou e reverbera até os dias atuais como um marco na delimitação e no questionamento sobre a construção da infância e da noção de criança especialmente para o mundo ocidental a partir da Idade Média (Pacheco, 2012). Tal caracterização corrobora com o intento desta pesquisa que a circunscreve na modernidade do mundo ocidental.

às crianças das classes mais elevadas (século XVI) e, posteriormente, estendeu-se às camadas mais desfavorecidas da população.

A tentativa de se estabelecer uma diferença entre os conceitos de criança e infância perpassaram o sentido de que a história da infância estaria muito mais compreendida como a história da relação da cultura, da sociedade e dos adultos com essa faixa etária e a história da criança estaria ligada à história da relação das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e a sociedade. De uma forma ou de outra, parece estar implícito nesta conceituação, uma ideia de que a história da criança não seria, ou é, possível de ser narrada em primeira pessoa, por ela própria, como se ela nunca fosse biógrafa de si própria.

Tal posição remete à tutela clássica e histórica em que está imersa a noção de criança e a ideia de infância, na medida em que posiciona a criança como aquela que não se apossa de sua história e não aparece como sujeito dela, sendo o adulto quem organiza e dimensiona tal narrativa.

Como nos aponta Ariès (1981), as crianças eram vistas como miniaturas dos adultos. Elas eram rapidamente inseridas na sociedade dos adultos e não havia distinção entre ambos. A própria raiz etimológica da palavra “infância” se origina do latim *infantia*, *infante*, *infans*, formado por *in*, negativo, mais *fari*, falar. Ou seja, refere-se àquele que não fala, que é desprovido da capacidade de se comunicar pela fala.

Seguindo nesta mesma linha de algo que ainda está por vir, por se construir, ou se constituir, temos o significado etimológico da palavra “criança”. Ele se origina do latim *creare*, e refere-se a “produzir, erguer”, relacionado a *crescere*, “crescer, aumentar”, do indo-europeu *ker-*, “crescer”. Deste mesmo radical, derivam os sentidos de “criação” e “criatividade”. Segundo o dicionário Aurélio, a palavra criança vem do baixo-latim *creantia*, *criantia*.

O dicionário Houaiss (2001) refere outra perspectiva: caracteriza o derivado vernacular criar + -ança que remete ao “indivíduo na infância, filho”,[...] formas históricas da criança, “criação”, e nos remete ao ser criado, inventado; criança, ser humano, dando uma noção de algo inacabado e submisso, desamparado e inscreve-se o termo criança para o significado de

um animal que está sendo criado (Vorcaro, 2004) por um outro, este como primeiro que o monta, que o configura.

A construção histórica do sentimento de infância foi assumindo diferentes significados ao longo do tempo, a partir das relações sociais e não apenas em função das especificidades da criança. A infância existiu desde os primórdios da humanidade, como já referimos anteriormente, mas a sua percepção como uma categoria e construção social, deu-se a partir dos séculos XVII e XVIII.

Carvalho (2003) refere que a aparição do conceito de infância ocorreu em torno do século XIII e XIV, mas os sinais de sua evolução tornaram-se claros e evidentes, no continente europeu, entre os séculos XVI e XVIII no momento em que a estrutura social vigente, o Mercantilismo, provocou uma alteração nos sentimentos e nas relações frente à infância. Nesta perspectiva, em relação à história social da infância na Europa, quando a posição da criança aparece na arte e nas escritas dos séculos XV, XVI e XVII, Ariès (1981) ressalta a infância como a especificidade da criança, elemento que a diferencia do adulto. Neste momento, estava aí implicada uma tentativa de racionalização sobre o homem e seu desenvolvimento, trazendo traços especialmente da biologia para pensar a evolução deste ser animal que também é o homem.

Nas palavras de Ariès (1981), a ausência de representações da vida da criança na Idade Média teve como motivo o desinteresse por uma fase da vida que se mostrava tão instável, fugaz e, ao mesmo tempo, representativa. O autor revela a ideia de coexistência entre sentimentos de indiferença e insensibilidade em relação à criança e um sentimento novo em relação à infância.

Dada à imaturidade biológica que porta o pequeno ser e as descobertas sobre este corpo, a concepção mais aceita era a de que o homem nascia muito prematuramente, necessitando, como aponta Cirino (2001), de proteção e de cuidados nos momentos iniciais da vida. Caso contrário, a morte era o destino certo. Freud (1895/1990) apontou igualmente, em seus escritos, sobre este desamparo inicial do pequeno bebê, que necessita de ajuda alheia para suprir suas necessidades fisiológicas básicas, como alimentação, abrigo, locomoção etc.

A noção de infância emerge na Idade Moderna muito como efeito da ciência, da revolução francesa e dos novos modelos de relações que começavam a ser estabelecidos entre os indivíduos. Isso implica dizer que não necessariamente, antes da Idade Moderna, as crianças tenham sido desprezadas ou negligenciadas, mas que não havia uma consciência das particularidades intelectuais, emocionais e comportamentais inerentes às crianças (Cirino, 2001). Tal fato é o que também remonta à ideia de um “sentimento de infância” ressaltado por Ariès (1981).

Santo Agostinho, pensador bastante influente de uma época que marcou a filosofia cristã, entre os anos de 397 e 398, aponta em seus escritos “Confissões” as memórias da sua infância e adolescência. Elas são apresentadas na forma de diálogo consigo mesmo e diante de Deus. Pacheco (2012) relata como, a partir das memórias de suas próprias experiências, especialmente quando ele trata sobre os pecados da primeira infância, ele revela que a criança traz consigo um pecado original, o da maldade.

Ao observar uma criança, ele descreve como essa falta de inocência pode vir representada em uma simples (e até mesmo cruel) atitude dela em relação ao outro. Neste caso, o outro era um irmãozinho pequeno que ainda dependia exclusivamente do leite materno para seu sustento e do auxílio da mãe para prestar-lhe os cuidados. A criança, “que ainda não falava e já olhava pálida, de rosto colérico, para o irmãozinho colaço” estava cheia de inveja, ao passo que ele conclui: “Assim, a debilidade dos membros infantis é inocente, mas não a alma das crianças.” (Agostinho, 397-398/1984, p. 45).

Por meio dessa experiência, Agostinho (397-398/1984) passa a definir a criança como aquela que não é dotada, essencialmente, de inocência como julgam as mães. O modo como a criança não consegue tolerar a presença do irmãozinho, necessitando dividir com ele os cuidados da mãe, até mesmo considerando que isso fosse vital à sobrevivência do pequeno, delimita a noção de criança apresentada por Agostinho.

Na Idade Média, a infância se reduzia a uma passagem fugaz e frágil da criança, quando esta ainda necessitava do adulto para garantir sua sobrevivência. Passado este período, a criança era tratada como qualquer outro adulto, partilhando com esses dos mesmos trabalhos, trajes, jogos e

festas. A criança era então considerada um adulto em miniatura e a infância um período sem importância (Cirino, 2001; Ariès, 1981).

Para Ariès (1981), esta inexistência de um sentimento de infância estava atrelada aos altos índices de mortalidade de crianças, associados a condições de higiene bastante precárias. Já para Postman (1982), tal irrelevância à infância era atribuída especialmente ao desaparecimento da capacidade de ler e escrever, ao desaparecimento da educação e da vergonha. Na época medieval, não havia qualquer concepção de desenvolvimento infantil e muito menos uma preocupação com a aprendizagem sequencial. Não era cogitada a existência de uma concepção de escolarização como uma preparação para o mundo adulto.

O conceito de moral também aí se insere como não existente ou, pelo menos, como o conhecemos no mundo moderno. Tais considerações localizam a infância, portanto, em pontos muito pouco voltados para o pensamento de uma noção de desenvolvimento, bem como de alfabetização e letramento (escrito, especialmente) da criança da época.

A isso, Postman dará grande relevância à criação da tipografia, ao surgimento ou à invenção da prensa tipográfica. O ato de ler, agora como uma novidade diferente, poderia ser realizado individualmente. Com isso, somaram-se fatores para que ocorresse a disseminação e a hierarquização do conhecimento, ampliando-se a necessidade da alfabetização. Surgiu, assim, então, uma expansão no sentido da concepção e criação das escolas. Notórias diferenças demarcaram aí a separação do mundo dos adultos do universo da criança, atravessadas pelo desenvolvimento da habilidade da leitura advinda da exigência de novos padrões de comunicação gerados pelo desenvolvimento da imprensa. Desse modo, a competência de leitura delimitava a fase adulta, e, conseqüentemente, a incompetência de leitura demarcava a fase da infância (Postman, 1982).

Por meio da expansão da tipografia, novas formas de interpretação pela individualidade se tornaram possíveis. Por outro lado, trouxe a possibilidade da eternização das palavras, já que as próprias palavras e obras podiam ser fixadas para sempre nos papéis. Antes do surgimento da prensa tipográfica, toda a comunicação humana acontecia em um contexto social, até mesmo a

leitura. Com o desenvolvimento da imprensa, esta pôde ser alcançada pela voz de um indivíduo e não de um grupo social, instituindo-se uma nova tradição, baseada no leitor isolado, detentor de perspectiva e interpretação próprias. O fato é que a infância não podia ser desenvolvida desvinculada da ideia de que cada indivíduo é importante em si mesmo e de que a vida e a mente humana transcendem a comunidade.

Apontando para um determinismo muito presente à época, Cirino (2001) salienta os modos de relação estabelecidos entre os sujeitos, na Idade Média, tendo em vista a ingerência do sistema feudal, marcado pela imobilidade social. Em se tratando da concepção das crianças, todas já tinham algo previamente determinado dependendo da classe social em que nasciam. Assim, tinham seu destino traçado ao pertencer a uma determinada linhagem social, fosse esta de senhor ou de vassalo, sem possibilidade alguma, ou praticamente ínfima, de um reposicionamento diante da sociedade.

No entanto, a tese de que a infância foi criada pela cultura letrada corresponde a um processo que se estendeu por séculos, consolidando-se no século XVIII, e que gera influências ao saber construído sobre esse novo objeto de investigação chamado de infância até a contemporaneidade (Pacheco, 2012). Para adentrar no mundo da tipografia, a criança precisava tornar-se leitor, conquistando a idade adulta; para isso, a educação era indispensável.

Assim, a civilização europeia reinventou as escolas, transformando a infância em uma necessidade. O primeiro estágio da criança terminava no momento em que o domínio da fala era alcançado, e o segundo se iniciava com a tarefa de aprender a ler. A palavra *child* era comumente usada para designar adultos que não sabiam ler, considerados intelectualmente infantis. A educação ficou ligada à idade cronológica das crianças, vínculo este que não foi estabelecido de uma hora para outra, tendo levado significativo tempo para se desenvolver (Postman, 1982).

Como podemos notar, toda a concepção de criança e de infância se circunscreve a partir da criação de um campo novo, uma realidade histórica e cultural. O que temos, ao final, é a criança objeto da educação, da medicina, da assistência social, dentre outros. O fato de se sustentar um saber sobre ela e a aplicação deste saber vislumbra sua entrada e afirmação no mundo do adulto,

especialmente pelas vias da palavra, ora, não falamos de outra coisa senão de sua inserção no mundo da linguagem, de sua constitutiva possibilidade de se dizer, de se afirmar, ultrapassando a condição de ser dita, de ser falado por outro, este que, supostamente, detém o saber sobre ela.

O que veremos, a seguir, é, como, pelos des-caminhos da psicanálise, a criança passa do lugar de objeto, de ser dita, para dizer-se e de que maneira, ela vai situar-se, a partir de um outro lugar, daquele que porta um sintoma, perante o Outro.

2.2 “Sinto-mar”: a criança sintoma e o sintoma da criança

Comumente a clínica com crianças nos remete a questões de variadas ordens. Partindo-se de uma lógica desenvolvimentista, tais problemáticas estariam relacionadas ao desenvolvimento, à sua história ou até mesmo à sua evolução. Sabemos que estaria em jogo aí o entrelaçamento entre o desenvolvimento físico, o cognitivo, a alimentação, os cuidados básicos de higiene e o mundo social, sustentando o paradigma de importância com vistas à saúde e ao bem-estar da criança. Como aponta Cirino (2001), porém, todos esses fenômenos estariam diretamente ligados a questões psicológicas e justamente situados em uma ordem de um saber instituído sobre a criança.

A criança, para a psicanálise, contudo, está posicionada a partir de um outro lugar. Com Freud (1856-1939/1996), ela passa a ser vista como um ser de desejo. Ele rompe com o viés biológico, orgânico, natural e determinista atribuído à sexualidade, para localizá-la no campo das pulsões, apontando que esta é uma condição humana fundamental (Freud, 1905/1996). O que Freud empreendeu em sua inovadora concepção da teoria da sexualidade foi deslocar os atributos biológicos de sua posição determinista para a disposição operacional dos atributos psíquicos, da ordem do inconsciente, que estão para além da necessidade fisiológica e que se ligam à construção de uma demanda de desejo na constituição subjetiva. Assim, como nos assinala Edington (2012), ele distingue entre sexual e pulsional, genital e instintivo, fazendo emergir um enfoque novo sobre a criança, assumindo a existência, nelas, de interesses e atividades sexuais, antes inimagináveis.

Para Freud, tais incursões da sexualidade, estão situadas no núcleo da constituição subjetiva. Dessa maneira, ele aponta para a noção de que a disposição sexual constitucional da criança é incomparavelmente mais variada do que se poderia esperar, e que, por isso, merece ser chamada de “perversa polimorfa”. Para Freud, o chamado comportamento normal da função sexual se origina dessa disposição mediante o recalçamento de certos componentes. Então, por meio da referência aos caracteres infantis da sexualidade, ele pôde estabelecer uma conexão entre a saúde psíquica, a perversão e a neurose, o que aponta para a estrutura (Freud, 1905/1996).

Os impulsos sexuais estariam presentes no ser desde o seu nascimento e, portanto, na criança, sendo estes inicialmente auto eróticos. Ou seja, inicialmente, a atividade sexual está apoiada nas funções naturais de conservação e só se diferencia posteriormente. Qualquer parte do corpo pode ser designada como uma zona erógena, acontecimento este que se inclui na “disposição perverso-polimorfa” apontada por Freud (1905/1996). E, com isso, ele afirma que as pulsões na infância seriam desorganizadas, parciais.

Lacan (1964/1985) afirma que, a partir desta concepção, foi possível a Freud caracterizar a sexualidade como essencialmente polimorfa. Assim, rompe-se com o encanto de uma pretensa inocência infantil. Tal ruptura é essencial ao se pensar as noções de infância e de criança, pois ultrapassa a visão rousseuniana da pureza infantil.

Se antes, para Rousseau e os românticos que o seguiram, havia a concepção da criança enquanto um ser assexuado, ausente de toda e qualquer sexualidade infantil, o mais puro sentido da inocência, para Freud, é justamente o oposto que se dará. A infância marcada pelo “sono da razão” será também marcada pelo “sono do desejo”. Isso porque o desejo aqui é abordado no sentido psicanalítico do termo, ou seja, “a mesma corrupção que a linguagem e a sociedade operam na ‘pureza infantil’ naquilo que diz respeito ao pensamento também corrompe o ser, provocando o desejo” (Pacheco, 2012, p. 65).

Assim, Freud (1905/1996) rompe com esse pressuposto, pois atribui à condição humana tanto a capacidade de aprender quanto a capacidade de desejar, tais seriam irreconciliáveis, mas operariam no ser de maneira indissociável. Desse modo, A criança é marcada, portanto, pelo inconsciente

que, em sua constituição se opera, e não por uma discursividade atrelada ao ideal absolutizante de um saber sobre ela, seja pelas vias do saber médico, do saber moral, ou da educação.

Considerar a criança, para a psicanálise, é afirmar que ela se constitui enquanto sujeito nas relações com outro da espécie, que a acolhe em seu desamparo fundamental, constituindo entre eles uma relação de dependência necessária à constituição do sujeito. A família é um dos lugares de amparo primeiro, insuficiente no sentido de abolir todo o mal-estar, inclusive, ao contrário, apontando para este mal-estar do ser humano mediante sua entrada na linguagem, sendo, portanto, necessária e estrutural. Isto se deve ao fato de que ela introduz o sujeito na sociedade e é ela que transmite os interditos necessários à cultura.

A partir deste ponto, se a criança se encontra como ser marcado pelo inconsciente e o "o inconsciente é estruturado como uma linguagem" (Lacan, 1964/1985, p. 27), esta à qual o pequeno bebê adentra o mundo pelas vias com o Outro, sendo a família, a operação que promove tal acontecimento, pensamos então que o sintoma, nos termos psicanalíticos, aponta para algo da constituição subjetiva da criança, ou para algo que se passa na configuração familiar. Assinalando esta marca do inconsciente e, portanto, em se tratando do sujeito do inconsciente:

[...] o sintoma da criança acha-se em condição de responder ao que existe de sintomático na estrutura familiar. O sintoma – esse é o dado fundamental da experiência analítica, se define, neste contexto, como representante da verdade. O sintoma pode vir a representar a verdade do casal parental. Esse é o caso mais complexo, mas também o mais acessível a nossas intervenções. (Lacan, 1969/2003, p. 370)

Ressaltamos, com isso, que não há um determinismo imposto *a priori* pela condição social, ou pela formatação familiar idealizada para a criança que aponte para um dado sintoma. Mas, ao contrário, cada criança irá receber ao seu modo aquilo que é transmitido pela família, pela sociedade, pela escola, pelo Outro, o que deixará marcas em sua subjetividade. Essa leitura que a criança fará do desejo do Outro e, portanto, de um desejo não anônimo, propomos que estará ligada à formação do sintoma que a singulariza, e que ela toma para si. Sinto-mar... sin-tomar... numa alusão à expressão "a voz faz

litoral”⁵, onde a voz surge, no entremeio das operações de alienação e de separação, atuando como litoral entre sujeito e Outro, na medida em que o Outro primordial empresta o significante ao falasser, e bem como, para este, aponta-lhe uma falta (S(A)).

Para Lacan (1957-58/1994, p. 257): “a criança é um objeto que traz consigo a marca de um interesse privilegiado” da mãe, do Outro materno. Bittencourt (2007) irá elaborar, por sua vez, que os cuidados que portam a marca da particularização desse “interesse privilegiado” se referem ao corpo da criança que busca satisfação de suas necessidades no corpo da mãe. No primeiro tempo, o pequeno recém-nascido é um objeto real que a mãe toma para si e pode usá-lo como objeto de gozo, promovendo a ordem de satisfação libidinal.

A criança, nesta posição, torna-se “objeto” da mãe e não tem outra função que a de revelar a verdade desse objeto. A criança realiza a presença do que Lacan designa como objeto *a* da fantasia. Substituindo esse objeto, ela satura o modo de falta em que se especifica o desejo (da mãe), qualquer que seja a sua estrutura: neurótica, perversa ou psicótica. Ela aliena em si todo o acesso possível da mãe à sua própria verdade, dando-lhe corpo, existência e mesmo exigência de ser protegida. (Lacan, 1969/2003).

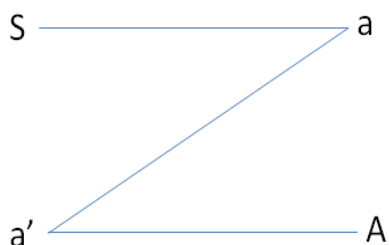
Para isso, o sintoma somático oferece a máxima garantia a esse desconhecimento. Ele se torna a fonte inesgotável, segundo os casos referentes a cada estrutura, que vem “a atestar a culpa, servir de fetiche, ou encarnar uma recusa primordial” (Lacan, 1969/2003, p. 370). Tão logo, a criança poderá, na relação dual com a mãe, representar e, inclusive, realizar a possibilidade, como prontamente acessível, do que falta ao sujeito masculino: o próprio objeto de sua existência, aparecendo no real. Disso resulta que, na

⁵ Catão (2005, p. 280): “a voz faz litoral”. CATÃO, Inês. *A voz na constituição do sujeito e na clínica do autismo: o nascimento do Outro e suas vicissitudes*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2005. 313 p. AZEVEDO, Renata Mattos. *A voz como objeto *a* e a separação do sujeito frente ao Outro*, Renata Mattos de Azevedo (trabalho parte da pesquisa de doutorado *A radicalização do real na música pós-tonal e seus efeitos para o sujeito*). Doutorado em Pesquisa e Clínica em Psicanálise pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (Orientação Prof^a. Dr^a. Doris Luz Rinaldi).

medida do que apresenta de real, ela é oferecida a um suborno maior na fantasia. (Lacan, 1969/2003).

Então, como assevera Bittencourt (2007), neste primeiro tempo, há dois elementos de uma parceria que faz relação sexual, a saber: a criança e a mãe, um é tudo para o outro. Assim, a criança deverá percorrer todo um caminho para extrair-se dessa posição perante o Outro primordial para aceder à posição de sujeito. Lacan nos explica tal operação por meio do esquema L:

Ilustração 1 – Esquema L



Fonte: Lacan (1966/1998, p. 555)

Ele denota que “o estado do sujeito S (neurose ou psicose) depende do que se desenrola no Outro A. O que nele se desenrola articula-se como um discurso (o inconsciente é o discurso do Outro)”. (Lacan, 1966/1998, p. 555). E ele ainda questiona de que forma, nesse discurso, poderíamos pensar a implicação do sujeito se o mesmo não fosse parte também integrante deste discurso.

Lacan nos aponta que o sujeito é, com efeito, implicado neste discurso, enquanto ocupa os quatro cantos do esquema. Assim sendo: S representa sua indizível existência por si mesma; a, seus objetos; a', seu eu, no sentido do que se reflete de sua forma em seus objetos; e A, o lugar do qual lhe pode ser formulada a questão de sua própria existência.

Deste ponto, a questão de sua existência, que irá ser colocada para o sujeito, Lacan ressalta que não virá sob a exterioridade da angústia que ela provoca no nível do *eu*, pois esta é apenas um elemento que a acompanha em

sua elaboração e manifestação. Ela virá, sim, sob a forma de uma pergunta articulada:

“Que sou eu nisso?”, concernente a seu sexo e sua contingência no ser, isto é, a ele ser homem ou mulher, por um lado, e por outro, ao fato que poderia não sê-lo, os dois conjugando seu mistério e enlaçando-o aos símbolos da procriação e da morte. Que a questão de sua existência inunde o sujeito, suporte-o, invada-o ou até o dilacere por completo, é o que testemunham ao analista as tensões, as suspensões e as fantasias com que ele depara. (Lacan, 1966/1998, p. 556).

À pergunta, podemos associar a resposta ao *Che vuoi?* (O que o Outro quer de mim?) Este que se localiza a partir deste enlace com o Outro e a resposta vai apontar para o enigma, para o mistério que afirma sua existência em relação à também existência de um Outro, de uma família, e, talvez o mais preponderante nisso, do desejo neles implicado.

Tais elaborações, como a questão que se articula no Outro partem tão somente dos elementos do discurso singular. Atentando para o fato de que é *no* Outro e não *do* Outro que borda tal articulação, ressaltamos a escolha do sujeito ao que lhe é oferecido do campo do Outro, ou seja, é a própria criança que irá fazer sua leitura particular do que lhe advém. Assim, é pela via desses fenômenos “se ordenarem nas figuras desse discurso que eles têm fixidez de sintomas, que são legíveis e se resolvem ao serem decifrados”. (Lacan, 1966/1998, p. 556).

O que, muitas vezes, a criança reivindica para si a partir desta tomada é a possibilidade de instaurar um outro lugar no desejo dos pais, o lugar de sujeito. Tal como uma criança que, ao apresentar um sintoma de ter “medo de tudo”, chega à clínica para me falar do que sua mãe pontuava como certo e errado para ela quando muito pequena e de que ela se lembrava do que sua mãe dizia. Pontuo sobre “coisas que sua mãe dizia...” ao que ela me responde: “então, ela dizia, mas isso não importa...”, pontuo: “o que importa então?”, e ela diz: “não é o que minha mãe disse, mas é o que eu entendi do que ela disse; não é que ela tenha dito isso assim... eu entendi assim e por isso agora estou com medo de tudo”.

2.2.1 “No grito”: o que tenta o sujeito falar?

Nas primeiras sessões, E. grita incontrolavelmente, sempre que a ela é dito “não”. O grito reverbera tanto em intensidade de volume quanto em continuidade, ou seja, ela grita alto e por longo tempo.

O sintoma de gritar “como louca” que E. apresenta e se denomina, para a avó, como “loucura” parecia inicialmente situar a criança dentro de uma anormalidade que o outro buscava interpretar nela. Há algo que não vai bem. Nos primeiros encontros, era sempre a avó quem falava pela criança, interpretando-a.

Há um modo de E. se comunicar por meio dos gritos que ela emite, bem como há algo que ela tenta comunicar ao outro, diante de um fazê-lo calar-se, ou falar mais alto para se fazer ouvir. O grito pode ser compreendido sob vários aspectos, um deles, e talvez o mais primordial, remete ao início da existência do corpo, este que, ao nascer, estando sob efeito de uma tensão endógena impossível de ser administrada pelo *infans* por causa de sua prematuridade, dá um grito. Este grito do recém-nascido, inicialmente, não se configura como apelo, ou chamado, mas é apenas uma manifestação vocal de sofrimento.

Desde Freud (1895/1996), ele já apontava para uma certa função do grito que passava da pura necessidade para a tentativa de comunicar algo ao Outro diante de seu desamparo. Lacan (1956) indicava de igual forma que o grito servia para se fazer ouvir e para ser relatado a um outro e ressalta o interesse do bebê nas modulações que a voz adquire e ecoa, pontuando a curiosidade deste para os sons. Com isso, Lacan (1956/2008) afirma que “desde a origem, a criança se alimenta tanto de palavras quanto de pão” (p. 192)

A lalação tem a ver com o gozo de alíngua que ainda não é linguagem. Lacan (1977) denominou esse gozo, sem endereçamento ao Outro, alíngua. Esta é a língua particular e única para cada ser falante, falasser. Como referem Lefort, R e R (1992), alíngua comporta a primeira entrada do sujeito no significante anteriormente à fala e à linguagem. Significante este caracterizado por um nada querer dizer. Ela “é o inconsciente real, o inconsciente-*alíngua*” ([grifo do autor] Soler, 2012, p. 128), é (a) língua do inconsciente de cada um.

Como Lacan aponta no Seminário 20, p. 198, “alíngua serve para coisas inteiramente diferentes da comunicação”.

Ela se configura para além do objeto da necessidade, definida como “gozo próprio do sujeito” (Lefort, R e R, 1992, p. 07), e transmuta o encadeamento “necessidade-demanda-desejo” para “gozo-demanda-desejo”, onde, para o falasser, o gozo é significante e o falo é o significado. Nisso, Lacan nos ensina que o gozo de alíngua se inscreve como gozo do UM antes do Outro.

Lacan define que o balbucio é S_1 , S_1 sem S_2 , muitos S_1 , um “enxame de S_1 ”. Lefort, R e R (1992) apontam, a partir disso, que S_1 sozinho, primordialmente, está situado no campo do gozo, ou seja, está fora dos efeitos de sentido. Tal como Lacan notara no Seminário 20:

A realidade é abordada com os aparelhos de gozo [grifo do autor]. [...] aparelho, não há outro senão a linguagem. É assim que, no ser falante, o gozo é aparelhado. [...] dizendo que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. A partir daí, essa linguagem se esclarece sem dúvida por se colocar como aparelho de gozo. (Lacan, 1985, p. 75).

Esses sons iniciais, primeiramente são pura melodia, pura música, em essência um jogo de gozo que a criança pode produzir em resposta à demanda do Outro primordial, ou daquele que exerça essa função para o *infans* (Freud, 1895/1996). A voz do Outro primordial, enigmática, revestida pela musicalidade de sua voz incidirá diretamente no corpo do *infans*, fazendo-o advir por uma perda de seu ser e ex-sistindo como falante, *falasser [parlêtre]*.

Quanto a mim, jamais olhei para um bebê tendo o sentimento de que não houvesse, para ele, mundo exterior. É absolutamente manifesto que ele só olha para aquilo, e que aquilo o excita, e isto, meu Deus, na exata proporção em que ele ainda não fala. A partir do momento em que ele fala, a partir desse momento muito exatamente, não antes, compreendo que há recalque. (Lacan, 1985, p. 76).

Enquanto falasser, o bebê em alíngua fala, isso fala, e isso fala dele a tal ponto que, ainda que ele não fale, ele é falado. Aqui apontamos para o objeto voz, a voz do Outro primordial, daquele cuida proximamente do pequeno bebê. Essa voz que aparece no interjogo da presença e ausência para ele. Sendo

objeto para o bebê, a voz é dos outros do Outro a quem é cedida a consistência de seu balbucio (Lefort, R e R, 1992). Posto que, mesmo assim, se nada é dito aí, se não faz sentido, pelo menos há algo que aponta para o seu próprio gozo, escutando a si mesmo, “presente lá, no mais íntimo, da subjetividade nascente”. (Lefort, R e R, 1992, p. 08).

Aquilo que chega aos ouvidos do bebê fará borda, cavará o vazio da voz, marcará todo o corpo do pequeno vivente, invocando-o a advir como sujeito pela fala. A ausência de sentido na voz do Outro primordial é que seduz o bebê por meio de uma continuidade musical. Como ressalta Quignard (2007, citado por Bernard, Tanguy, Ottavi, Martins, 2014, p. 84): “A criança se fará na 'borda' dos lábios de sua mãe', onde a palavra faltava, cavidade onde a voz ensurdece”.

Na realidade, a pura continuidade está sempre agindo no cerne da fala. Esta continuidade que é produzida pela voz do Outro primordial e que suprime sua fala à qual o *infans* foi confrontado, e, da mesma forma, a pura continuidade do grito do *infans*, na qual a tendência é abolir a descontinuidade ao transmitir a inteligibilidade do sentido. (Vivès, 2009).

O que se espera diante dessa continuidade, é que, para advir, o sujeito deverá poder se tornar surdo, um ponto de surdez. Desse modo, ele deverá poder permanecer surdo ao canto da sereia, o Outro primordial, absoluto, do gozo, para ouvir somente o canto da poetisa que o convida a se advir. Lefort, R. e R. (1992) trazem a questão da voz como um objeto (a) quando ela só se concilia ao sujeito do significante quando ela perde toda a sua substancialidade e se centra em um vazio. Dessa forma, o grito porta uma outra função, que não é a do apelo nem o balbucio do gozo, mas de fazer calar o Outro. Assim, nos referendam Lefort, R e R (1992, p. 05) que o grito pode se impor numa intensidade tamanha e “esvaziar o objeto voz que lhe chega e sobre o qual ele antecipa os significantes S_1 de seu gozo”.

Vivès (2009) assevera que o grito como tal só se transformará em apelo por meio da resposta da voz do Outro, na qual se inscreve seu desejo: “o que você quer que eu queira de você?” (p. 335). A partir disso, há uma invocação ao sujeito, ele é chamado a ser. Desse modo, consideramo-lo não como um produto natural, ou determinado biologicamente pelo que lhe constitui enquanto

matéria, mas apontamos para a voz do Outro que o convoca, que o chama a ser. Para que ele exista é preciso que o Outro o chame, seja através do apelo, seja pelo simples fato de nominar.

O Outro, personificado nos pequenos outros que cuidam da criança, tomam o grito da criança como o apelo e o abarcam no âmbito de uma demanda, pois supõem um sujeito naquele onde a linguagem ainda está se formalizando. Assim, “pela invocação do Outro, o significante entra no real e produz o sujeito enquanto efeito de significação, à guisa de resposta. Com a resposta do Outro, o grito puro [*pur*] se tornará grito para [*pour*]” (Vivès, 2009, p. 335). Desse modo, apreendemos que há, na realidade, uma natureza outra que não essa associada entre o grito e a pura necessidade. Assinalam Lefort, R e R (1992, p. 06) que:

A comunicação se impõe, portanto, pela mais banal observação em relação à necessidade da criança que motiva seu grito e que, deste grito, faz apelo pela resposta do outro nutriz, isto é, transforma este grito em significante, significante da demanda que avança sobre o objeto da necessidade.

A entrada do *infans* no mundo linguageiro pressupõe o mal-entendido que este chamado ou apelo carrega de uma nomenclatura não-toda (Lacan, 1980), ou que não completa e se fecha de sentido, posto que a convocação do sujeito, ao mesmo tempo, põe-lo ensurdecido para não se emudecer.

Abordando de outro modo, a voz do Outro é referida como aquela que invoca o sujeito, sua fala o convoca. É despojando-se de seu grito, que o *infans* pode, ao mesmo tempo, perder e encontrar a sua voz. Tal como Lacan (1963/2005) nos assevera, a voz é o real do corpo que o sujeito aceita perder para falar. Situando esta relação com a voz do Outro, como objeto caído do Outro, Lacan não nos deixa perder a dimensão estrutural dirigindo a questão para o que é o Outro como sujeito: “com efeito, se a voz é o produto, o objeto caído do órgão da fala, o Outro é o lugar onde *isso fala*” ([grifo do autor] Lacan, 1963/2005, p. 71).

Esta voz de que se trata este ponto referenciado por Lacan é a voz como objeto *a*. Desse modo, ao ocorrer a queda da voz, enquanto objeto, ela passa a ser perdida neste ato. Este objeto, a voz, é advinda do Outro, o que

permite a Lacan apontar que o lugar do Outro não é somente o do olhar, mas também o é da voz, ou seja, o da invocação, sendo a voz do Outro um “objeto essencial”. Lacan, ao referenciar que “o Outro é o lugar onde *isso fala*”, esclarece que o Outro não pode ser confundido com o sujeito que fala no lugar do Outro, nem sequer por sua voz, e remete a um problema que é o do sujeito “*anterior à questão*” (Lacan, 1963/2005, p. 72). Poderíamos abordar tal posição pensando na operação de alienação.

Essas incursões sobre a voz, a fala e a pulsão invocante remetem à E. o seu reposicionamento diante do desejo do Outro. Em uma das sessões em que ela gritava bastante, consegui que ela ficasse sozinha comigo na sala. Fiquei em silêncio por longo momento, enquanto E. gritava, até que lhe perguntei o que se passava e se ela queria falar sobre isso. Respondeu-me que não, que só queria ficar ali e se calou, começou a mexer nos brinquedos da sala freneticamente, derrubou os cestos com todos os brinquedos até que ficassem totalmente vazios. A partir daí, iniciaram-se vários movimentos de E. no sentido de “achar as palavras” para conseguir dizer o que queria, momentos de silêncio, momentos de uma fala que mais se parecia à fala de uma pequena criança, em torno de um ano de idade, momentos de cantigas, momentos de resmungos, balbucios, em que ela cantava enquanto brincava ou desenhava.

Alternavam sessões com gritos, com a presença/ausência da avó. Até que ela cessou com os gritos, já falava nas sessões, brincava, ficava na sala sozinha comigo, sem sair para verificar se a avó estava esperando do lado de fora, ou quando deixava a porta entreaberta, aceitava reunir os brinquedos e guardá-los ao final das sessões.

Em uma das sessões ela me contava sobre sua dificuldade em “achar as palavras certas” para as coisas. Além disso, havia um ponto de saber o que era certo e errado em que sempre o outro resguardava este saber.

Ao considerarmos que do dizer do Outro algo se transmite, “a própria criança, como sujeito e como resposta, participa dessa transmissão. É um ser de saber.” (Bertrand et al., p.76)

As crianças, escreve Miller (2011, p.18, citado por Bertrand et al., 2014, p. 76),

sabem, elas sempre sabem mais do que os adultos possam suspeitar [...]. Com certeza, elas sabem os segredos da família; elas sabem o desejo dos pais, justamente porque elas são o sintoma; [...]; elas não se enganam sobre os caracteres de semblante de saberes que lhes são impostos e sobre o halo de ignorância que cerca estes saberes e onde estes encontram seu assento.

Além disso, o que complementamos aqui é que tudo que será transmitido à criança veio de uma escuta da fala de seus pais, uma fala que pôde ser questionada e interpretada. Assim, há uma letra para cada um que se escreve a partir de como ele a lê, implicando aí uma escolha do sujeito. Lacan (1964/2008) refere a este tema ao comentar o que são e o que visam as perguntas das crianças. Em seguida ao momento de alienação que Lacan denominou como a primeira operação na constituição subjetiva, ele refere o segundo momento, a separação. “Uma falta é, pelo sujeito, encontrada no Outro, na intimação mesma que lhe faz o Outro por seu discurso. Nos intervalos do discurso do Outro, surge na experiência da criança, o seguinte, que é radicalmente destacável – ele *me diz isso, mas o que é que ele quer?*” (Lacan, 1964/2008, p. 209).

Todos os *por quês?* pronunciados pela criança remetem ao que ela agora pode ler nas entrelinhas sobre o enigma do desejo do Outro. A isso que Lacan nos aponta no sentido de que a criança não estará mais pendurada ao discurso do Outro, mas ao seu desejo. Este desejo do Outro que “é apreendido pelo sujeito naquilo que não cola” (Lacan, 1964/2008, p. 209), nas faltas do seu próprio discurso.

Sabemos, então, que é um saber de outra ordem o qual E. tenta engendrar para si mesma quando diz que sabe, quando diz que a avó é quem sabe, sobretudo quando me pergunta sobre o que eu sei e afirma que *devo saber de algo*. Analisar o lugar que E. tenta cavar como sujeito nesta conjuntura familiar implica apontar para a transferência como possibilidade de balizar tal movimento.

Explorar o conceito de pulsão invocante para a construção do caso clínico de E., tornou-se capital para pensar sua relação com o gozo do Outro e as escansões realizadas por ela na entrada da linguagem. Tanto seu modo de falar nas entrevistas iniciais, que mais remetia a uma pequenina criança,

inclusive com uma salivagem excessiva que escorria pela boca, quanto, e especialmente, o seu grito alto e incontrolável, posicionaram seu lugar como lugar de objeto frente ao gozo do Outro do qual ela tentava se descolar, de modo a construir um modo de se ensurdecer para que pudesse emergir sua própria fala.

A transição que E. opera nas sessões remonta a um reposicionamento a partir do qual ela vem pelas mãos e pelo desejo da avó, mas que, posteriormente, vai-se apontando como também um desejo dela de ali estar, de continuar a vir, de falar de si e de se perguntar sobre o desejo desse Outro. A criança antes interpretada dá lugar à criança que entra em cena e passa a falar e se tornar intérprete do desejo do Outro.

Conforme nos assevera Soler (1996) talvez seja essa posição de criança-intérprete um dos traços mais importantes do que faz a criança. Ela, fundamentalmente, interpreta o desejo do Outro primordial.

A criança tem sintomas, e, de fato, muito polimorfos mesmo e muitas vezes transitórios - daí uma dificuldade diagnóstica redobrada - mas por seus sintomas, pelos sintomas que elas têm, elas são sintomas, sintomas do Outro, emprestando seus corpos ao que a verdade do Outro se goza. (Soler, 1996, p.02)

O caminho que Soler nos assinala, a partir disso, é, então, de saber como se articula para cada criança, em cada etapa, seu “ser-sintoma” e o sintoma, sintoma que seria o seu, dando seu nome de gozo.

Analisamos, desse modo, que o que será transmitido do desejo dos pais à criança se fará pela via dessa questão que é colocada ao desejo do Outro e da interpretação que ela fará desse desejo. Portanto, tal como a pulsão invocante prescinde de uma aceitação e, posteriormente, de uma negação à voz do Outro para que a fala do sujeito emerja, a posição da criança interpretada, antes alienada ao desejo e ao discurso do Outro tomando dele seus significantes, e seguidamente operando a separação para se constituir um outro sujeito, E. buscou, por meio de seu grito, silenciar. Silêncio este que se fez de hiato, de falta - a - ser (interpretada) para que ela pudesse se tornar intérprete.

3 Família

As transformações da atualidade atestam que a família também se modifica apesar de resistir ao que há de irredutível na transmissão de uma ordem da lei do desejo. As mudanças que a história, ao longo do tempo, empreende suscitam inovações e questionamentos no próprio campo de saber sobre o que isso pode demandar da família e que surge como mal-estar e, mais especificamente, da criança que apresenta o sintoma diante do impossível de se dar conta, entendido aqui como a não paridade entre os sexos que está posta para todos numa família. As formas com as quais as famílias se apresentam na contemporaneidade nos levam a indagar sobre a transmissão, sobre os efeitos na transmissão, sobre o que deve se manter, resistir, para além das mudanças substanciais sofridas pelas configurações familiares nos últimos anos.

Roudinesco (2003) destaca algumas mudanças que põem em xeque esta dita estrutura familiar convencional. São elas: a derrocada do patriarcado; a assunção do poder da mãe na família, entendida como uma forma de matriarcado, ressaltando uma preponderância da atuação da mãe, muitas vezes, no lugar de chefe da família; a mulher inserida no campo de trabalho; as novas formas de união afetiva; as inovações no campo da fertilização, da contracepção. E, a partir da minha experiência do mestrado, penso ser necessário incluir, também, as mudanças ocorridas na política de adoção jurídica, como a apresentação da Lei nº 12.010 (Brasil, 2009). É uma lei relativamente recente e aponta justamente para alterações no dispositivo jurídico do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre a adoção e o direito da criança e do adolescente à convivência familiar.

Há um esforço, nessa nova lei, de se considerar o bem-estar da criança associado ao convívio em um núcleo familiar adequado e, especialmente, na predileção pela permanência da criança na família biológica. Ela prevê auxílio econômico, social e psicológico, inclusive, para mães que manifestem, em algum momento da gestação, a intenção de dar seus filhos para adoção. Outro ponto importante que a lei nº 12.010 ressalta, dentre outros, é a caracterização dos abrigos como casas de passagem, ou seja, a permanência de uma criança

ou adolescente nessas instituições não deve passar de dois anos. Essas mudanças atualizam questões relativas à transmissão do desejo no cuidado com os filhos que estaria sob a responsabilidade da família. Portanto, elas não deixam de por em xeque a estrutura familiar, e, nesse sentido, suscitar questionamentos sobre a constituição subjetiva.

Julien (2000) ressalta que a fundação de uma nova família e a manutenção da mesma depende muito de como ela é julgada na atualidade. É nítido o posicionamento deste viés como uma perspectiva institucional, ou seja, da família enquanto uma instituição estruturada. Ele problematiza a questão das transformações familiares sob dois prismas antagônicos: enquanto, para uns, ela está mais sólida do que nunca; para outros, ela vivencia uma crise profunda.

A primeira hipótese se sustenta na fortaleza que se tornou a família ao representar o porto seguro no qual o indivíduo pode se sentir acolhido e compreendido, na falta de uma instituição estável e da própria deficiência da comunidade em acolher o outro diferente, reforçando a linha pública do “cada um por si”. Contamos então na família, hoje, com um sustentáculo maior no sentido de que as gerações estão se ajudando mais, se solidarizando entre si, como por exemplo: nos cuidados das crianças pequenas dispensados pelos avós enquanto a mãe trabalha, na ajuda financeira contínua, na residência compartilhada, no encaminhamento profissional dos jovens, no apoio afetivo e moral dos avós, na gratidão e reconhecimento para com as antigas gerações etc.

A segunda hipótese está ancorada nas modificações estruturais sofridas nas configurações familiares inovadoras, a saber: os casais separados, as famílias monoparentais ou recompostas, no declínio da imagem social do pai, assinalando uma queda no poder desta figura nas diversas extensões sociais e o celibato. Vale acrescentarmos aqui o adiamento da gravidez por parte das mulheres em detrimento da vida profissional, e, além disso, a saída cada vez mais tardia dos filhos, em especial os do sexo masculino, da casa dos pais, representando aí uma parcela em torno de trinta por cento de jovens adultos entre vinte e cinco e trinta anos, que retardam o abandono do lar parental em busca de uma vida financeira e afetiva totalmente independente. O autor

assinala que estes seriam sinais de uma profunda dificuldade das novas gerações de fundarem sua própria família. E as grandes questões que se colocam então buscam circunscrever a ordem (ou as ordens!) pelas quais esse desejo de transmissão geracional da criação de uma nova família se constitui.

Roudinesco (2003) tece reflexões acerca do papel da família nos processos de subjetivação. A partir do século XVIII, a família patriarcal, ocidental, caracterizada pela lei paterna e pelo espaço de cuidados maternos bem arraigados nas figuras do pai e da mãe, respectivamente, é desafiada pela incursão das mulheres, especialmente na esfera pública da vida em sociedade. As mulheres saem do reduto privado, do cuidado específico voltado para o marido e os filhos e passam a ocupar também o espaço público por meio de sua força de trabalho.

A autora questiona, portanto, o poder do pai em detrimento de outros membros do núcleo familiar, salientando uma horizontalização da hierarquia e até mesmo uma hierarquia marcada pelo feminino, ou seja, marcada pela posição atual que as mulheres conquistaram, em especial, no mercado de trabalho e dentro da própria família não só com os cuidados maternos, mas, muitas vezes também, como provedora do lar.

Fato é que as chamadas novas configurações familiares, na contemporaneidade, nos provoca basicamente em dois âmbitos: se, de um lado, existe a questão de que elas engendram a impossibilidade do exercício adequado das tarefas parentais, como problematiza Roudinesco (2003)⁶; de outro, temos a questão de que, apesar das diferentes e novas configurações

⁶ Roudinesco, na obra *A Família em Desordem* (2003), aborda o desejo da parentela pelos homossexuais para exemplificar esse paradoxo contemporâneo: se outrora os homossexuais viviam uma experiência à margem da sociedade, reivindicavam o direito à diferença, marcando em sua escolha uma transgressão, uma oposição em relação àquilo que configurava a família como instituição normatizada na sociedade; agora, este mesmo grupo reivindica a possibilidade de se instituir dentro das regras que compõem o universo estabelecido em relação à família e à procriação. Desse modo, os homossexuais vêm buscando reconhecimento e apoio legal para se firmarem como famílias: buscam o reconhecimento da relação conjugal e o reconhecimento do direito à parentalidade, seja pelas vias da adoção propriamente dita, seja pelas vias de procedimentos médicos de reprodução assistida. Vale salientar que o caráter desta exemplificação, tanto pela autora, quanto por mim, dá-se à guisa de enriquecer a contextualização em relação ao paradoxo no qual a família se encontra na contemporaneidade, fazendo emergir demandas às quais podemos analisar suas possibilidades de significação, para além de uma perspectiva histórica, social e política, mas especialmente da subjetividade, portanto, do campo do desejo que permeia os laços na família.

que possa manifestar, a família resiste, permanece, como resíduo (Lacan, 1969/2003).

Fajnwaks (2013)⁷ também nos ajuda a problematizar a questão da família na atualidade, e especificamente o papel da psicanálise ao se deparar com esse real, colocando em pauta a interpelação sobre o desejo de se “formar uma família” e, ademais, de se “institucionalizar uma família”, qual seja a premissa social e imaginária: ela está no âmbito do direito de todos. E então, propõe a pergunta: “a que real a interpretação de uma ideologia ‘família para todos’ responde?”. E ressalta que, de fato, há um longo caminho pela frente no entendimento e avanço da questão, principalmente quando corrobora o que outros autores estão pontuando para o reposicionamento diante de antigos dilemas.

Não são apenas os preconceitos de psicanalistas diante das mudanças prementes na ordem social familiar, mas uma necessidade e urgência que essas novas reivindicações promovem no sentido de nos convidar a repensar inclusive alguns dos fundamentos da teoria psicanalítica, a saber: a relação do drama edipiano com as funções do “Nome-do-Pai” e do “Desejo da Mãe”, a relação do desejo com a Lei, o próprio estatuto da Lei: ela está do lado do Nome-do-Pai ou no seu para-além, quer dizer, na relação do sujeito com o gozo? E finalmente, é a direção do tratamento que está em questão: deve ser pensada nos termos do complexo de Édipo ou na perspectiva do *sinthoma*?

Com isso, há um ponto crucial posto em debate, em termos da teoria, que propomos abordar neste trabalho, que é a leitura, a interpretação que a criança elabora do desejo não-anônimo, este que advém do campo do Outro. O que a criança *pode* fazer com isso, que escolha e que trabalho *podem* operar a partir disso em vistas à sua constituição subjetiva?

O tema da adoção problematiza a questão no sentido de tentar localizar, junto com o sintoma, a incidência do desejo (não-anônimo) ao qual a pequena criança busca responder o seu enigma. Se o inconsciente é estruturado como uma linguagem, algo se passa no viés do aluvião em que se depositam os mal-

⁷ Fajnwaks, F. *Famílias sintomáticas*. Texto da Revista Opção Lacaniana online nova série, ano 4, número 10, março 2013. ISSN 2177-2673. Extraído de uma conferência feita a convite da Seção clínica de Estrasburgo, em 12 de janeiro de 2013 e publicado em Lacan Quotidien n. 270. Tradução: Ana Paula Sartori Lorenzi.

entendidos advindos da inscrição do sujeito no mundo linguageiro, donde se tem que algo se perde, posto que, na linguagem, nada se diz por inteiro, mas apenas em parte. (Lacan, 1980).

Para Ceccarelli (2007), o que se mostra transgressor e ameaçador nessas novas organizações familiares é que elas questionam a noção de família que vigora em nossa cultura ocidental, implicando-nos em um trabalho de luto frente às antigas posições. Tais posições foram construídas em um simbólico que faz ponte com o real, tornando-o possível de ser vivenciável, o que não nos deixa de remeter à cultura. Contudo, o posicionamento que poderíamos tomar a partir de outro lugar nos convoca a repensar a clássica estrutura das organizações familiares em vista de outras configurações que se tornam presentes na conjuntura atual.

Há uma tendência do sujeito em abraçar o passado, como busca por uma realidade vivida, e perdida para sempre, mas que traz consigo a esperança de uma alucinação prazerosa em revivê-la e ali sentir-se seguro, especialmente diante de tantas mudanças rápidas pelas quais todo construto imaginário social tem passado. As eras há muito tempo passadas exercem uma grande e frequentemente enigmática atração para a imaginação dos homens. Freud o pontua em sua obra “Moisés e o Monoteísmo”:

Sempre que estão insatisfeitos com seu ambiente atual - e isso acontece quase sempre - se voltam para o passado e esperam ser agora capazes de demonstrar a verdade do imperecível sonho de uma Idade de Ouro. Provavelmente ainda se encontram sob o encantamento de sua infância, que lhes é apresentada por sua memória não imparcial como uma época de ininterrupta felicidade. (Freud, 1939-1934-38/1996, p. 85)

À psicanálise cabe, como nos aponta Ceccarelli (2007), entender a dinâmica pulsional que sustenta essas novas organizações e não prescrever o modo como ela deve ocorrer, furtando-se aí ao imperativo do saber nas linhas que delineiam a cultura em que estamos inseridos, bem como os direcionamentos subjetivos aí determinados. O modelo de família tradicional nunca foi sinônimo de “normalidade”. Não pretendo aqui discutir a noção desta dita “normalidade” de uma pretensa estrutura ideal familiar. Pelo contrário, espero, com isso, ressaltar que a posição da psicanálise está justamente para

além disto, visto que a constituição subjetiva, para ela, transcende as formas pré-concebidas, ou pré-instituídas sobre um ideal social de “família”.

Não há sustentabilidade para o argumento conforme o qual a presença das figuras pai/mãe circunscritas aos gêneros homem/mulher, respectivamente, seja indispensável para a produção de “subjetividades sadias”. Contudo, este é um ideal tão arraigado no imaginário cultural e social que os sujeitos o reproduzem e temem tão profundamente perdê-lo como referência simbólica do real que é o que de fato causa sintoma. Por isso, não me abstenho de fazer referência a ele aqui, apenas para situá-lo no âmbito do imaginário que, queira-se ou não, produz efeitos no sujeito, dos quais cada um poderá dizer à sua maneira, na forma de sintoma.

Ceccarelli (2007) assinala que isto denota que não existe uma forma de organização familiar ideal que garantiria um desdobrar mais sadio, ou mais patogênico, para a constituição do sujeito: do ponto de vista psíquico, as famílias são sempre construídas e os filhos são sempre adotivos. Posto que nascem em um banho de linguagem no qual posteriormente se tornarão intérpretes do desejo que os precedeu. Desse modo, Ceccarelli alerta para uma ética psicanalítica bastante adequada no trato dessa questão:

A psicanálise não é guardiã de uma ordem simbólica suposta imutável, produtora de uma forma idealizada de subjetivação baseada nas normas vigentes e com o poder de deliberar sobre o normal e o patológico. Não nos cabe ditar os caminhos “normais” do desenvolvimento psíquico a partir dos modos tradicionais de filiação, pois os pressupostos da psicanálise – pulsões, desejos, complexo de Édipo, relações de objeto, identificações... – diferem dos da organização social. Valer-se da psicanálise para sustentar que apenas um modo de subjetivação é gerador de “saúde psíquica” corresponde a uma imaginarização do simbólico, o que é, no mínimo, perverso. (Ceccarelli, 2007, p. 93).

Ou seja, não há um único modelo de configuração familiar que sirva como garantia das condições necessárias para efetivar a constituição subjetiva. O modelo de família nuclear, sendo este há muito idealizado e geralmente associado à promoção de uma convivência familiar saudável, atribuindo a sensação de estabilidade e segurança, jamais deve ser confundido com “normalidade”. A operação de constituição subjetiva não se dá na dimensão da

família em si, com os elementos encarnados que a compõem, mas sim na extensão das funções que lhes são concernentes, abarcando o que há nela como função de resíduo (Lacan, 1969/2003). Freud refere o mito de Édipo como estruturante, o que Lacan nos propõe, no entanto é ir além do mito, avançar para a estrutura, a linguagem, considerando o homem como ser de linguagem a partir de como o inconsciente se estrutura e torna um sujeito desejante.

Julien (2000) propõe algumas indagações que nos permitem avançar nessa discussão: O que uma geração deve transmitir à seguinte para permitir abandoná-la? Em que condições a transmissão entre gerações pode ser efetuada? Bem, já podemos pressupor que há algo para além do exame das novas formas em que a família se apresenta e da discussão de suas consequências de que trata as reflexões do autor. Julien elabora uma questão fundamental nesse sentido e que nos possibilita buscar elementos para uma análise mais precisa acerca da contextualização das transformações e mistifórios sofridos pela família, qual seja: "de onde vem, pois, a transmissão desta lei que impõe abandonar pai e mãe?" (Julien, 2000, p.08).

Roudinesco esclarece que suas reflexões pretendem inscrever a família na dimensão da contemporaneidade, ressaltando o contexto histórico, político e social e não alarmar com uma possível acepção da derrocada familiar. Além disso, ela afirma que a existência da família não se encontra ameaçada:

Aos utopistas que acreditam que a procriação será um dia a tal ponto diferenciada do ato carnal que os filhos serão fecundados fora do corpo da mãe biológica, em um útero de empréstimo e com a ajuda de um sêmen que não será mais aquele do pai, retorquimos que, para além de todas as distinções que podem ser feitas entre o gênero e o sexo, o materno e o feminino, a sexualidade psíquica e o corpo biológico, o desejo de um filho sempre terá algo a ver com a diferença dos sexos. (Roudinesco, 2003, p. 198)

Assim, a discussão de determinados "ideais" de família e do distanciamento que as diversas organizações familiares apresentariam em relação a estes ideais seriam deslocados, remanejados a outro nível, ao qual pretendo abordar neste trabalho, ou seja, na direção da análise das questões

familiares sob a ética da psicanálise, uma ética do sujeito do inconsciente, por definição, uma ética do sujeito do desejo.

Lacan, nesse texto, aborda o fracasso das utopias comunitárias, um momento de contestação da autoridade, de movimentos de libertação e democratização generalizada, uma tentativa de se resolver e se pensar no fim das figuras e instâncias de autoridade. Nisso, também está incluída a família, com sua hierarquização e papéis definidos, onde a pretensão, o sonho, nas utopias era horizontalizar tudo, até mesmo as relações familiares.

A isso Lacan (1969/2003) irá referir como um fracasso, visto que, como assinala Sauret (1998), tais utopias se encontraram na impossibilidade de suprimir a família, ou seja, a impossibilidade de escapar àquilo que faz uma depreciação da vida amorosa do neurótico, considerando a família como o cenário em que a neurose do sujeito se constitui. Apesar dos ataques, a família resiste e, segundo Lacan, ela resiste reduzida a algo que é irreduzível, que tem a ver com uma transmissão:

A função de resíduo que sustenta (e ao mesmo tempo mantém) a família conjugal na evolução das sociedades, coloca como valor irreduzível de uma transmissão - que é de outra ordem que aquela da vida segundo as satisfações das necessidades, mas que é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo (Lacan, 1969/ 2003, p. 370).

Há algo de fundamental na família, a irreduzibilidade de uma transmissão, uma função de resíduo que comporta o que está para além da ordem biológica, da vida, no tocante à mera satisfação de necessidades, mas que diz de uma constituição subjetiva. Sauret assinala, portanto, que é uma irreduzibilidade atrelada à exigência de uma transmissão de elementos necessários para que possa se constituir um sujeito. Elementos esses que são: "o saber, o gozo e o objeto" (Sauret, 1998, p. 87).

Nesse sentido, a irreduzibilidade tangencia o ponto da transmissão da lei do desejo, se há o entendimento de que o que trata como resíduo é o objeto a, que referencia a falta e a instauração de um furo no qual a posição subjetiva seja a de um sujeito desejante e por isso se relacione com a ordem de uma

"constituição subjetiva" nos moldes que Lacan propõe e especifica. Assim, a ideia que se sustenta é a de que se não há família, não há sujeito.

Tal colocação é pertinente a esta pesquisa, pois aborda o ponto crucial que persiste, apesar das mudanças na estrutura familiar ocorridas nos dias atuais, e que, muitas vezes, é o sintoma apresentado pela criança que vem denunciar um mal-estar que a família vem enfrentando ultimamente. De toda forma, algo que escapa à ordem natural se instaura no sentido desse mal-estar nessa transmissão, fazendo emergir o que é de outra ordem que a dimensão biológica não assegura, não garante, que é a constituição subjetiva. Ou seja: "Não há necessidade de família para fazer filhos, mas para fazer sujeitos, sim" (Sauret, 1998, p. 87). Tal colocação refere que nessa transmissão há a implicação de uma relação com "um desejo que não seja anônimo" (Lacan, 1969/2003, p. 369), portanto, um desejo que remeta ao Outro.

Avançando em termos teóricos, Fajnwaks (2013) assinala que essa formalização empreendida por Lacan (1969/2003) responde às inquietações dos analistas saudosos pelo Édipo. O que há é que no campo da constituição subjetiva, Lacan estabelece uma articulação entre "um desejo que não seja anônimo, o de um interesse particularizado", mesmo que seja por meio das próprias faltas da mãe, e um Nome que seja "o vetor de uma encarnação da Lei no desejo".

Fajnwaks (2013) refere, assim, que Lacan resume o Édipo, e lhe dá sua estrutura, para além de toda referência ao imaginário. Isso significa que não é evocada a diferença sexual dos pais, que ser denominada de gênero, no tocante à constituição subjetiva empreendida no seio familiar. E frisa que se há alguns psicanalistas que receiam pelo desaparecimento da castração no caso das novas configurações familiares sejam elas homoparentais, monoparentais etc, é porque eles estão circunscritos numa imaginarização dessa função e que, de fato, é na relação ao Um do gozo e ao seu para além que a castração tomará seu lugar (p. 03).

Um desejo não anônimo, Lacan (1969/2003) reporta às funções de pai e de mãe e, não necessariamente, às figuras de pai e de mãe, nem de homem e de mulher. A mãe sustenta pelo filho um desejo dirigido a ele, sendo, portanto, um desejo que sai do anonimato, um desejo que possui um endereçamento

que conduz ao filho e que será por um tempo também seu desejo, o desejo do Outro. Nessa função, o desejo não anônimo da mãe se traduz pelo fato de que seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado mesmo que seja pela via de suas próprias faltas (Lacan, 1969/2003).

Por meio do interesse particularizado, é possível tomar o filho como objeto causa de desejo da mãe. Como já apontado por Lacan (1960-61/1994, p. 257): “a criança é como um objeto que traz consigo a marca de um interesse privilegiado da mãe”, como metonímia de seu desejo de falo, porque castrada, faz menção à equação simbólica criança-falo que foi tratada por (Freud, 1905/1996). Não necessariamente uma mãe que faça de tudo por seu filho, que o abafe de carinho e afeto é uma boa mãe, nesse sentido lacaniano.

Isto é, a dimensão de um interesse particularizado na direção de um desejo não anônimo é de tal relevância que, mesmo pela via da ausência da mãe, ou de suas faltas, da marca que isso vem a imprimir no cuidado com o filho é ainda preferível a não se inscrever marca alguma. Fica assim, a pequena criança sem nada que venha do Outro a lhe causar, seja positiva ou negativamente, por meio dos cuidados a ela dispendidos.

O Outro, Lacan conceitua em "De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose" (1955-1956/1998) como sendo o lugar onde a questão de sua existência pode ser colocada para o sujeito, ou seja, onde há a possibilidade de ele se questionar sobre sua sexualidade e seu desejo, sua procriação e sua filiação, bem como sua morte. De toda forma, é a via pela qual o próprio sujeito questiona-se sobre o destino que terá sido o seu.

No caso da neurose, é para onde o sujeito pode direcionar sua pergunta ao Outro não absoluto que quer dizer: o que o Outro quer de mim? Ou seja, o que Outro deseja para além de mim. O Outro barrado, não-todo é o que possibilita essa questão ao sujeito, diferentemente do Outro da psicose, que é todo, absoluto, não há barra, não há queda do objeto. Se, como conceitua Lacan, a criança é o objeto real que cai no mundo, ela também pode ser tomada nesta posição e vir a tamponar uma falta constitutiva da mãe, ou do Outro.

3.1 A família enquanto instituição

Lacan (1938/2003), a partir da obra "Os complexos familiares na formação do indivíduo", realiza uma primeira formulação sobre a família. Inicialmente e equivocadamente (Miller, 1984) intitulado "A família" foi um texto produzido por Lacan para a Encyclopédie Française, tomo VIII para compor a seção sobre Família, tendo sido organizada por Henri Wallon, na qual constavam capítulos sobre "A família", "A escola", "A profissão".

De fato, a questão de Lacan não era a questão da família propriamente dita. E o título a que o texto faz jus é "Os complexos familiares na formação do indivíduo". Contudo, é importante considerá-lo no sentido de pensar o início dos escritos de Lacan e a evolução que a noção e o conceito de família para a psicanálise tomaram em sua obra. Neste primeiro momento, o que penso ser relevante sublinhar daí, à guisa de contextualização, é que Lacan introduz sobre a importância e o papel da família na organização subjetiva e nos processos civilizatórios, principalmente no que tange à questão da cultura:

Entre todos os grupos humanos a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura. Embora as tradições espirituais, a manutenção dos ritos e costumes, a conservação das técnicas e do patrimônio sejam com ela disputados por outros grupos sociais, a família prevalece na educação precoce, na repressão dos instintos e na aquisição da língua legitimamente chamada materna. (Lacan, 1938/2003, p. 30)

Miller (1984) assinala a preponderância que a cultura terá na elaboração da teoria lacaniana em relação a tudo o que diz respeito ao homem, excluindo desde já o instinto puro, a pura determinação natural e biológica do que concerne ao homem. Sendo assim, ressalva o caráter da instância constitutiva dessa dimensão do que Lacan denomina como a cultura: "onde quer que busquemos na espécie humana – isto não vale apenas para a psicanálise -, não há natureza que não seja remanejada pela cultura, de tal maneira que o fator cultural domina" (Miller, 1984, p. 03).

Ainda em consideração a esta primeira produção escrita sobre os complexos familiares de Lacan, Miller (1984) aponta elementos na direção de uma construção, mesmo que de forma a ensaiar as elaborações ulteriores, sobre o próprio conceito de Outro, de simbólico e de cultura. De qualquer forma, apesar de este ser o Lacan de 1938, tais elementos indicam uma relativização da forma familiar existente, incluindo até o que seria um epítome das pesquisas contemporâneas sobre a história da família. Indicam também um substituto para o simbólico, ensaiado sob a forma do que é chamado cultural, ou seja, não há um conceito definido do simbólico, mas Lacan já ensaia maneiras possíveis de evocá-lo.

Além disso, há no texto uma ideia essencial, que baliza o estudo da temática deste trabalho no tocante à constituição subjetiva, “de que no homem não achemos naturais a necessidade e o instinto, mas sim que, em uma dimensão outra, a da cultura, eles sejam remanejados” (Miller, 1984, p. 03). De modo que, posteriormente isso poderá ser lido e formulado a partir do Outro, há uma ideia da preponderância do fator cultural, considerando a formação dos laços sociais e da construção do simbólico aquém de determinantes biologicistas e orgânicos.

A família humana, para Lacan, deve ser compreendida “na ordem original de realidade constituída pelas relações sociais” (1938/2003, p. 33) - leia-se culturais. Ele a considera como “objeto e circunstância psíquica” (1938/2003, p. 33). Desse modo, ele não a restringe a um fato biológico e apresenta a noção de complexo em oposição à noção de instinto.

Ou seja, uma ligação dessa natureza não garante a filiação, ou o laço de parentesco propriamente dito, percebido como sentimento de pertença a uma determinada linhagem. Não é uma relação pronta e acabada. Embora seja uma noção útil para introduzir e contextualizar o trabalho, friso que meu esforço será ir além desta concepção, acompanhando o próprio movimento teórico empreendido por Lacan e Freud sobre esta questão.

Tal avanço se faz necessário, pois essa primeira elaboração introdutória sobre a família ainda a circunscreve no âmbito institucional, isto é, a família considerada como instituição, no sentido de reger, com seus princípios, objetivos e organização, a extensão de um laço social.

Posteriormente, veremos que esta noção estará mais próxima de uma função de promover o bem-estar do que do bem dizer, como a ética psicanalítica propõe. Assim, já me é forçoso adiantar que a função da família para a psicanálise difere da função da família como instituição no sentido estrito para o qual ela é fundada. Tal função está para além do cuidado, da proteção, da descendência propriamente dita, da perpetuação dos ritos etc, mas refere-se a uma lógica operativa que diz respeito à constituição de um sujeito a partir do lugar e da função dos elementos que perpassam a construção de uma família, quais sejam: pai, mãe e filho.

Como Teperman (2012) aponta, o laço conjugal, além de ser aquele que funda, é também aquele que resta, e não se reduz aos laços parentais. É um laço que porta algo mais do sujeito e testemunha um desejo que está para além da geração dos filhos, qual seja: a transmissão necessária e fundante da subjetividade.

De igual forma, ao pensar a constituição subjetiva inscrita a partir da formação dos laços sociais, leia-se a partir do Outro, é coerente ressaltar que o sujeito então não é dado de saída. E, sendo a família o complexo nuclear do qual emergem os elementos para tal operação, fica circunscrita sua função na transmissão de algo que permanece e insiste no que resta irreduzível e não cessa de se inscrever como falta e que faz o sujeito desejar abandonar sua família de origem para fundar ele mesmo a sua própria família.

Há, portanto, uma ordem de transmissão que vai além da ordem natural, biológica e determinista. Para Lacan (1938/2003), trata-se de algo da ordem da constituição subjetiva. Sauret (1998) ao comentar o texto "Nota sobre a criança" (Lacan, 1969/2003) destaca que a família é fundamental na transmissão dos elementos necessários para que haja um sujeito, quais sejam: o saber, o gozo e o objeto. Tal transmissão implica uma relação com um desejo que não seja anônimo, isto é, que a mãe imprima em seus cuidados com o bebê a marca de um "interesse particularizado" (Lacan, 1969/2003, p.370).

3.1.2 Adoção: via de perfilhar

Para fins de contextualização do desenvolvimento teórico da pesquisa no tocante aos conceitos de adoção e de família, vale ressaltar ainda alguns aspectos que o Lacan de 1938 propõe, embora seja importante frisar que são algumas elaborações iniciais do psicanalista, ainda calcado em constructos voltados à antropologia e sociologia, e que posteriormente veremos outra forma de construção acerca destes elementos. Inclusive do que trata o presente trabalho é abrir a vertente de alguns conceitos de Lacan, como o lugar do “desejo não anônimo”, para poder pensar e quiçá fazer avançar as discussões sobre o tema da família e de sua função para constituir sujeitos.

Lacan reporta ao termo adoção em 1938 para tratar da legitimação dos laços de sangue na família primitiva. Ele afirmava, naquela ocasião, que a família primitiva desconhece os laços biológicos de parentesco, um desconhecimento considerado na parcialidade unilinear da filiação, embora pudesse ser também tido como uma ignorância positiva. Caracterizava-se por uma exclusão total dos laços que, apesar de serem exercidos apenas em relação à paternidade também podiam ser observados em algumas culturas matriarcais como ele aponta os estudos de Rivers e Malinowski.

Lacan (1938/2003) assinala que os laços de parentesco só são reconhecidos por meio de ritos que legitimam os laços consanguíneos. Além disso, criam-se laços fictícios, se necessário, tais como: os fatos do totemismo, da adoção, da constituição artificial de um agrupamento ágnato, ou seja, aquele que advém de uma descendência masculina. Da mesma forma, a filiação, segundo nosso código é demonstrada pelo casamento.

Aqui, podemos notar uma referência à adoção muito próxima do que temos hoje em termos sociais e jurídicos, quando esta é definida como uma prática que legitima laços entre pais e filhos. Assim, a criação de um laço de parentesco fictício é tomada a partir da similitude com o laço consanguíneo. O que acredito talvez seja importante nesta contribuição do Lacan de 1938 para este trabalho é a introdução de uma ideia que refere uma incompletude à predeterminação dos laços consanguíneos e, portanto, à cadeia biológica.

O termo adoção é encontrado nos escritos de Freud em algumas referências. Em determinados trechos, ele é tomado como o processo de adoção em si e que remete a pais e/ou filhos adotivos. Por exemplo, quando no capítulo III, O sonho é a realização de um desejo, de “A Interpretação dos sonhos” (1900), ele descreve que sua filha, aos oito anos e meio, em um sonho que realiza o desejo de ganhar barras de chocolate, transforma um parentesco temporário com um vizinho de doze anos, quando passavam suas férias de verão, em uma “adoção permanente”, tornando-o seu “irmão”.

Outro exemplo, quando em “Leonardo Da Vinci e uma lembrança de sua infância” (1910), de Cinco lições de psicanálise, “Leonardo Da Vinci e outros trabalhos” (1910-1909), Freud empreende uma interpretação sobre uma fantasia que Leonardo Da Vinci constrói com a figura de um abutre associada à sua mãe biológica. Segundo as pesquisas de Freud nessa época, foi encontrado que o abutre era considerado um símbolo da maternidade para os antigos egípcios, pois eles acreditavam que somente havia abutres do sexo feminino. Para eles, não havia machos nessa espécie.

O escaravelho também se limitava a um único sexo, como referia também à história natural da antiguidade. Este era adorado pelos egípcios como divino e do qual julgavam existir somente machos. Assim, Freud se questiona, portanto, como poderiam os abutres ser fertilizados se não existiam senão fêmeas? E encontra a explicação clara em um trecho de Horapollo, o qual descreve que, em certa época, essas aves se detêm em meio ao vôo, abrem a sua vagina e são fecundados pelo vento.

Para Freud, a tentativa de Leonardo Da Vinci elaborar a experiência de viver sozinho com sua mãe, sentindo a falta do pai, se dá por meio da fantasia do abutre. Posteriormente, quando mais velho, por volta dos cinco anos de idade, ele vai morar com o pai, que, à época de seu nascimento, havia se casado com uma senhora de “boa origem”, abastada. Assim, ele, o filho ilegítimo é adotado, nos termos que Freud utiliza, pelo pai e pela madrasta, visto que estes após, alguns anos de casamento não conseguiram gerar filhos legítimos.

Freud ainda salienta os desdobramentos que tal fato teve na vida ulterior de Leonardo Da Vinci, como marcas mnêmicas, vindo a atravessá-lo,

transformando-se numa constante busca do artista por sua origem e com um interesse especial em saber como se dá os voos das aves. Desse modo, há uma adoção, não como nos termos de adotar um filho não biológico, mas já nessa passagem de Freud, podemos ver a adoção no sentido de acolher um filho biológico.

Na obra “Os arruinados pelo êxito”, em “Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico de A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos” (1916-1914), Freud aborda o complexo de Édipo, fazendo referência ao drama literário Rosmesholm, de Ibsen. Nele Rebecca Gamvik, filha adotiva do Dr. West após a morte de sua mãe, uma parteira, tem com ele um caso amoroso. Após sua morte da mãe, ela vai para a casa de Johannes Rosmer, ex-pastor, e sua esposa inválida e infecunda, Beata.

Tomada de amores por Rosmer, ela manipula a ponto de causar a morte da Beata para ficar com Rosmer. Conseguindo êxito em sua empreitada, ela não consegue assumir, devido a um forte sentimento de culpa, o lugar de segunda esposa de Rosmer. Alega que, por causa de seu passado – o caso extraconjugal com Dr. West, ela não seria digna de desposar Sr. Rosmer, dado a delicadeza, amor e cuidados que este despendia a ela.

No decorrer da trama, Rebecca confessa a Rosmer e ao Prior Kroll, irmão de Beata, o crime de induzi-la à morte por amor àquele. Rosmer se sente convencido, porém Kroll busca outros elementos a fim de humilhar Rebecca. Nisso, ele descobre que ela é filha ilegítima de Dr. West, fato desconhecido até então por Rebecca, que anteriormente havia mentido sobre sua idade à família.

Quando da visita de Kroll a Rosmer para desvelar os fatos, Rebecca se incomoda e crê estar diante do revelador de seu drama amoroso. Porém, ao perceber que se tratava de algo ainda mais aterrorizador de sua verdade, ela renega toda e qualquer possibilidade de acreditar na fala de Kroll, ao que seu sentimento de culpa exacerba-se a tal ponto de aniquilá-la diante do êxito de conseguir o amor de Sr. Rosmer. O complexo de Édipo se presentifica no real para Rebecca diante do incesto que havia praticado com o próprio pai.

A adoção de um filho questiona a estrutura familiar, pois, posto como Freud (1909/1996) assinala que todos fantasiam, em um dado momento de

suas vidas, sobre sua origem, chegando a criança mesma a se considerar como adotada quando inicia um processo de desidealização dos pais. Magalhães (2005) problematiza a questão da adoção na psicanálise abordando esses aspectos e outros, como a lei do pai, a não existência do pai real e a clínica com as crianças, de fato, adotadas.

Nos meios jurídicos e sociais, a adoção se caracteriza como medida de proteção, mas, ao mesmo tempo, pode se tornar sintomática no sentido de não oferecer ao sujeito criança um espaço de escuta e acolhimento nos moldes que, em geral, temos hoje. Paralelo a isso, a psicanálise, trazendo também as operações de alienação e separação, pode ajudar a pensar sobre casos em que a dimensão biológica não garante a assunção da paternidade e da maternidade.

Não está posto, dado, como a clínica nos ensina que a paternidade e a maternidade não se dão a partir do laço consanguíneo, mas que há uma construção dentro da ordem familiar para que essas funções sejam erigidas simbolicamente dentro da própria família. Isso traz questões sobre os laços familiares e a transmissão de um desejo na família que possibilita que as crianças se constituam como sujeito, isto é, na inscrição de uma falta, em que elas mesmas se questionem como objeto de desejo do Outro e, percebendo-se como para além desse objeto possam constituir-se como sujeitos desejantes.

Desse modo, considerando a perspectiva da teoria lacaniana que preza pela singularidade do sujeito, entendo que os dois casos apresentados muito podem contribuir por apresentar as contribuições da psicanálise acerca do tema da adoção. A relevância da pesquisa está atrelada à tentativa de investigar o tema da adoção considerando as questões inerentes a essa temática pelo viés da ética do bem dizer e com isso trazer outros modos de tratamento da adoção que podem dialetizar a ética do bem-estar e do social que instrumentaliza a prática nas instituições de abrigo, também referidas como instituições de acolhimento.

Quando falo de uma ética do bem-estar, reporto-me aos trabalhos de Fernandes (2003) e de Julien (2000), onde ela é apresentada como uma ética pautada especialmente nas práticas exercidas pelo estado, pela escola, pelos estatutos, inclusive pela família. São instâncias que preconizam o cuidado, a

atenção e, sobretudo, a ideia de que a criança e o adolescente devem ser saudáveis e de que são essas instâncias que detêm um saber sobre a criança e o jovem. Tais práticas imprimem a noção de saúde atrelada a uma gama de direitos e deveres garantidos em lei e que, teoricamente, deveriam assegurar uma vida feliz para as crianças e os adolescentes.

O que se pressupõe aí, via de regra, é um saber sobre: a criança, o adolescente, os pais, a família em geral, no qual estão atrelados modos pré-concebidos e construídos na cultura ao longo da história de como fazer uma família, como educar e criar filhos. Vale ressaltar que pretendo afastar-me de posicionamentos normativos e preditivos sobre a função da família e, sim, aproximar-me do campo a partir do qual possa examinar as novas configurações familiares em sua função específica de constituir sujeitos.

Na realidade, neste campo de tensão constituído pelo saber sobre a família, as diversas formas (antigas ou modernas) dela se constituir e o tempo (passado, presente e futuro) em que isso ocorre, o que parece emergir como verdadeiro problema é: “não é em função daquilo que funda uma família que tal ou tal transmissão pode se cumprir?” (Julien, 2000, p. 23). De fato, o que funda a família? O que está em seu cerne para se considerar que dela se transmite, ou não, algo que garante sua sobrevivência, sua perpetuação?

Neste ponto, reporto-me a Julien que revela algumas leis conjecturadas a essa possibilidade de transmissão na família, a saber: a lei do bem-estar e a lei do dever. A partir destas, pretendo fazer relação com as mudanças atuais no campo jurídico, no âmbito social, atrelando-as à ética do sujeito, que se localiza em uma terceira lei, a lei do desejo. Ou seja, fazemos uma tentativa de abordar em quais pontos tais leis tangenciam a dimensão subjetiva pressupondo o dispositivo da família na constituição de um sujeito.

Ele aponta que nossa modernidade está, acima de qualquer coisa, até mesmo da própria subjetividade (leia-se aqui a preponderância do todo sobre a parte, isto é, do social sobre o indivíduo), vinculada ao bem, ao bem-estar, à manutenção da vida, à conservação. Ariès (1981) oferece contribuições importantes acerca da formação da família neste sentido e assinala o seu surgimento quando da necessidade de se estabelecer e formalizar os cuidados sobre a criança desde muito pequena a fim de que pudesse ser garantida sua

longevidade. Assim, configuraram-se, de modo relativamente recente, o lugar da criança e a invenção da família como estrutura para os cuidados dos pequenos. Os direitos do filho nascem com o dever dos pais e da sociedade de assegurar o bem da geração seguinte. Ora, as palavras de ordem que emergem, então, nesta tradição social da família são: a segurança, a proteção, a prevenção e a assistência.

Portanto, que bem-estar seria esse? De que “bem” estamos falando? Esse bem-estar de que Julien (2000) trata, e assim nós igualmente corroboramos de sua posição, é o bem-estar que se “define pelo útil a... , o interesse de..., variáveis conforme os momentos e os lugares, entretanto definíveis a *tal* momento para *tal* nação.” (p. 23). Dessa maneira, é acentuado o caráter utilitário e universalizante das medidas protetivas de bem-estar dos indivíduos.

Um válido exemplo disso nos parece ser a institucionalização das leis civis em geral nos ditames do que é certo, do que é errado, do que está fora ou dentro da lei; bem como nos dizeres educacionais, com uma pedagogização completa do sujeito, constituindo um ideal de modelação de comportamentos em massa; e ainda, no discurso da saúde, no qual o binômio saúde-doença tem sua faceta modernizada pelo alto índice de medicalização e patologização dos sujeitos. Especificamente em se tratando da criança e do adolescente, tal prerrogativa parece ter um peso ainda maior.

O caso da adoção jurídica e social pode ser referenciado nesse âmbito do bem-estar em se tratando de medidas que visem à boa convivência e considerando o sujeito como cidadão, ou seja, sujeito de direitos. O ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, Lei nº 8.069/90, p. 9) em seu Art. 4º, Título I das Disposições preliminares, assevera que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Assim, a adoção, definida como um modo de proteção à criança e ao adolescente, atribui, no Art. 41 (Brasil, Lei nº 8.069/90, p. 16), a condição de

filho ao adotado, na qual ele goza dos mesmos direitos e deveres, incluindo sucessórios, e desliga-o de quaisquer vínculos com pais e parentes, exceto em relação aos impedimentos matrimoniais.

É ainda válido ressaltar como o faz Hamad (2002) ao estabelecer e ampliar a noção de adoção. Ele propõe a expressão "criança adotiva" e não "adotada", pois pressupõe que não somente os pais adotam, mas a criança, ou o filho também se coloca em uma posição de se sentir adotado ou não por determinada família. Devido ao desamparo de que trata Freud (1895/1990), todo ser humano, ao nascer, precisa ser acolhido, adotado por aquele que se dispõe a cuidar dele, haja vista as diversas vicissitudes a que ele está exposto, correndo inclusive o risco de falecer caso não sejam a ele despendidos os cuidados necessários.

A adoção, assim como a formação de uma família não se efetiva senão pelas vias subjetivas de significação. Isto é, uma adoção só se dá no encontro possível com um outro, quando este se torna presente afetivamente. Como assevera Hamad (2002), adotar pressupõe que haja um sujeito que exerça a paternidade e/ou a maternidade, e outra que se faça filiar. Por isso, ele considera a nomenclatura criança adotiva mais adequada que criança adotada, pois que necessita de haver um sujeito que se deixe adotar, deixe-se cuidar e integrar a trama familiar. Se, como ensina Lacan (1955-1956/2008), a maternidade está para além da experiência, em um nível simbólico, como a filiação estaria aí definida, então, no simbólico, pensando que todo ser humano precisa ser adotado, devido seu estado primordial de desamparo?

3.2 A família para a psicanálise: o mal-estar estruturante

Para Freud, a importância da família se encontra desde os primórdios da psicanálise, revelando sua ligação com o inconsciente na escuta do que os neuróticos traziam para a análise. Nesta decifração do inconsciente sobre a qual Freud se debruçou, como nos aponta Gallano (2007), os neuróticos se depararam com o fato de levarem suas famílias consigo para análise em seus inconscientes e o saber do inconsciente empreendido a partir disto fazia emergir "secretas histórias de família" (p. 11).

Lacan (1977), no “Seminário 24”, faz alusão aos achados de Rodney Needham, justamente no que, pela lógica, o surpreende: o fato de que os analisantes só falam disso, não param de falar disso, seu parentesco próximo, ou seja, só falam de papai e mamãe. Needham se surpreende devido ao relativismo cultural das formas de união, e de parentesco angariadas nas pesquisas etnográficas ser atravessado por uma “mesmice” do que o sujeito apresenta em análise de falar mais de papai e mamãe do que qualquer outra coisa ou outro membro da família que não os mais próximos.

Lacan ressalta o quão isso, com a devida razão, pode levar-nos a questionar sobre o parentesco, em tempo de que comporta nos casos uma maior variedade do que o que os analisantes dizem disso. E é isso que, de toda forma, impressiona Lacan, o fato de que os analisantes só falam disso. A questão de o parentesco ter valores diferentes, nas diferentes culturas, não se torna impeditivo para que os analisantes falem de suas relações com seus parentes próximos e considerando algo do que se repete em certa “mesmice”, ou constância, é um fato que o analista tem que suportar (Lacan, 1977).

Tal constante na experiência do inconsciente dos analisantes é corroborada por Gallano (2007) quando assinala que a única família demonstrável na existência do sujeito é a família particular, no sentido singular do termo. Ela aponta para “o lugar de inscrição das origens de sua vida em uma história, e de sua existência subjetiva presa a um Outro falante que o antecede” (Gallano, 2007, p. 13).

A ocorrência de que o sujeito, em sua análise, só fale disso, limita as suas possibilidades de ver todas as nuances de sua relação específica. Lacan (1977) relata que não há exemplos de que o analisante note a especificidade que diferencia sua relação particular com seus parentes mais ou menos próximos. Desse modo, a obra referenciada por Needham: *O Parentesco em questão* evidencia o evento primordial que é d'alíngua que se trata.

O analisante só fala disso, porque seus parentes próximos lhe ensinaram alíngua. A função de verdade está aqui de algum modo amortecida por alguma coisa prevalente. Lacan irá apontar para o quê da cultura está aí tamponado, amortecido, referenciando a ela como metáfora, esta que abarca o

sujeito como um caldo de linguagem ou banho de linguagem, que remete ao Outro o endereçamento do sujeito de alíngua (Lacan, 1977).

No drama familiar, fazia-se apresentar o drama da neurose, em que estavam conjecturados os sintomas que Freud descobria cifrados no inconsciente, o que o levou a propor o complexo de Édipo como complexo nuclear da neurose. Assim, é fundante, nos termos psicanalíticos, a relação entre sintoma, inconsciente e romance familiar. A queixa do sintoma no neurótico remetia preponderantemente a uma queixa de seus próprios pais e o mobilizava a desvendar o que não funcionava no casamento, ou na união dos mesmos.

Ainda sobre o laço entre sintoma, inconsciente e romance familiar, Gerbase (2008) cita um exemplo bastante adequado ao explicar sobre o sintoma. Ele remete ao caso de uma mulher a quem seu pai moribundo diz: você não é minha filha legítima. Era comum nessa família que as mulheres tivessem enxaqueca, essa mulher produziu uma enxaqueca, que foi interpretada como um silogismo hipotético: “todas as mulheres desta família têm enxaqueca; eu sou um membro desta família; logo, eu tenho enxaqueca” (p.31).

O que podemos comprovar na clínica, tal como Gallano (2007) também reafirma, é que, ainda hoje, quando o sujeito vem a apresentar seu mal-estar ao analista, seus sintomas, há que relacioná-los com sua história familiar. Quando não o faz, ao dizer que se entende bem com seus pais e não se sente afetado com nada que ocorre com eles, há pouca chance para se empreender uma análise. Em parte, isso se justifica por dois motivos: seja porque o gozo do sintoma não se conecta ao saber do inconsciente, seja porque o sujeito tenta mascarar com ideais a falta existente no Outro parental, visto como perfeito e isento de falhas.

Pode não haver uma correlação direta na fala do sujeito contemporâneo que referencie o mal-estar diante do par conjugal, como no passado era mais frequente. Porém, este mesmo sujeito aponta os caminhos e os significantes que ligam o sintoma ao inconsciente na forma como a contemporaneidade os permite. Como nos aponta Gallano (2007, p. 12): “O certo é que, seja o neurótico clássico, ou o contemporâneo, nós, analistas, iremos ouvi-lo falar o

tempo todo de seus pais e da parentela próxima. Retorna sempre a eles na elaboração de seu inconsciente”.

Referenciando tal posicionamento ao caso de E., ela, algumas vezes, mostrava-se arredia em responder, ou falar diretamente sobre seus pais. Quando eu a questionava “onde está sua mãe?”, ou “como está seu pai?”, ou “você os tem visto ultimamente?”, ela respondia impaciente: “*minha mãe, não sei não... deve tá em casa... minha avó é minha mãe também...*”, ou sobre o pai: “*eu não vi ele não... vamos brincar, você fica falando demais... vou pegar essa aqui (com a massa de modelar, fazendo rolinhos compridos que imitavam pessoas) vou botar tudo junto, todo mundo junto... tá feio... agora todo mundo separado...*”. Nesse momento, E. estava representando, nesta brincadeira, os pais, os avós maternos, ela e “Baiuso”⁸, todos grudados um ao lado do outro e depois separados, os avós grudados no canto superior com ela, “Baiuso” próximo, mas separado, depois os pais mais distantes, primeiro separados, depois juntos e, por último, separados novamente.

E. vai tentando contar sobre sua história familiar não nos termos do que uma fala clássica poderia inferir, mas na forma possível a ela de representar sua angústia e o desconforto diante do que ela nomeia como uma “feiúra” de uma configuração familiar que lhe põe em questão, no dizer de que estar junto, todo mundo grudado não estava funcionando bem, não estava dando certo. A mãe de E. e o pai sempre brigaram muito, inclusive com episódios de agressão física mútua e tendo a criança sempre presente, visualizando os ataques entre ambos, ouvindo as ofensas, que, muitas vezes, vinham ignorando ali sua presença.

Esta era também uma preocupação constante da avó que insistia em pontuar para o casal que não realizasse as brigas diante de E., intervenção esta quase sempre improfícua. A pergunta sobre “onde está sua mãe?” era quase como uma ofensa, provocativa, haja vista que, como ela mesma apontava, “*minha avó é minha mãe também*” e ela está ali do lado de fora, será que você não viu? De um ponto ao outro, o que E. parecia fazer na sessão,

⁸ Nome fictício sonoro ao nome do primo referido.

apesar da resistência, era tentar contar, ou inventar sua própria história familiar, colocando a avó materna como substituta da mãe biológica.

Assim, E. remete ao proposto por Lacan (1977) no sentido de que, de resto, para o sujeito, a única família que, de fato, conta é aquela em que ele, como sujeito, contou. Bem ou mal (e isso não importa!), o que se conta aqui, como nos lembra Gallano (2007), no duplo sentido do termo em espanhol: de contar na inclusão de um cálculo e de contar enquanto narrativa, de se narrar por meio desta conjuntura familiar.

Do Outro familiar em que o sujeito se conta, ou interroga como conta, é que se lamentará de “não contar para esse Outro”, de ser tido como menos, conta-se como algo faltante nos significantes do Outro. Propriamente como sujeito “não identificado”. Ou, então, se abaterá de “contar tanto” nos ditos do Outro familiar que sempre se verá anulado neles e na solicitação do Outro. Ou se sentirá ignorado pelo dizer do Outro, reduzido a objeto de indiferença, recusa ou apropriação. (Gallano, 2007, p. 13)

A família remete a um conceito que Freud começa a trabalhar em "O Projeto para uma Psicologia Científica" (Freud, 1895/1996) que é o conceito de desamparo. Tal noção surge a partir da ideia de que o bebê humano, ao nascer, é bombardeado por estímulos externos e uma excitação de estímulos internos com os quais ele não consegue lidar sozinho e nem suprir suas necessidades primárias por conta própria. O bebê necessita, então, de uma ajuda alheia, caracterizada por uma pessoa experiente dirigir sua atenção para o estado da criança e, por exemplo, tomar o grito como um apelo, uma demanda (Freud, 1895/1996). A partir daí, o *infans*, ser que ainda não fala, é suposto como sujeito por ser tomado no campo do desejo do Outro da linguagem, lugar em geral ocupado pelas mães, mas não só por elas.

O “complexo do próximo” é específico do ser humano, pois o filhote do homem é o único cujo funcionamento cerebral necessita da atenção particular de uma pessoa que domina a linguagem e pode tomar o que se passa com o bebê para além da satisfação das necessidades. O psiquismo do pequeno bebê vai sendo marcado pelas inscrições mnemônicas deste período. O desamparo inicial do homem vai desempenhar um papel relevante numa

aquisição secundária de suma importância para o ser humano que é a linguagem (Freud, 1895/1996).

A invenção do humano se produz no campo da fala, do simbólico, diante dos limites e da precariedade deste corpo biológico. Como Borsoi (2015) nos assinala, a criação da linguagem, a sua invenção, é essa língua particular, singular pela qual cada sujeito enraizou os pedaços de língua que se fixaram em seu corpo e, com isso, seu sintoma foi construído. Para Lacan, a experiência analítica se mantém em instantes de ver, tempos de compreender e momentos de concluir verdades psicanalíticas, verdades que tem estrutura de ficção, parciais, limitadas e variáveis. Tais verdades não se pretendem todas, inteiras e absolutas.

O que se faz, em suma, em análise, é elaborar, elucidar e, como analistas, testemunhar, o inconsciente, este estruturado como uma linguagem, mas, sobretudo, como efeito da própria experiência analítica, fazê-lo não-todo. Essa verdade do inconsciente que não pode ser senão semi-dita se se a pretende bem-dita. Não se trata, portanto, de compreender exatamente o que é falado pelo sujeito, mas de poder apreender algo que se passa, que ecoa através do sintoma.

A pulsão, mola propulsora do trabalho psíquico, se situa na fronteira entre o somático e o mental (Freud, 1915/1996). Como não poderia deixar de ser, remeter ao humano implica remeter ao que o constitui como tal. Para a psicanálise, iniciando com Freud, vemos que isso se funda na sexualidade e, posteriormente, avançando com Lacan, na linguagem. O corpo erógeno e sexuado é, se assim o podemos dizer, iniciado a partir dos órgãos do corpo biológico, que se tornam dispositivos de prazer na relação com o outro. A sexualidade humana tem sua origem nesse corpo erógeno. Ele, por sua vez, já se distancia do corpo biológico em si, pois está relacionado às fantasias perverso-polimorfos originárias, conforme nos mostra Freud nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/1996).

A sexualidade humana não está subordinada ao instinto e aos seus padrões, o que poderíamos circunscrever no âmbito das necessidades do corpo, mas antes está submetida às pulsões e ao desejo, o que implica algo da ordem do psíquico e não do puramente biológico. O humano se distancia do

prazer advindo do instinto animal, com e pela linguagem, na imersão da cultura a partir do Outro e se dirige ao encontro do desejo no olhar do outro, que o acolhe em seu desamparo (Fernandes, 2000).

Desse modo, dá origem à sexualidade, esta que será construída ao longo de um relacionamento, por vezes angustiante, de cada criança com suas próprias pulsões, através da relação com o outro. Psicanaliticamente falando, a sexualidade humana transita e se expressa ora como um fenômeno puramente pulsional, ora como uma malha simbólica, elaborada com sofisticação. Assim, portanto, ela é pulsão e desejo, ruptura e ligação.

É a partir da vivência de satisfação, viabilizada por intermédio de um outro, descrito, por Freud (1895/1996), próximo, ajuda alheia que supre suas necessidades, que o recém-nascido, desamparado, vai estabelecendo, com o outro, um vínculo de dependência, que futuramente servirá como fonte de desejos que o mobilizarão em suas buscas, relacionadas sempre ao que toca a questão da pulsão e dos objetos aos quais o sujeito retorna na esperança opaca de vivenciar o prazer primeiro, originário. E assim como bem nos lembra Freud em “Escritores criativos e devaneios” (1908-1907/1996, p. 151) “[...] quem compreende a mente humana, sabe que nada é tão difícil para o homem quanto abdicar de um prazer que já experimentou. Na realidade, nunca renunciamos a nada; apenas trocamos uma coisa pela outra”.

Dessa forma, torna-se uma característica indelével da pulsão jamais abandonar o objeto que lhe trouxe satisfação. Por isso Freud, ao enunciar a “teoria do apoio”⁹, refere como a sexualidade inicialmente assume como apoio as zonas do corpo destinadas ao cuidado materno e que, posteriormente, vão se diferenciando como zonas de prazer indo para além da função biológica em si, ou seja, agora revestidas pelo que há de sexual da pulsão.

Como nos aponta Pastore (1999), é por meio dessas ligações que a criança pratica seus primeiros jogos amorosos conflitantes, fantasiados, desejados. Com isso, ela aprende a suportar seus reveses, passando pelo abandono, pela traição, pela sedução e pelo ciúme. E. nos mostra isso em sua

⁹ Freud, S. *A Interpretação dos sonhos*. Capítulo VII. Ele faz referência à experiência de fome, saciedade e satisfação/prazer.

fala, quando começa, por ela mesma, em análise a formular sobre o suposto distanciamento, ou ausência constante da mãe: *“minha mãe, não sei não, deve tá em casa... minha avó é minha mãe também... ela disse que vai pra outra cidade, eu vou ficar aqui com minha avó!”*. A criança adota a avó como a mãe substituta com a qual pode fantasiar uma relação materna, haja vista que a avó é quem dispense grande parte dos cuidados para com ela.

O ciúme advindo da relação com o outro, este do sexo oposto, também assume forma em sua fala, ao referir-se ao primo um ano mais novo que ela: *“o Baiuso é muito chato às vezes ele só quer brincar com meus brinquedos, eu não quero, ele tem os dele, mas só quer os meus... mas eu gosto dele... vou fazer isso aqui (junta vários pedaços de massa de modelar colorida, embrulha em uma folha de papel)... pronto, vou dar pra ele brincar”*. Ao questioná-la sobre a preferência a quem dar o presente, ela responde prontamente: *“pra ele parar de querer ficar com meus brinquedos, né!”*. Assim, E., vai tentando manejar à sua maneira, o ciúme dos brinquedos, o ciúme do primo e o distanciamento da mãe, criando uma lógica única para o discurso que ela mesma construiu para si.

O papel desta lógica, desta história que serve ao sujeito para dar conta de seu lugar no mundo se refere a uma fantasia que remete ao que Freud denominou *O romance individual do neurótico* (1909). Como nos aponta Magalhães (2013), Freud descobre que, desde cedo, a criança tenta articular uma “verdade obscura e insondável” (p. 30) por meio do mito para dar conta do que não lhe é possível apreender. Assim, para Freud, o romance é uma invenção do neurótico, possui valor de mito. Posteriormente, Lacan articulou a expressão de Freud com a expressão criada e apresentada por Lévi-Strauss, em uma conferência de 1949¹⁰: ‘mito individual’, resultando na expressão “mito

¹⁰ Nessa conferência, como nos aponta Prado (2009), Lévi-Strauss aborda o mito individual referindo-o ao xaman e ao psicanalista, em relação aos efeitos terapêuticos produzidos por esses dois personagens. Tanto no tratamento xamanista como no psicanalítico, a cura se dá pela fala e pela constituição de um mito que o paciente vive, ou revive. Na psicanálise, trata-se de um mito que o sujeito deve construir a partir de elementos fornecidos pela sua história pessoal. No xamanismo o mito é social, o sujeito o recebe de fora (pela narrativa de mitos sociais, coletivos, que lhes são dados para vivenciar). Outra distinção marcante é que, por um lado, o xaman fala e o sujeito escuta, por outro, o psicanalista escuta e quem fala é o sujeito – a falar ele constrói o seu mito individual fundante da sua neurose. Pode-se dizer, ainda, que a cura xamanista está no xaman, enquanto que a cura psicanalítica cabe ao sujeito.

individual do neurótico” na qual Lacan articula as ideias de Lévi-Strauss ao texto freudiano *O romance individual do neurótico* (1909) para analisar o caso do Homem dos Ratos e uma relação amorosa vivida por Goethe em sua adolescência. Na psicanálise, a cura se dá pela fala e pela constituição de um mito que o paciente vive, ou revive. Trata-se de um mito que o sujeito deve construir a partir de elementos fornecidos pela sua história pessoal. Este é o drama do neurótico.

Freud propõe para a psicanálise uma valorização do mito através do conceito de inconsciente elaborado por ele. Como pondera Magalhães (2013), toda ficção subjetiva, assim como toda ficção, se constitui com os jogos de linguagem e é isto a que chamamos de estrutura de linguagem, em psicanálise. Para Lacan, a elaboração do mito é uma tentativa de dar forma épica ao que se opera desta estrutura, a saber, o inconsciente. “Para ele, o mito é para cada um uma forma de dizer o que é impossível de dizer.” (Magalhães, 2013, p. 31) e isto implica que, para Lacan, não necessariamente o sujeito do inconsciente seja um poeta, mas sim um poema que pode ser lido, visto que é efeito de estrutura. A criação de ficção emerge como formação do inconsciente.

O saber se inventa enquanto mito, em ficções para dizer o impossível de dizer. Os mitos são realizações de desejos. Transformados em relatos, revelam leis onde vamos encontrar uma retórica própria do inconsciente, que Freud denominou de condensação e deslocamento. Lacan, apoiando-se em Jakobson e em Todorov, as reduziu às figuras de retórica – metáfora e metonímia. (Magalhães, 2013, p. 32)

É o que Freud faz com o mito de Édipo acerca do mistério que ele considera ser a relação de um filho e de uma filha para com sua mãe e com seu pai. Magalhães (2013) nos aponta que é este mistério, sub-rogado à teoria psicanalítica, colocará em funcionamento os operadores de real e verdadeiro, bem como de fato e ficção, exigindo o remanejamento dos conceitos de pai e de mulher. Para Freud, o complexo de Édipo é o núcleo do sintoma neurótico, em torno do qual gira toda a perspectiva do conceito de angústia de castração e o conceito de recalque. Lacan (1967), entretanto, irá apontar, no Seminário XVII, uma elaboração intitulada “Além do Édipo” que, de certa forma, põe em questão o complexo de Édipo como paradigma da psicanálise.

Nisso, podemos também ressaltar a advertência que Lacan sinaliza para a aplicabilidade, na psicanálise, da interpretação de textos literários, enquanto uma leitura simplificada para a qual os devidos cuidados no manejo dos conceitos talvez não estivessem postos de maneira adequada.

Freud percebeu que as seduições sexuais sofridas na infância eram fantasias, como apontou em casos como Dora e Anna O. Assim, o que é guardado nos traços mnêmicos é a experiência de satisfação, esta se constitui na primeira experiência em que se dá a diferenciação prazer/desprazer (Freud, 1895/1996). Quando se encontram o desejo da mãe e o desejo da criança, nesta complexidade de uma vicissitude amorosa, permeando as nuances da fantasia é que se estrutura a sexualidade.

Freud (1900/1996) já nos apontava sobre a questão do desejo na psicanálise. O bebê, ainda recém-nascido, desprovido da capacidade própria para os cuidados básicos de sua sobrevivência, realiza, por meio da alucinação, a satisfação das suas necessidades orgânicas, despertada pela disposição à descarga de toda a excitação pulsional. Inicialmente, as necessidades básicas do bebê, como sentir fome, são percebidas como um despreazer. Quando da presença da mãe, esta que vem prover o alimento, esse incômodo é apaziguado e então, saciado, sendo registrado na memória da criança e associado ao prazer e à satisfação.

Como as necessidades orgânicas não cessam, haja vista a natureza do corpo, isso exigirá que o bebê crie artifícios para lidar com elas e, conseqüentemente, com o despreazer. Assim é como Freud nos indica a relação com essa imagem do objeto que sempre retorna, sob a forma de uma percepção alucinatória, pois o objeto de fato não está lá, na tentativa de fazer saciar. A essa antecipação da satisfação mediante a evocação de uma imagem mnêmica que Freud denomina como *Wunsch*, desejo.

Posteriormente a esse movimento alucinatório no qual a imaginação trabalha a serviço do sujeito, há um alvorecer da pulsão que pode modificar a lacuna de algo no desejo de gozo infindável associando a uma satisfação plena e permanente. Desse modo, o desejo é, portanto, sempre uma tentativa de suplantar o despreazer advindo da repetição recorrente da necessidade representando um “objeto mítico” capaz de superar toda e qualquer falta.

Quando Lacan nos diz que o bebê cai no mundo como um “pedaço de carne”, ele nos referenda a posição a que o pequeno ser está submetido neste mundo.

O nascimento é encarado como a perda do complemento orgânico que joga o recém-nascido, ao mesmo tempo, no reino da carência e da dependência do Outro. Assim, há um desejo primário consiste em fundir-se com o Outro (geralmente a mãe, mas não necessariamente ela), para incorporar o desejo da mãe na condição de objeto capaz de obliterar a falta que lhe dá origem. Tal argumentação pode ser referida ao processo de alienação ao qual aludiu Lacan (1964/2008) nos desdobramentos sobre a constituição subjetiva e a função da fantasia aqui tida como parte fundante da neurose do sujeito diante da angústia calcada na falta, no desvelamento do não-todo do Outro primordial.

A angústia de castração referendada por Freud difere da angústia renunciada por Lacan (1967) que a localiza no ponto de um mal-estar vinculado a um traumatismo original e anterior. Otto Rank sinalizou sobre este traumatismo ao referenciar uma angústia baseada no “trauma do nascimento”. Corroborando com esta hipótese:

Não há outro traumatismo do nascimento senão nascer desejado. Desejado ou não, dá no mesmo, porque pelo falasser. O ser falante em questão se reparte em geral em dois falantes que não falam a mesma língua, que não se ouvem e não se entendem. (Lacan, 1980, p. 07)

Gerbase (2004) assinala que, de fato, na experiência analítica, alguns sujeitos falam que não foram desejados e outros que falam que foram desejados demais. Afirma ainda que os psicanalistas acreditam na hipótese de que o problema do neurótico é ser não desejado. No entanto, atenta que, para Lacan, ser desejado já é em si traumático, visto que o sujeito é desejado por outro sujeito que também não sabe o que deseja, ou ainda, não sabe *quem* (grifo meu) deseja. Delimita, portanto, nesta, a sua hipótese do inconsciente.

O mal-estar estruturante no qual a psicanálise circunscreve o conceito de família não é outro senão o de que nascemos de um mal-entendido, e assim é preciso que o seja, um mal-entendido entre outros dois, em que o nascimento em si já se constitui um trauma essencial. “O homem nasce mal-entendido” (Lacan, 1980) entre dois seres humanos que não falam a mesm(a) língua e se

copulam para a reprodução. O falasser se divide entre dois seres falantes que não falam a mesma língua, que não se ouvem e que não se entendem.

Como nos aponta Gerbase (2004), pensamos que falamos a mesma língua, o que é fato, porém, é igualmente verdade que há, para cada falante, um uso e uma apropriação tão particulares da língua materna que acaba gerando a maioria dos mal-entendidos. Isso é o que nos remete dizer que cada um fala sua própria língua.

O mal-entendido é o inconsciente estruturado como uma linguagem no qual está o falasser que implica o sujeito como ser falante. Mal-entendido posto que não se revela por completo jamais. Gerbase (2008) refere que a psicanálise é uma disciplina, acima de tudo terapêutica, que se atenta para o sintoma mental que se define como um discurso, portanto, como uma equivocação, o mal-entendido, falsa interpretação que produzimos da realidade, visto que nunca alcança o sentido todo do real (impossível de se acessar), mas que se expressa como efeitos de discurso. O sentido é barra, limite, na medida em que, se o homem nascesse falando, o sentido estaria decifrado desde o início de sua existência.

Na psicanálise, sobretudo lacaniana, mais decisiva do que qualquer outra capacidade inerente ao homem no momento de seu nascimento e, portanto, referente a uma falta devido à imaturidade do corpo, é a imaturidade linguística. O homem padece de um desamparo completo e há uma dependência absoluta de um outro. Inclusive pelo fato de que o homem não nasce falando, e que, entretanto, precisa interpretar a realidade desde o momento em que nasce, sem ter acesso à fala, o direciona para um leque de ações. Alguns destes atos incluem: chorar, gritar, balbuciar, demandando algo do outro que não está apenas no registro de uma ação simples, direta e objetiva, mas que requer interpretação do outro, deciframento, visto que não porta em si um sentido único e generalizável (Gerbase, 2008).

Lacan (1980), como indicado anteriormente, afirma que, nessa comunicação com o outro, a série de mal-entendidos que vão se assentando no inconsciente, formando como se fosse um aluvião, faz o sintoma. Gerbase (2004) corrobora tal conceito salientando que a teoria d'alíngua é a teoria do inconsciente como aluvião. Há a língua e alíngua. Há a língua materna e há

alíngua (o inconsciente), depositário destes mal-entendidos. Arrisco-me ainda a dizer como o fato de ser desejado e ser não desejado se inscreve em meio a este aluvião, tornando ele mesmo possível pela via do desejo inconsciente, posto que nascido.

Como nos explica Gerbase (2008), uma pequena criança não possui ainda o sentido das palavras, não nasce com esta capacidade pronta, porém ela possui o som e consegue repeti-lo ainda que não saiba o sentido. Como esta capacidade para atribuir o sentido às coisas da existência humana chega tardiamente para o sujeito, ela se presta a todo tipo de equivocação no qual o som de uma simples palavra pode se desdobrar nas mais diversas interpretações e repetições: tal qual E. escuta e pronuncia o nome do primo que na equivalência da modificação fonética aproximamos de um nome muito comum, mas em seu dizer se transforma em “*Baiuso*”. E ainda depois, mesmo quando se inicia a fala, quando se adentra o mundo simbólico, da linguagem, este mundo da comunicação humana, ainda assim os mal-entendidos permanecem. Porém, a partir deste momento, o sujeito antes apenas interpretado pode agora também interpretar, é possível a ele mesmo dar sentido.

Assumir o inconsciente como mal-entendido é conceber que há um nexo entre o que permanecerá irreduzível e, portanto, incompreensível. Suportar esse irreduzível sem tentar demasiado esclarecê-lo parece ser, segundo Bolsoi (2015), a contribuição da psicanálise nos tempos atuais. Essa perspectiva implica outra dimensão do inconsciente, em que o sentido e a interpretação não o acessam, exatamente porque ele funciona de um modo exterior à cadeia significante e à suposição de saber.

A associação livre e a interpretação têm uma dimensão que opera a partir do sentido. Como isso sempre falha no sentido do que não se pode dizer todo, numa análise somos reconduzidos ao real separado do sentido. Estamos aí na dimensão do efeito traumático da língua sobre o corpo, um corpo que goza e fala onde rateia a interpretação e o deciframento. “Um corpo que não fala, mas serve para falar” (Mental, 27/28, “*Parler avec son corps*”), “corpo

falante, que mantém uma relação do inconsciente com a linguagem, mas onde o corpo passa a ter um peso nesta engrenagem.”¹¹

Lacan (1980), sobre isso, enfatiza que “o corpo só emerge no real como mal-entendido”, sendo fruto de uma linhagem da qual boa parte de suas vicissitudes provém do fato de que ele já estava imerso no mal-entendido, banhado desta linguagem o máximo que lhe fosse possível e a quem lhe fizesse melhor. Como nos aponta Drummond (2007), o discurso da psicanálise procura fazer com que emerja o desejo que produziu uma criança. Interrogar o desejo do Outro põe em questão a angústia que denuncia um real em jogo no nascimento da criança, isto é, o desejo ou o gozo do qual ela é produto. Miller (2006) nos indica que tomar os sintomas somáticos como direção no tratamento analítico é tomar o sintoma como efeito da incidência da palavra sobre o ser vivo.

A partir da imersão neste mal-entendido, como produto dele mesmo, a criança recebe e sofre a língua da família que ela tem. Isso é o que se transmite quando se afirma “que lhe deu vida”, a apresentação de um saber, a vivificação de um gozo que o sujeito herda e que, como nos refere Lacan (1980), causa-lhe o mal-estar. E é aqui, acredito, que podemos localizar o desejo, enquanto fato mesmo de ser desejado, ou não, e que não vem sem mal-estar, a angústia primordial de existir. Este é o mal-estar estruturante de uma linhagem que já havia antes mesmo do nascimento e que incide sobre o corpo para que o anime e daí possa advir um sujeito.

Lacan refere exatamente nisso que o mal-entendido já é inerente ao sujeito posto que o situa em meio ao “balbucio” que já existia na língua de seus ascendentes. É o que podemos ler como a inscrição do sujeito no campo do Outro, pela via do desejo e do gozo. Aí, Lacan assinala que não há muito o que inventar, enquanto balbucio, de linguagem, posto que já está lá. O que está por fazer é o modo como se dará esta virada, o sujeito terá que se a ver com o que se recebe do campo do Outro e isto se vai constituindo como mal-entendido, como Inconsciente.

¹¹Bolsoi, P. (2015). Comentários *Inconsciente e mal-entendido*. *O mal-entendido do corpo*. Disponível em <https://omalentendidodocorpo.wordpress.com/tag/lacan/>

Como refere Drummond (2007), o que buscamos é tomar os ditos e os não-ditos que determinaram o sujeito, os momentos em que ele teve um encontro com o real do gozo e o que ele foi como objeto de desejo para o outro. O modo como os pais desejaram uma criança passa pela aprendizagem que ela faz da língua e o sintoma pode revelar como, para cada um, se amarraram língua e corpo. A criança faz um trabalho de se virar com aquilo que recebe do campo do Outro. Laurent (2001) afirma que a criança é uma ficção para os pais. Ela é ideal, e dá lugar a todos os sintomas que surgem do “desejo de filho”, que não podemos obviamente prescindir de que este desejo emerge do mal-entendido.

Pensando nesta transmissão, é o que Lacan propõe a referência do chamado princípio de família. Visto que há algo no nível do não-compreendido, por isso mal-entendido, que tem a ver com a construção e constituição linguageira de cada um e que na união dos corpos que não dialogam, posto que não se comunicam no que a linguagem inconsciente tem de inacessível ao outro, e se pretendem Um Ser Falante apesar de não o alcançarem senão pelas vias do simbólico.

Como propõe Borsoi (2015), o mal-entendido pode ser entendido como a divergência de interpretação entre pessoas que creem que se compreendem. Tal crença deixa velado o gozo opaco que essa tentativa mesma introduz. Desse modo, a compreensão será sempre uma ficção, muitas vezes necessária, um gozo que a fantasia encobre. Esse gozo nomeia um ponto que pode deixar o sujeito à deriva em busca da verdade última, da última palavra com a qual ele será compreendido.

Caminhar da noção de família para a psicanálise até chegar à noção de sujeito inconsciente circunscreve um dos objetivos deste trabalho visando atender para o ponto de que, muitas vezes, não parece ser a paternidade/maternidade biológica, ou uma decisão jurídica social que irão garantir a constituição subjetiva. A família acaba sendo um recurso de que o sujeito também dispõe para interpretar seu sintoma e, portanto, apontar-se como sujeito falante, *fa/asser*, a partir do que a estrutura familiar tem a lhe oferecer, bem como possibilitar, no caso da criança, defrontar-se com o gozo

do outro diante das pessoas que encarnam para ela as funções dos operadores lógicos de pai e mãe.

O texto "Nota sobre a Criança" (Lacan, 1969/2003) é fundamental para embasar a questão da criança no seio familiar. De capital importância e profundidade teórica, refere um ponto crucial quando se trata do sintoma da criança, no qual este pode vir a "representar a verdade do casal parental" (Lacan, 1969/2003, p. 370), indicando que o sintoma pode não necessariamente referir-se à criança, mas a algo da estrutura familiar que faz questão.

Como aponta Fernandes (2004), referenciando as concepções de Freud e Lacan, a família, para a psicanálise, é o lugar onde se dá o percurso do mito à estrutura, no qual a criança nasce a partir de um gozo mítico e originário, que em Lacan toma a forma do mito da mãe fálica, que remete a um objeto causa de desejo no Outro materno. Um mito que se sustenta no mito do casal parental, em que a mãe também é causa de desejo para o pai, fazendo incidir sobre ela uma falta e que, para Lacan, anuncia algo da ordem do impossível da relação sexual, pois que tem a ver com a própria estrutura da linguagem. Nesse sentido, podemos dizer que, portanto, para a psicanálise, a família não é uma estrutura em si, mas, sim, uma operação simbólica, lógica, na qual a estruturação do sujeito inconsciente acontece.

3.2.1 O pai para a psicanálise: um (a) versão do sintoma

O pai para a psicanálise não é o pai biológico. Ele é o nome que particulariza um desejo e designa um lugar, sempre terceiro. O pai para Lacan, em RSI (1975), é aquele que situa a mãe de seus filhos como mulher, causa de seu desejo. O pai é a consequência da orientação do desejo de um homem por uma mulher, ou seja, o pai com seu desejo orienta os pares significantes dentro do discurso da família, de modo que sua versão (*père-version*) estrutura a família edípica.

Gerbase (2008) coloca a definição de pai para cinco posições teóricas: a psicanálise, a pedagogia, a biologia, o direito e o bom senso. Para a biologia, o pai é o genitor, questionando a evidência do enunciado visto que, segundo a

proposição latina, *mater certus, pater semper incertus est*. Para a pedagogia, o pai é um educador, que assume também as vezes de professor, pedagogo, educador técnico, que ensina a boa educação, as regras de conduta, a educação cotidiana. Já para o direito, o pai é um legislador, aquele que promove a lei, ou a faz cumprir. O bom senso afirma que o pai é aquele que estabelece a lei e os limites na família.

E, para a psicanálise, o pai tem a função de lei, não a lei imposta no campo do direito, mas a lei do desejo. Assim, um pai é tudo o que barra, que funciona como limite, como lei. Nesse sentido, tudo implica que não é a figura do pai, genitor, masculino a quem está unicamente destinada essa função, pode ser ela designada a uma mãe, tio, tia, irmã, avô, o trabalho e até, mesmo, por que não, o sintoma. Tudo que exerça a função de barra, de limite ao gozo – essa mistura de prazer e desprazer advindo de uma relação que faz sintoma.

Segundo Gerbase (2008), quando se pergunta sobre o que é um pai, trata-se de saber qual é sua função, a função paterna $[f(x)]$ (em termos matemáticos), de acordo com Frege (1975, como citado por Gerbase, 2008). Ao que se inscreve no sintoma, este pode funcionar como uma metáfora paterna, um substituto do pai. Para além da designação do que é um pai, em termos básicos e gerais, ele propõe ainda um complemento: o que é um pai, para um ser que fala, um ser falante, ser de linguagem, portanto um ser humano? Avançando um pouco mais, o autor nos questiona sobre esse ser inscrito em uma linguagem, portanto, humano e com isso, sujeito, da consciência, do que pode dizer e ser dito “eu sou”. Mais ainda, ele propõe que a pergunta da psicanálise, segundo a qual, Lacan afirma ser o inconsciente estruturado como uma linguagem, e sendo este ser, um ser de linguagem, seria então: o que é um pai para o sujeito do inconsciente?

O inconsciente, para Gerbase (2008, p.27), “é o fato de que estamos sempre aquém do que pensamos, do que fazemos, do que desejamos e do que dizemos.” Ou seja, fazemos tudo isso, sem saber, é o que se traduz em termos do fato de que quando dormimos, estamos despertos, e quando despertos, dormimos.

Entretanto, a ética de que trata este trabalho envereda por outra questão na relação com o cuidado que não a do bem-estar, mas a do bem dizer. Bem

dizer o sintoma de modo que, como destaca Fernandes (2003), é pela via do bem dizer que o sujeito pode se implicar no seu sintoma. Sujeito, portanto, nesta perspectiva, é o sujeito do inconsciente, o sujeito da linguagem, aquele que fala e que está imerso no mundo da linguagem, já que "o inconsciente é estruturado como uma linguagem" (Lacan, 1964/1985, p. 27). O inconsciente é constituído pelos materiais recalçados: "o inconsciente não é perder a memória; é não se lembrar do que se sabe" (Lacan, 1967/2003, p. 334, grifo do autor). O sintoma, tomado por este viés, refere-se a uma formação e manifestação do inconsciente, o que será melhor detalhado posteriormente.

Magalhães (2005) remonta a questão da adoção na psicanálise ressaltando a incerteza do pai na transmissão que se dá na filiação. No enunciado jurídico *mater certissima, pater semper incertus est* a que Freud (1909/1996) se refere, já aponta para a queda da onipotência do pai e suas possíveis falhas, na qual sempre ficará a dúvida em relação à paternidade, dúvida esta necessária para que não se tenha a lei encarnada no pai em si, mas sim instaurada no imaginário e no simbólico, visto que o pai real é o que não existe.

O pai real é aqui entendido, dentro dos três registros trabalhados por Lacan durante toda sua obra: o real, o simbólico e o imaginário. O real, nessa dimensão, não deve ser confundido com a realidade, ou seja, o pai de carne e osso, mas deve ser compreendido, na concepção lacaniana como algo da ordem do impossível, o que não cessa de não se inscrever, instaurando o sujeito como ser inscrito na linguagem. O pai real se refere, portanto, à operação de separação, que marca o sujeito na saída, ou não, da sua posição de objeto do desejo materno.

A presença da figura do pai em si não garante o exercício da função paterna, que promove a saída da mãe do lugar de onipotência sobre a criança. Tal fato contrapõe a evolução técnica e científica na biologia e, aqui, a proposta é fazer com que haja uma interface no intuito de dialogar com os diversos saberes, como no âmbito social e jurídico a fim de examinar quais outras possibilidades podem ser dadas aos sujeitos envolvidos nesses processos.

Na biologia, surgem os recorrentes exames de paternidade DNA, tendo o absoluto da afirmação médica como estatuto de verdade ao qual não há que

duvidar, no jurídico e social, o veredicto que afirma por meio da legislação e do contrato com estatuto de verdade que um pai é um pai e uma mãe é uma mãe. Em tais dimensões: jurídica e biológica é possível isso afirmar: há um pai biológico, há um genitor, há um responsável legal que retém a tutela da criança, contudo, pergunto, o pai simbólico está aí garantido? A clínica indica que não. Ela tem indicado que mesmo as adoções legais, mesmo a paternidade comprovada biologicamente não garantem a existência do pai simbólico visto que esta paternidade se dá na dimensão simbólica (Magalhães, 2005).

Lacan traz contribuições no tocante à questão da paternidade em relação à qual podem ser ressaltadas algumas questões básicas. Uma delas diz respeito ao que ele refere como decadência da imago, da função paterna, que a seu ver se constitui uma questão básica das sociedades modernas e que Roudinesco (2003) também aponta em sua obra, abordando o patriarcado e seus desdobramentos na trama social e familiar. Apesar do que poderia se pensar em relação ao patriarcado e à decadência da função paterna, é prudente salientar que o patriarcado não garante a transmissão atribuída à função paterna, justamente porque não se trata de fato de uma figura paterna, mas como a própria nomenclatura lacaniana assinala, trata-se de uma função.

Assim, o patriarcado concebido como uma instituição familiar, um modo de transmitir o parentesco, não é a certeza de que o investimento libidinal atribuído ao falo, do lado do masculino, seja concretizado, no sentido de cumprir sua função dentro do complexo familiar, como a lei aí inscrita. A lei de que trato aqui é a lei que rege a família no sentido lacaniano do termo que permite que, para além dos filhos gerados, estes possam tornar-se sujeitos nomeados, e/ou portadores de um desejo que não seja anônimo.

Tal nomeação, nas vias da constituição subjetiva, à qual podemos atribuir um valor fundamental de sintoma, que a função paterna atribui aos filhos, dá-lhes o lugar nomeado de sujeitos. E. gostava de desenhar e de brincar com massa de modelar, adorava escrever e reescrever seu nome várias vezes. Certa vez, em uma de suas produções, começou a soletrar seu nome e a escrever no papel desta maneira, separadamente e, de repente, eis

que surge a palavra “LEIS” em sua escrita, ao que ela interroga o que seria esta palavra que ela ainda desconhecia: “o que é Leis?”.

Vale ressaltar que, a maioria das crianças, especialmente na região em que ela residia, na alfabetização, quando liam as letras L, F, G, M, N o som respectivamente pronunciado era Lê, Fê, Guê, Nê. E, justamente, surge de sua produção esta palavra: “lei”, termo que nos é tão caro, e que designa, segundo o que Lacan aponta em seus escritos para a função do pai, “na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo.” (Lacan, 1969/ 2003, p. 369).

Há algo de específico, de particular na criança que fisga o Outro e a que ela também - a criança - se deixa fisgar. A criança é suposta pelo Outro antes mesmo de existir como sujeito. O fato de nos identificarmos com o sintoma não implica que tenhamos identificado o sintoma. Podemos, a partir do caso de E., revisitar a teoria, quando em se tratando da escrita de seu próprio nome (este prenome que a identifica), ela reconfigura como seu próprio sintoma ao soletrar, num equívoco da língua, a formação da palavra “l-e-i-s” e se dá conta de que forma um significante outro que a faz questionar sobre o que é “leis”.

E assim, o que é lei, o que são as leis, “*para que servem?*”. Ao deixar cair este significante faz operar algo em seu próprio processo. Como nos afirma Soler (2012), há um nome que está para além da identificação simples do sujeito, mas um nome que diz respeito ao sintoma de que o sujeito padece e este reporta ao inominável do gozo.

A demanda inicial da análise de E. vem justamente no ponto em que o estabelecimento de limites não faz borda, não se instaura. E. grita incontrolavelmente e incessantemente ao ter algum pedido negado e diz: “*eu quero, agora, eu quero, eu quero, eu quero agoraaa...*”, rabisca todas as paredes da casa, corta todas as revistas e livros que vê pela frente, corta seu próprio cabelo, gasta o quanto pode e tem à sua disposição, a exemplo das massas de modelar que utiliza todas as cores e quando pontuada sobre isso, rebate: “*eu vou usar tudo, assim ó... nanananamiaaauu, iaauuuuu, iaauuuuu...*” e entra em uma lalação quase autística desse fonema sonoro enquanto espreme o tubo de cola em vários papéis em branco sobre a mesa, tal como um gozo que se deseja ser interminável na pronúncia do som e no ato

de espremer o tubo de cola. Ou ainda, quando derruba sobre si as peças em EVA de um jogo de montar; ou quando utiliza quantas folhas de papel possa para dizer “*isso, e mais uma e mais uma e mais uma*” e assim sucessivamente montando uma folha sobre a outra. Não há limites.

E de repente, E. se depara com “leis” que é do que diz seu sintoma, que é da reivindicação por um lugar nesta estrutura familiar em que ela se encontra, na qual a avó tenta emergir como função paterna e se arrisca por meio de um outro fazer limite, fazer borda para a neta, temerosa de que esta “*fique louca como a mãe*”. Tal qual o gozo feminino, para o qual a mulher não tem nada a perder, há uma desmedida. Como nos aponta Pereira (2014), desde muito cedo, a menina é confrontada ao gozo feminino da mãe e refere a devastação inerente ao gozo feminino por este ir além do falo. Não há um objeto, no caso objeto *a*, que circunscreva o gozo, como no caso do gozo masculino.

Lacan (1971/2009), no Seminário “De um discurso que não fosse do semblante”, refere ao infinito a lógica do não-todo. Pereira (2014) afirma que não se trata de incompletude, mas de abertura. Assim, ao abordar o não-todo como sem limites, sem mensuração (desmedido) é aproximar ao que ocorre na sexualidade feminina, pelo $S(\bar{A})$. Isto é, estando o falo na impossibilidade de saturar o campo do gozo feminino, a reivindicação fálica pode retornar para uma mulher na forma de uma devastação.

No caso de E., bem como no de sua mãe, Laia¹², tida como “*louca*” pela avó de E., essa reivindicação, diferente para cada uma, parece emergir neste campo do gozo feminino, este que é não-todo e por sê-lo, se fecha em si mesmo. A demanda empreendida pela criança a localiza frente ao gozo da mãe, que aqui no caso não a toma do lugar de mãe, posto que este lugar é direcionado para a avó. E. então para um instante e reflete sobre isso que está diante dela como um pintor que se deslumbra com sua obra de arte recém-concebida e ao final da sessão diz: “*fica com esse aqui para você, guarda aqui*” referindo-se ao papel que desenhou sobre seu nome, guardando na caixa de massa de modelar na qual estão outras produções suas.

¹² Nome fictício que faz referência a Laio.

A caixa de massa modelar surgiu como uma intervenção de continuidade das sessões e como barra ao seu desejo de sempre ter massas novas à sua disposição. Em supervisão e elaboração do caso, remete a uma pontuação no gozo de E. que se queria interminável, bem como com outros objetos, mas que lhes custavam sempre uma renovação, um dispêndio, um investimento.

Indubitavelmente, seguindo o que a metáfora paterna opera no sujeito, ela é transmitida através do lugar de desejo ocupado pela função materna. Essa relação, como já referido anteriormente, não advém necessariamente da transmissão pelo, ou a partir do imaginário pai da realidade, de "carne e osso", da figura do pai em si. Este lugar, para alcançar essa finalidade, faz avançar o nome transmitido pelo pai ao sujeito. Este nome recebe valor de sintoma, assim como Gerbase (2008) assinala que o pai, para o sujeito do inconsciente é o sintoma, e o faz por ser um "traço imagético" desta função paterna originária, cuja barra incide no desejo da mãe (DM). O que barra o desejo da mãe aqui é o que caracteriza a incidência da lei, do "Não" do pai sobre o gozo materno.

Será este lugar desejante da mãe que possibilitará que seja transmitida aos filhos a identificação, denominada tanto em Freud como em Lacan, como viril, sendo aquele que vem anunciar tanto uma proibição, no sentido da castração, quanto uma equivocação, onde o pai vacila, e assim marcam, de forma singular e original, a dimensão simbólica da paternidade.

Assim, a referência paterna se configura enquanto Nome-do-Pai. Se podemos fazer alusão ao que Freud (1914/1996) em "Sobre o narcisismo" nos aponta em termos de Ideal do Eu e Eu ideal, essa referida função paterna é transmitida em seu nome aos filhos a identificação viril através do Ideal do Eu provindo do supereu materno. Isso se deve ao lugar desejante da mãe, que é, por sua vez, sempre anunciadora de uma proibição e, ao mesmo tempo, de uma equivocação que há de se operar no ser para constituí-lo sujeito, o mesmo que se transforma, através do Ideal de Eu, em identificação viril.

Visto que ocorre uma erotização da metáfora paterna, há um impedimento para que este se torne perverso, ou seja, o todo absoluto da lei, o pai encarnado, personificação da lei e não representação desta. Pois,

ocorrendo tal fato, em vez de termos "a criança é o pai do homem", como Wordsworth supõe, teríamos a produção psicótica do sujeito não-nomeado pela metáfora paterna, advindo de um desejo eminentemente anônimo.

A função do pai é preconizada "enquanto seu nome é o vetor de uma encarnação na Lei do desejo" (Lacan, 1969/2003, p. 370). A isso refiro à metáfora paterna que ele teoriza e ao sentido da transmissão de uma lei do desejo aí implícita. Note-se que ele não fala propriamente da encarnação na lei do desejo, mas de vetor, ou seja, de uma orientação, uma indicação, um sinal que vem a marcar a transmissão, talvez como seria possível associar com o Nome-do-Pai na metáfora paterna e posteriormente, Nomes do pai, como Lacan irá tratar. Refere a uma lei que não passa diretamente do pai para seus filhos, mas que é mediada, atravessada pela mãe, caso contrário, resultaria no pai absoluto, doutrinador. Acontece então que um pai não tem direito ao amor, nem ao respeito a não ser que faça de uma mulher causa de seu desejo (Sauret, 1998).

"A relação do sujeito ao Outro se engendra por inteiro num processo de hiância. Sem isto, tudo poderia estar aí" (Lacan, 1964/2008, p. 202). Assim, mesmo que inicialmente o sujeito, para vir a se constituir como tal, necessite alienar-se aos significantes do Outro, há que se instaurar um furo, um buraco, uma lacuna, onde algo falta, para que, a partir desse vazio, o sujeito possa emergir. O significante é um traço, porém um traço apagado, ele está ali, mas não está, ou se pretende ausente a fim de não se mostrar todo.

Segundo Lacan (1962-1963/2005, p. 73), ele se distingue do signo, porque o signo é aquilo que representa alguma coisa para alguém, está na ordem do sentido, enquanto que o significante é o que representa um sujeito para um ser significante, portanto na ordem do desejo, do que faz emergir uma posição subjetiva, desejante. O Outro, como ele nos diz é um lugar, o lugar no qual se situa a cadeia do significante que comanda tudo o que vai poder presentificar-se do sujeito.

É este o lugar do Outro primordial, aquele que oferece ao ser o "banho de linguagem" a partir do qual se abre a possibilidade de este ingressar em uma ordem simbólica. O que caracteriza a primeira fase, denominada por Lacan de alienação, é a primeira operação que constitui o sujeito na qual a

criança é capturada como objeto de gozo do desejo materno (DM). A função materna que opera neste nível é a que vem a supor um sujeito onde ele ainda não está, onde ele ainda não existe, apresentando ao bebê os significantes aos quais ele poderá vir a se amarrar.

É uma escolha forçada à qual o sujeito se encontra na dependência do Outro (Kaufmann, 1996). Como Lacan (1964/2003, p. 194) assevera: "o que se deve fazer, como homem ou como mulher, o ser humano tem sempre que aprender, peça por peça, do Outro". Ele refere que essa condenação a uma escolha na alienação se trata de um *vel* da exclusão: "isso ou aquilo", ou em termos mais específicos "tu ou eu". Para Lacan, como nos aponta Soler (1997), o *vel* do qual ele se utiliza para pensar esta proposição advém de uma definição lógica da união. Há dois *vels* clássicos e Lacan cria um terceiro. O primeiro *vel* é por ele denominado *vel* de exclusão:

Ilustração 2: *Vel* de exclusão

x	y	<i>Vel</i> da exclusão	
V	V	F	linha 1
V	F	V	linha 2
F	V	V	linha 3
F	F	F	linha 4

Fonte: Soler (1997, p. 59)

Desse modo, fica explicitado que é num *vel* que existem dois elementos, x e y. No exclusivo, se temos x, não podemos ter y. Na linha 1, quando x é verdadeiro, y deve ser falso, para que o *vel* seja satisfeito. Se assim não o for, o *vel* da exclusão não se caracteriza como verdadeiro. Nas linhas 2 e 3, para que o *vel* seja satisfeito, temos que x é falso e y é verdadeiro e vice-versa. E, finalmente, na linha 4, o *vel* se torna falso, não satisfeito, posto que ambos, x e y, não podem ser falsos. É possível aceitar que um ou outro elemento seja

verdadeiro ou falso, mas pelo *vel* da exclusão, não o podem ser os dois ao mesmo tempo (Soler, 1997).

Já o *vel* de união é um *vel* modificado, posto que acrescenta algo a mais ao *vel* da exclusão.

Ilustração 3: Vel de união

x	y	<i>Vel</i> da exclusão	<i>Vel</i> da união
V	V	F	V
V	F	V	V
F	V	V	V
F	F	F	F

Fonte: Soler (1997, p. 60)

De acordo com o *vel* da união, x e y podem ser o mesmo. Ele permite uma gama de variações maior que o *vel* anterior e se satisfaz de forma que essas possibilidades sejam consideradas verdadeiras a partir da inclusão e não da exclusão. Ele adiciona x a y. Assim, ele só se torna falso quando x e y forem falsos. (Soler, 1997, p. 60)

O terceiro e último *vel* a que Lacan faz referência é o *vel* de “escolha forçada”. Esta é uma expressão que se associa a este *vel* considerado um tanto raro e o apresenta, em suma, como um *vel* que não oferece tantas possibilidades de escolha assim. Posto que “forçada”, esta não é uma escolha necessariamente no sentido estrito do termo e aponta sempre para a exclusão de um dos termos.

Ilustração 4: Vel de “escolha forçada”

Bolsa	Vida	Vel de “escolha forçada”
V	V	F
V	F	F
F	V	V (nossa única escolha)
F	F	V

Fonte: Soler (1997, p. 60)

E, mais ainda, para além de um nível imaginário, dessa exclusão, trata-se de uma questão de conservação, mais que de exclusão à qual o exemplo da expressão "a bolsa ou a vida", "a liberdade ou a morte", torna-se mais apropriado. O vel alienante implica que não é possível manter as duas coisas, ou se conserva a vida, ou se perde as duas (Lacan, 1964/2003). Ou seja, se escolho a bolsa/liberdade, pois abduco da vida. Se escolho a vida tenho uma vida decepada, amputada da liberdade. Como Lacan ressalta do pensamento de Hegel, o que se trata da primeira alienação pela qual o homem entra na via da escravidão: "a liberdade ou a vida", não há como escapar. Sem liberdade ainda há possibilidade de vida, mas sem vida, não há possibilidade de nenhuma das duas.

A segunda operação que Lacan denomina de separação é onde far-se-á o corte, a borda, a hiância, caracterizada como produto eminentemente oriunda das faltas do Outro, do que se deixa escapar e não se cumpre totalmente, de onde a pequena criança começa a questionar o desejo do Outro se ela não é o objeto que completa a este Outro, logo se pergunta o que ele deseja (de mim)? Surge um enigma (X).

A metáfora paterna é introduzida por Lacan no sentido de fazer funcionar a operação significante e de constituição subjetiva a partir da alienação e

separação em que o Nome-do-Pai adentra a cena dual mãe-criança para barrar o desejo do Outro materno, retirando a posição da mãe fálica e dando lugar à mãe castrada, não-toda e na qual a criança não poderá servir como objeto de gozo no desejo materno.

Ilustração 5: Fórmula da Metáfora Paterna

$$\frac{\text{Nome-do-Pai}}{\text{Desejo da Mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo da Mãe}}{\text{Significado do sujeito}} \rightarrow \text{Nome-do-Pai} \left(\begin{array}{c} \text{A} \\ \text{Fa} \left(\text{o} \right) \end{array} \right)$$

Fonte: Lacan (1955-1956/1998, p. 563)

A metáfora paterna, segundo Miller (1996), não significa apenas que o Nome-do-Pai reprime o desejo da mãe, submetendo-a à lei, mas remete a uma divisão do desejo na qual a criança enquanto objeto não seja tudo para o sujeito materno, que há algo para se desejar além deste objeto. Assim, referenda a ideia de que os cuidados em demasia podem incidir a criança como único objeto materno. O desejo dividido, não-todo, implica em que o desejo da mãe se direcione para um homem, representado pelo pai, e que por ele se sinta atraída. A divisão está entre a posição de mãe e mulher, enquanto a mãe não sendo toda pela criança, ou esta vindo a dividi-la entre mãe/mulher, que deseja o falo, mantendo-se, ainda que mãe, como causa do desejo de um homem.

A função paterna, para fazer do lugar de desejo da mãe uma possibilidade de transmissão do Nome-do-Pai, que marca para sempre o sujeito, determina-se sobre este lugar, como um traço unário, marca primordial da constituição subjetiva, compondo assim a metáfora paterna. Esta é, por sua vez, desse modo, denominada, pois, é por meio dela que a transmissão da nomeação fálica direcionada ao sujeito pelo simbolismo da paternidade se concretiza tendo veiculado para este sujeito a significação particular deslocada do pai. Por isso, a metáfora, cujo significado remete a uma figura de retórica em que a significação habitual de uma palavra é substituída por outra, só aplicável por comparação subentendida, nos remete à condução (transporte, transposição) substitutiva da significação. Portanto, à função paterna cabe

atribuir ao sujeito nomeado de investimento libidinal, o falo, e torná-lo capaz de ser afetado por um objeto que lhe cause desejo.

Assim, a criança também pode dividir o sujeito materno em mãe e mulher, sendo essencial que a mãe possa desejar outras coisas além dela. Exemplos são os casos em que algumas crianças pontuam sua relação com a mãe no sentido de solicitar a entrada de um terceiro seja amigo, namorado, seja querer dormir sozinha, ou, no caso de bebês ou crianças muito pequenas, exigir a mamadeira, uma colher ao comer, negar o seio materno, ou aventurar-se por se alimentar de outras formas mais independentes da ajuda materna, na tentativa de dizer que ela pode fazer algo por si mesma na qual a mãe não pode, fazendo corte no desejo materno de tudo-saber, tudo-poder em relação ao objeto criança. Como reforça Miller (1996), “a criança preenche ou a criança divide”.

A operação de separação promove a partir de um corte, que inscreve a criança em uma outra lógica, de produção agora de um sujeito que passa a perguntar o que o Outro deseja, e posteriormente irá se perguntar sobre seu próprio desejo. Nesta operação de constituição do sujeito no campo do Outro, Lacan afirma que se trata de um *separere*, de um engendrar-se. Tal afirmação lembra Freud (1909/1996) quando trata da construção dos romances familiares e da relevância que ele atribui a essa construção pelo fato de que ela é estruturante no sentido de que, a partir daí, é que se abre a possibilidade de que se cumpra a tarefa que, segundo o próprio Freud, é a mais necessária e a mais difícil, e ao mesmo tempo a mais dolorosa que o ser humano deve realizar, a de separar-se dos pais. Tal separação é entendida simbolicamente, como operação em que a criança sai da posição de objeto e passa, enfim, a se constituir como sujeito desejante.

Ainda na obra acima citada, Freud tece algumas considerações sobre as propriedades das relações familiares que são estabelecidas entre pais e filhos e discorre sobre a função dos pais junto à criança e sua relação com a autoridade. Para ele, os pais constituem para a criança pequena a máxima e única autoridade e fonte de todos os conhecimentos. Freud (1914/1996) ressalta que há uma idealização necessária a fim de que a relação se caracterize como estruturante do psiquismo da criança. Ao que ele refere como

Eu ideal é o desejo presente e mais importante da criança de equiparar-se aos seus pais, figuras de referência e perfeição, de tal forma que tentarão atingir a grandeza erigida pela imaginação infantil.

O que ocorre, no entanto, é que a estruturação da psique se dá complexizando às relações entre pais e filhos o que remete a uma elaboração maior por parte da criança do que vem a ser impossível de obter no ideal dos pais como infalíveis e passíveis de faltas. E é o que justamente fará avançar a estruturação da psique no sentido de que há uma transmissão de uma falta que é estruturante, de não conceber o pai todo ou a mãe toda. Nesse movimento, a criança começa a comparar e a questionar as qualidades sublimes que ela havia atribuído a seus pais.

A partir disso, contrapõe-se realidade e idealização, um momento em que até mesmo o filho biológico questiona em sua fantasia de ser adotado, de ter outros pais que não aqueles falíveis a que ela está ligada. Nesse passo, a criança buscará fora do âmbito familiar, que lhe institui a falta, algo do que é da ordem do impossível de se realizar pela transmissão da lei, outras possibilidades, formas de se fazer sujeito e posteriormente de fazer família. Ele buscará em outro núcleo familiar, diferente do seu, com outro parceiro ou parceira, constituir outra família.

O Ideal do eu é o que irá se formar a partir do que restou da primeira idealização, tornando-se como fonte ao que sempre se irá retornar na busca de um ideal que não será possível alcançar. Lacan (1953/1986) refere-se ao ideal do eu como uma orientação que se inscreve no simbólico, que conduz o sujeito nas suas relações com os outros. Já o eu ideal está no registro do imaginário e constitui-se uma formação basicamente narcísica, assemelha-se a um sonho, ou a algo a que se aspira (Roudinesco e Plon, 1998).

Desse modo, então, o ideal do eu assinala para o sujeito o que ele perdeu e o que ele almeja buscar incessantemente enquanto retorno ao eu ideal, tentando reviver a sensação de completude primeva do momento da interdição, da lei, que barra o que não é possível de se constituir enquanto relação incestuosa, como a lei paterna. O eu ideal, portanto, diferentemente do ideal do eu, remete a um passado, a uma reminiscência do vivido fusionado a si mesmo e ao Outro primordial que está inscrita na configuração do ideal do

eu, mas neste atualiza-se de modo a tornar possível ao sujeito avançar em sua estruturação psíquica.

Freud (1914/1996) relata que a constituição do eu está atrelada à constituição narcísica do sujeito e, portanto, à formação do ideal. Retomando o narcisismo infantil no adulto, tangencio o que podemos tratar sobre o destino dado à pulsão quando do recalque, que acarreta a formação do ideal do eu, para não forjar ao eu ideal. Nessa reminiscência, é o que endereça de acordo com o que a frase do poeta romântico inglês Wordsworth: “a criança é o pai do homem”.

Freud (1909/1996) na construção dos romances familiares assinala que são operações decisivas na constituição subjetiva. Mesmo o que se institui como família, como a novela familiar do neurótico, tem a atribuição de fazer sujeitos, não apenas gerar descendentes. Para Roudinesco (2003), a ideia de imitar a procriação natural advém do argumento jurídico da paternidade adotiva. No direito romano, ela não era aceita pelo cristianismo, caracterizando-se como falácia ao que pregava as leis divinas. No direito canônico, só eram consideradas filiações legítimas aquelas oriundas do casamento. Os filhos gerados fora dessa convenção eram tidos como sujeitos, maculados, frutos do pecado.

De toda forma, o que está em pauta é uma quebra na hegemonia perante novas formas de se instituir família e o mal-estar que chega à clínica como sintoma da criança e conduz a questionamentos sobre esta estrutura que é a família na atualidade. A adoção é tomada, nesse campo, assim como outras formas de se conceber descendentes e situa-se igualmente no âmbito de se “gerar” filhos e “produzir” sujeitos. Com a Revolução Francesa, a partir da proclamação dos direitos à igualdade, à vida, em suma, ao bem-estar, a adoção ganha novo lugar e passa a ser concebida como forma viável para satisfazer interesses em comum, apesar de já ter sua prática desde o Código de Hamurábi, para atender às necessidades de ambas as partes, os tidos como deserdados e a continuação da descendência especialmente no que tange à herança do nome e de bens.

O que está em questão, contudo, é que ela se localiza na via essencialmente simbólica e não apenas meramente burocrática. Quando

salientamos que há uma dimensão em que se constitui sujeitos, queremos apontar na direção de que há, para além de uma herança de nome e de bens, uma outra coisa que se transmite quando se adota um filho, ou filha. Na descendência há uma marca, a marca de um desejo.

4 Entre o Ver e o Olhar: que lugar para o sujeito?

Quando dois são Um
Quando olhar é não ver,
Um olhar, um engano
Um não querer saber

(Shimênia Vieira de Oliveira Cruz, 2015)¹³

O caso Íris foi introduzido em minha dissertação de mestrado. Este foi um caso trabalhado sob uma perspectiva de pesquisa qualitativa, não especificamente sob transferência, como se caracteriza uma pesquisa clínica em psicanálise. A referência ao caso feita, por ora, na presente pesquisa, visa problematizar questões sobre o engodo do imaginário, um dos três registros que Lacan considera como constituintes da subjetividade: real, simbólico e imaginário, como poderemos ver adiante no decorrer do trabalho.

Sua relevância se justifica na medida em que o retorno ao caso aponta para elementos importantes que remetem à clínica, mas, especialmente, a uma ética do sujeito, antes não vista e que salta aos olhos justamente no que a pesquisa psicanalítica se propõe: colocar o sujeito em cena, fazê-lo falar, histericizar o discurso do sujeito. A experiência vivenciada por Íris problematiza uma dinâmica institucional em que o sujeito apesar de ter “seus direitos garantidos” não é a ele ofertado o espaço de fala e nem tampouco o espaço de escuta.

As leis brasileiras e a sociedade em geral têm se preocupado bastante com a questão da criança abandonada e com a criança abrigada, sendo estas alvos fáceis para uma aplicabilidade cada vez maior e, às vezes, indiscriminada dos pressupostos legislativos sociais e jurídicos. O sujeito aí referido, muitas vezes, fica à margem das instâncias de poder que regem tais decisões. Como ocorreu no caso de Íris, pouco tempo (em torno de quatro meses) depois de ser

¹³ Inspirado na obra de Fernandes, L. R. (2000). O olhar do engano, autismo e o Outro primordial. São Paulo: Escuta.

devolvida ao abrigo, acelerou-se um processo de adoção internacional à revelia do que a criança desejava ou apontava como necessidade para ela naquele momento. Apesar das recomendações para que ela fosse acompanhada por um profissional da área de psicologia, isso não se efetivou, tendo sido realizados apenas um encontro a cada mês, totalizando quatro encontros com um profissional indicado pelo próprio abrigo.

Sustentando um viés psicológico e social em relação à questão da adoção, da devolução de crianças e das implicações a que isso remete, o caso deixa entrever, ao final daquele trabalho, possibilidades de avanço e de aprofundamento no que a abordagem clínica poderia abarcar, acredito eu, com bastante propriedade e riqueza no que tange às questões da constituição subjetiva aí engendradas.

A pergunta que me coloquei, a partir disso, foi como é possível considerar um processo efetivo de adoção ou de filiação de um sujeito a uma família quando não se torna viável a escuta do que o próprio sujeito, aquele que se pretende filho, deseja nessa engrenagem? De que forma uma criança pode se inscrever numa linhagem familiar e nela se constituir sujeito?

No processo de constituição subjetiva, Lacan indica as três dimensões ou os três registros por meio dos quais o enodamento borromeano configura a instância psíquica, quais sejam: o real, o simbólico e o imaginário, tratado por ele posteriormente sob as siglas RSI. Segundo Kaufmann (1996), a passagem de uma concepção do imaginário de Freud a Lacan se dá primeiramente numa análise freudiana do imaginário fantasístico, como a consideração da fantasia de desejo relacionada à sedução nas histéricas e posteriormente com Lacan, em uma elaboração muito peculiar, que caracteriza o imaginário sob três aspectos: a definição do estádio do espelho, a interpretação da fantasia em uma dependência de um corte da cadeia significante, instaurando o simbólico e localizando o real no estatuto do impossível, de onde se baseia tal aceção a partir do vazio, do furo, um buraco que configura o não-todo da instância psíquica, acertada pela linguagem.

Nos primórdios da constituição subjetiva, há uma prevalência da dimensão imaginária, que está contemplada no conceito de Estádio do espelho na medida em que articula sobre a relação que o sujeito estabelece com o

Outro. Lacan (1949/1998) refere ao Estádio do espelho uma operação de modificação que se produz no sujeito a partir de uma imagem. A esse respeito, ele afirma que nenhum outro animal mamífero responde a uma imagem refletida no espelho como o ser humano, exibindo uma sensação de júbilo ao ver o reflexo no espelho. As possibilidades de constituição nessa fase tanto podem se referir à capacidade da criança de reconhecimento bem como à aptidão da mãe em antecipá-lo ao sujeito por meio dos enunciados que a ela podem ser apresentados. De todo modo, caracteriza-se como uma operação constitutiva que, clinicamente, faz emergir aspectos da fantasmática oriunda da relação mãe/bebê.

Estão ligadas à esta fantasmática duas questões básicas no tocante ao desenvolvimento do bebê humano: a prematuração e o desamparo. Ambos são fatores que levam o imaginário a exercer uma função constitutiva do humano, pois é a partir dele que a relação mãe/bebê terá sua legitimidade. Como refere Lacan (1949/1998), é nessa hiância originária do indivíduo que o imaginário primitivo se localiza, como uma dialética temporal que projeta a formação do indivíduo em história. O estágio do espelho se precipita da insuficiência de uma antecipação, mas, sobretudo desta antecipação.

No processo de constituição subjetiva, a identificação do sujeito com o Outro se assume daí e vai em direção a uma trama de fantasias que se originam de uma imagem fragmentada do corpo e caminham para uma forma que Lacan (1949/1998) chama ortopédica de sua totalidade. Algo do conjunto de uma imagem que se antecipa ao sujeito, contudo, ao mesmo tempo, remete a um engodo do imaginário, o que parece ser, não é, mas precisa parecer ser para advir o que será de fato.

Kaufmann (1996) nos lembra, todavia, que o estatuto do imaginário só se definirá no cerne de três sistemas que cruzam o sujeito e o objeto nas dimensões do imaginário, do simbólico e do real e que implicam três processos característicos em estrito sentido psicanalítico, a saber: frustração, privação e castração. No seminário *A relação de objeto e as estruturas freudianas* (1956-1957/2008), Lacan situa o objeto como metonímico, sendo o objeto considerado em sua dimensão de falta, como objeto perdido. O desejo está articulado a uma falta, essencialmente, a uma falta do objeto. Quando falamos

em Freud, trata-se do objeto perdido que se busca reencontrar – *das Ding* - a Coisa, o que move o desejo e o faz circular.

Referir à questão do imaginário em Lacan implica necessariamente perpassar pelo conceito de Outro, escrito com “O” maiúsculo, e salientar a diferença deste para o outro “outro”, escrito com “o” minúsculo, e adentrar os impasses que daí resultam, especialmente quando há uma tendência em considerar o que é fora e o que é dentro (interior/exterior) em termos de identificação no processo de constituição subjetiva. Fundamentalmente, o que se dá no registro do imaginário é da ordem de uma identificação, realizada na relação com o Outro e que vai em direção ao outro.

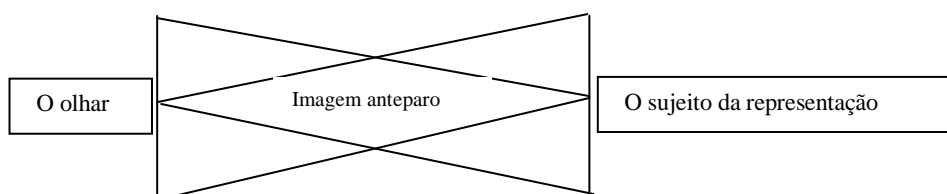
Lacan (1968-1969/2008) problematiza o equívoco desta separação entre real e representação, ou seja, entre o que seria exterior e interior, ressaltando o que, em termos da ótica, pode se produzir a partir daquele que vê, do que é visto e de como é visto, como se dá essa representação, que nada mais é do que se constrói na sua imaginação, como imagem refletida a partir do Outro. Para Lacan, essa construção de representação de algo que se assemelha a uma ilusão, deslumbramento, engano está baseada na ótica, localizando a função do sujeito no modelo da câmara escura, sustentando a ideia de que a psique estaria situada em um campo interior delimitado. O sujeito se constitui a partir de um encontro, de uma articulação entre interioridade e exterioridade, sendo que esta não é apenas fundante de subjetividade, mas também compõe o campo onde se encontram os objetos de sua satisfação.

Desse modo, ele assevera que, somente quando saímos do fascínio de apenas conceber a representação no interior do corpo, é possível superar a dicotomia interior/exterior e analisar o que se passa interna e externamente ao sujeito. Dessa forma, o que Lacan propõe para pensar a relação existente entre o sujeito que sente e a realidade percebida que o rodeia é considerar o que falta para além da imagem, uma mancha que se apresenta como furo, como ausência estruturante de lugar de falta. É uma falta estruturante que o objeto a demarca no sujeito um saber/não-saber de si; como Lacan (1964/2008, p. 106) propõe, o objeto a simboliza a falta central do desejo ($-\phi^{14}$).

¹⁴ Símbolo que, na psicanálise, reporta ao falo.

Lacan (1964/2008) tece considerações sobre o sujeito da representação, o logro do anteparo e como o olhar se situa na dialética da constituição subjetiva. Ele o faz trazendo o seguinte esquema:

Ilustração 6: Esquemas dos dois sistemas triangulares



Fonte: Lacan (1964/2008, p. 109)

Lacan salienta que o que se encontra do lado externo, de fora e com o qual o sujeito tem que se a ver é o Outro, Outro este barrado, marcado pela falta. O ser falante assim se constitui a partir de uma ordem simbólica, que passa pelo imaginário e o atravessa. Contando na ordenação dos significantes, o simbólico se institui a partir de uma cadeia (S_1, S_2, \dots, S_n), disposta a partir de onde S_1 é o significante mestre, “a verdade” e S_2 , o “saber”, representante da verdade. Assim, ele se constitui como o registro original de um gozo como análogo à satisfação da pulsão. Como referência à verdade, tem-se que em psicanálise, a verdade, em si, não existe, visto que a ela não é dado conhecer, isto é, a partir da vivência de castração, um desejo nunca se realiza, o que há é um saber sobre o desejo, ao que remete à verdade inconsciente de cada sujeito, em particular. Ao que se supõe buscar no Outro, este absoluto, seria a identificação com uma verdade absoluta, única para cada sujeito, calcada pelo desejo.

Lacan salienta, contudo, em RSI, que os registros da ordem simbólica devem encontrar antes seus suportes na função imaginária. O registro do imaginário é formado a partir de um enquadramento que é apontado à imagem do corpo. Ou seja, o imaginário parte de uma referência ao corpo. Corpo este que é investido pela libido, erogeneizado, vívido pelo desejo do Outro, que o alienando e o engendrando em alíngua, pode atestá-lo como corpo pulsional.

Ao registro do imaginário está reservada a ilusão, a configuração de uma *Gestalt* do corpo construída à imagem e semelhança do outro.

Há na lógica do imaginário uma atividade de identificação, na qual o sujeito é posicionado em relação ao desejo do Outro. A criança é suposta pelo Outro antes de supor-se mesmo como sujeito. Destacamos a expressão pelo Outro na tentativa de sublinhar o que Lacan (1969/2003), em “A Nota sobre a criança”, remete à importância de um desejo que não seja anônimo na constituição subjetiva. A partir da suposição pelo outro, ela pode supor-se como um, mesmo que posteriormente o que era tido como suposto possa vir a ser contradito, seja por este outro, seja por ela mesma. Como um olhar que se engana, como diria Fernandes (2000), há que haver um dito que se equivoca, justamente de onde poderá advir um sujeito. É permeado por um desejo em que há um endereçamento à suposição de um sujeito antes mesmo de ele existir.

Na clínica com crianças, os aspectos do imaginário manifestam-se como uma operação de constituição subjetiva que colocam em cena a fantasmática advinda da relação mãe/bebê. No que concerne à historicização do sujeito, é a partir da fantasia que ele começará a contar a sua própria marca, a sua própria história.

4.1 Estádio do espelho

Perante a condição prematura da insuficiência fisiológica do ser humano e do desamparo quando de seu nascimento, fatores psíquicos estão aí engendrados para dar ao sujeito a possibilidade de constituir-se subjetivamente, ao que podemos definir como os aspectos psíquicos atribuídos nessa conjunção. Considerando este ponto, Lacan, em “O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica” (1966) buscou aprofundar de que maneira a imago estaria em funcionamento no processo de constituição subjetiva.

Para além das condições exteriores, ou sociais, há aspectos psíquicos que antecedem a uma determinação social acerca do sujeito. Lacan assinala que o eu ideal confere ao eu uma adjetivação de ficção irreduzível, no que

tange ao posicionamento fantasmático a que o ser está assujeitado num primeiro momento de sua existência e na relação com o Outro. Da mesma forma, o fenômeno de captura espacial anunciado no estágio do espelho se encontra nesta mesma dinâmica. Lacan ressalta o valor da dimensão do imaginário, não sem a identificação, neste primeiro momento de constituição subjetiva e conclui que a *imago* do outro está relacionada com a própria estrutura do corpo.

O rosto materno adentra a cena como um dos primeiros espelhos aos quais o bebê tentará corresponder a sua imagem. Além do rosto que vê, há o rosto que é visto. Tal como nos esquemas ópticos de Lacan, há o que olha e o ser olhado. O bebê só consegue enxergar quando a mãe responde ao seu olhar, pois ali ele vai também vendo e sendo visto. O rosto da mãe cumpre a função de espelhamento e é o lugar de Outro primordial em que ocorre o endereçamento de uma demanda do bebê ao Outro.

Na função desse espelhamento, o bebê tenta realizar as leituras iniciais da realidade, bem como a decodificação dos símbolos e entrada na linguagem atribuída a ele. Desta feita, a única possibilidade de reconhecimento de sua existência advém justamente do Outro, através deste espelho materno que devolve como resposta o envio de uma demanda. Associado ao primeiro momento de alienação, necessário ao processo de constituição subjetiva, no estágio do espelho, há uma identificação plena e total com os significantes do Outro primordial, que tão somente possibilitarão a separação para efetivação do sujeito, para que ele tenha a possibilidade de se reconhecer em uma imagem própria, a partir deste primeiro momento de alienação, de ver-se dentro do espelho.

Quando dizemos que o bebê é desejado antes mesmo de seu nascimento, quiçá de sua concepção, dizemos que há um esboço desta primeira identificação em função do trabalho subjetivo de implantar esse corpo na cultura, aliená-lo a um desejo materno realizado pelo Outro primordial. Ao que concerne esse momento, o sujeito é aqui objeto do desejo do Outro, pois a ele está alienado. O bebê necessita passar do estatuto de corpo para o estatuto de sujeito, constituir-se sujeito. Como Lacan nos aponta, o “banho de linguagem” são os enunciados identificantes que os Outros primordiais

derramam sobre o bebê a fim de que possa dar conta de toda sua angústia primordial. Sendo portador do tesouro dos significantes, o Outro é essa dimensão da cultura que possibilitará ao bebê ascender ao estatuto de sujeito. Por meio da interpretação dos pais, ou cuidadores, e sustentada nos significantes, o sujeito poderá atribuir sentido ao sem sentido da *angústia* perante o desamparo primordial.

É isso que possibilita o trabalho de constituição subjetiva e propicia a primeira identificação com a sua própria imagem. É desse assujeitamento ao desejo do Outro que ocorre também pela captura desse esboço do eu por uma imagem que lhe pertence, essa possibilidade de pertencimento a imagem de corpo em particular, geralmente o corpo materno, que permite colocar em cena o “eu”, mesmo que ainda de forma precária, em relação aos outros. O reconhecimento do corpo a partir de uma imagem implica também a perda da ilusão de onipotência percebida pela criança até então, isto é, algo da lei, da ordem de uma repressão começa a se efetivar. É a partir desse assujeitamento a uma imagem específica que a criança pode inclusive estabelecer as identidades primeiras e ensaiar a pertença a um sexo.

4.2 Ideal do eu e Eu-ideal

A constituição do eu está relacionada à constituição narcísica do sujeito e, por conseguinte, à formação do ideal. Do que podemos inferir em termos da percepção da imagem do corpo e de como ela é projetada e introjetada pelo sujeito, nos termos de interioridade e exterioridade, citados anteriormente, Freud (1923/1996) postulou que o “eu” é derivado, em última instância, das sensações corporais, especialmente daquelas que partem da superfície corporal. O “eu” é caracterizado, portanto, como uma projeção psíquica da superfície do corpo, em que acima de tudo, o “eu-consciente” é um “eu-corpo”.

Freud (1914/1996) tratando sobre o destino do narcisismo, remete ao narcisismo infantil no adulto, especificamente sobre o destino ao qual lhe é dado. Ele teoriza sobre o processo de repressão que origina a formação do ideal. Este ideal funcionará como “guia”, como “direção” inconsciente para avaliar, ajustar e julgar o eu. O narcisismo é deslocado para esse ideal e será a

partir dele que o sujeito tentará recuperar o seu narcisismo primário, na busca pela possibilidade de cumprir como esse mesmo ideal. Tal qual um objeto inacessível de retorno a uma sensação originária de completude e junção com o Outro, o objeto real *Das Ding* ao qual a busca do desejo do sujeito o direciona, mas o qual jamais será reencontrado.

Assim, tanto Freud como Lacan seguem estabelecendo uma diferenciação para os conceitos de Ideal do eu e Eu-ideal. O Ideal do eu estaria localizado ao nível do simbólico, regendo o interjogo das relações do sujeito com os outros; ao que nos interessa neste momento do trabalho, o Eu-ideal, todavia, encontra-se ao nível do imaginário, caracterizando-se como uma formação eminentemente narcísica, fruto dos processos psíquicos primários, relacionando a algo do que o sujeito almeja (Roudinesco e Plon, 1998). Desse modo, o Ideal do eu delimita para o sujeito aquilo que ele precisa alcançar para reencontrar o Eu-ideal, determinada pela sensação de completude perdida quando da atuação da repressão. O conceito de Ideal do eu remete então a uma prospecção e o Eu-ideal justamente a uma ilusão, uma quimera de reencontro originário consigo mesmo.

Como Kaufmann (1996) nos aponta, o primeiro modelo de desenvolvimento psíquico se dá por meio do grito do bebê, o *infans*, que, em seu desespero, convoca o seio materno na ilusão justamente de agir sobre o outro de tal modo que ele se faça presente para sua satisfação. Posteriormente, no processo de busca de objetos permutáveis com o seio materno, ele pode ter a ilusão de que a relação boca-seio é uma relação de plenitude. O encontro de dois fragmentos do corpo, o encontro sujeito-objeto, inscreve-se na psique inicialmente como a autoconstituição do sujeito enquanto capaz de prescindir do outro, este que prescinde está exatamente na lógica identitária.

A ilusão de que o encontro de dois corpos pode constituir um único aparelho psíquico se constitui um estado maníaco definir e é o que precisamente define, inicialmente a relação mãe-bebê. Assim há de certo modo, um único aparelho psíquico para dois corpos, a mãe e a criança e são, de fato, as mensagens que a mãe dirige ao filho e as respostas às suas

demandas enviadas por este que o informam e que, ao mesmo tempo, preparam-no nos diferentes níveis de identidade.

A especificidade do caso Íris está relacionada com essa lógica do imaginário pela qual se deu seu processo de adoção. É uma criança que foi abandonada pelos pais biológicos junto com mais cinco irmãos, passou por dois abrigos e despertou um "apaixonamento" em sua primeira mãe adotiva, que quis levá-la para casa tão logo a conheceu. Após nove meses de convívio, residindo com o casal, ainda sob guarda provisória, Íris foi devolvida. Sua marca são seus belos olhos verdes, que não a deixam passar incólume e inclusive foi o que, segundo a mãe adotiva, a capturou. Os olhos verdes de Íris são lembrados por todos que estiveram com ela em algum momento. Após a devolução, aproximadamente seis meses, Íris foi adotada definitivamente por uma família italiana.

Há um extremo desconforto na relação pais e filha nesse caso de adoção. É importante ressaltar que, em termos jurídicos, a adoção não havia se consumado, pois a criança estava sob responsabilidade do casal, em um período de convivência experimental que é denominado de guarda provisória. Assim, a criança passou a morar na residência do casal e, durante oito meses, era como se fosse filha do casal. Algumas vezes, durante a pesquisa, eu me perguntava: O que foi que eles não viram? O que foi que eles deixaram de ver? E as respostas, mesmo breves, mas cheias de sentido, eram sempre de que eles não viram a criança Íris, enquanto sujeito, alteridade, mas sim uma criança idealizada, obediente, *perfeita*, e sem impasses, como *deveria ser*: “*ela era a criança perfeita, não tinha como não dar certo com ela... como isso pôde acontecer?... não acreditei quando cheguei ao abrigo naquele dia e a vi deitada na cama dormindo*” (mãe social do abrigo sobre o retorno de Íris).

Justamente no tópico do que é elaborado como perfeição, como ideal, bem como a busca por um ideal por parte dos pais, não exime a pedra de toque nas implicações que dizem respeito às reminiscências narcísicas de cada um no par parental. Ambos portam em si a marca do que um *estranho*, porém *familiar*, traz como incômodo, impossível de se alcançar, inacessível, apesar de procurado. Algo do resto de uma operação de castração sobre a qual o sujeito não quer saber, não quer se aproximar, circulando infinitamente e

angustiantemente em torno de um gozo, que não se quer submetido à lei alguma.

O que ocorre é que, apesar do “apaixonamento”, do momento de captura, que, como veremos em Lacan, também é essencial para a adoção de um filho na lógica familiar, algo como uma alienação ao desejo materno, o que vem depois não o é menos importante, da ordem de uma separação, de um reconhecimento de um outro ali instaurado e/ou em vias de instaurar-se. Ou seja, a idealização narcísica advinda dos pais precisa permitir cair-se para possibilitar o advento do sujeito. Um episódio sobre o nome de Íris vale ser ressaltado, pois após ser levada para a residência do casal, ela não aceita mais ser chamada por seu nome próprio, percebido como “do passado, da família de origem”. Assim, Ihe é oferecido outro nome, ao qual ela atende prontamente e passa a adotá-lo como seu novo nome.

Soler (2012) dedica algumas linhas sobre a questão do nome e do prenome e sua relação com o patronímico, e porque não dizer com o desejo não anônimo, visto que, segundo ela, o prenome não é transmitido automaticamente, não como o patronímico, recebido da genealogia, transmitido automaticamente vindo do Outro. O prenome se inscreve de uma escolha. Por isso é “sempre o estigma do desejo do Outro para com o recém-chegado, um significado do Outro (s(A)) que traz o rastro de seus sonhos e de suas expectativas. Íris decidiu servir-se do outro prenome que Ihe foi dado enquanto durou a convivência com o casal. Como é descrito nos autos do processo, quando retornou ao abrigo, em sessão com a psicóloga do Juizado da Infância e Juventude, ela fez seus desenhos, como de costume, mas não sabia mais como assiná-los, ao que se virou para a profissional e Ihe perguntou: “*que nome eu escrevo, eu escrevo Íris, eu escrevo Ana, eu escrevo o quê?*”.

As vias de identificação aí também estavam postas. Não saber que nome escrever ou com quem ou o quê se identificar aponta no rastro da questão do prenome algo maior do que se poderia supor. Como assinala Soler (2012), a prática do prenome visa aumentar o poder identificador do patronímico, contudo ele é insuficientemente identificador e ainda não consegue preencher a função do verdadeiro nome próprio: permitir identificar um indivíduo e apenas um. Talvez aí a questão de um desejo não anônimo

esteja mais latente, pois aponta para a irredutibilidade de uma transmissão que, segundo Lacan (1969/2003), é de outra ordem que não a da vida segundo as satisfações das necessidades, transmitida automática e biologicamente, mas de uma ordem da constituição subjetiva, implicando uma relação com o desejo não anônimo. Se o fato da imprecisão do nome próprio, em si, de representar o sujeito como um significante, mas de indicar aquilo que dele é “impensável” (Soler, 2012), avanço para a questão do desejo e do sintoma em Lacan como justamente os motores do pensar, como o que faz questão para o sujeito, indo para o enodamento borromeano específico que define um *falasser* e, portanto a possibilidade de se inscrever uma singularidade autêntica, enquanto alteridade e que constitui o *sinthoma*.

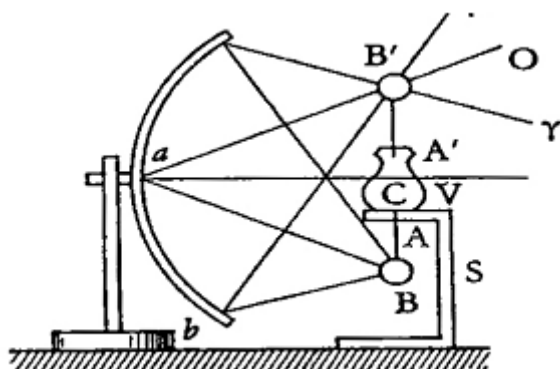
A experiência com Íris remeteu-me a uma alusão ao que ocorre com a própria formação do arco-íris e que foi examinado por Lacan (1970-1971/2009) ao trabalhar o tema do semblante. Lacan (1970-1971/2009) relata que a natureza está repleta de semblantes, os meteoros. Aparições brilhantes e efêmeras, como o arco-íris, gotículas de água suspensas e coloridas como as cores do espectro solar que aparece no céu como um arco multicolor inapreensível. Ao mesmo tempo em que captura, escapa, como algo do que é semblante, do que se parece com, mas não o é necessariamente, de fato. Assim, o semblante se refere a uma aparência, contudo não coincide com esta. Da mesma forma não significa uma mentira, falsidade, muito menos algo irreal ou simulação, e sim o sentido a ele referido se aproxima mais de um parecer.

Ressaltando o aspecto subjetivo na construção do que Lacan denomina como o mundo objetivo humano (Fernandes, 2000), ele se utiliza da imagem do arco-íris para tratar do lugar estruturante da imagem e propõe uma leitura para isso, inicialmente no *Seminário 1* (1986), com o primeiro esquema que tem seu ícone na experiência do físico H. Bouasse, conhecida como a o “experimento do buquê invertido”. Posteriormente, nos *Escritos* (Lacan, 1998) referenciando o Relatório de Daniel Lagache sobre o esquema do buquê invertido, irá trazer uma versão mais completa e trabalhada como modelo teórico.

Neste primeiro esquema óptico, do espelho côncavo, há uma imagem real que não é exatamente uma imagem completa, mas se configura como uma imagem montada. Nesse esquema, em que o buquê é localizado embaixo da

mesa e o vaso em cima, o espelho côncavo refletirá sempre a imagem real, porém deformada e invertida. Essa imagem invertida das flores, que antes estavam debaixo do vaso para depois recair exatamente sobre o gargalo do vaso, de pé, só é possível de ser vista por um olho situado em uma posição específica, no campo do cone de reflexão dos raios que convergem para a formação da imagem real do buquê.

Ilustração 7: Esquema óptico 1



Fonte: Lacan (1966/1998, p. 680)

Fernandes (2000) nos aponta que justamente a este olho, Lacan supôs a correspondência ao lugar do sujeito no mundo simbólico. Aqui as determinações estão no nome e nas relações de parentesco nos quais o lugar simbólico se inscreve e possibilita ao *infans* vislumbrar-se como um “eu”. É nessa inscrição simbólica, advinda do imaginário, atravessada e situada pelo real, é que podemos falar de um lugar para o sujeito, inscrito em uma determinada linhagem familiar, nomeado no campo do Outro, marcado por um desejo que convocá-lo-á a se posicionar enquanto tal – sujeito.

A insígnia dos olhos verdes de Íris se fez semblante para a fantasia materna ao possibilitar que, para além de meros olhos verdes, pudesse ser colorido de tal forma pelo prisma do olhar da mãe “apaixonada”, transformando-os em “belos olhos verdes”. Restou a ela, portanto, uma única escolha: deixar-se capturar pelo “apaixonamento” e desejar levar Íris para casa.

Na tentativa da adoção, o casal teve muitas dificuldades na relação com Íris, depois que ela foi morar na casa deles. Em uma entrevista conferida a mim, na ocasião da realização da pesquisa do mestrado sobre a vivência do

casal no processo de adoção e a posterior devolução, eles contaram: *“foi tudo muito rápido, um bebê demora nove meses para ser gerado na barriga de sua mãe... eu... nós... não tivemos esse tempo... quando vimos... estávamos com uma criança de sete anos dentro de casa... com toda a vidinha dela...”* (Oliveira, 2010, p. 97). Tamanha foi a rapidez no processo de ida de Íris para a residência do casal que nem mesmo eles, conseguiram se dar conta do ocorrido. Esse acontecimento parece, de fato, caracterizar uma atuação do sujeito, ali onde o ato suplanta o pensar e não há uma elaboração que sustente o ato. Sem elaboração, sem escuta e sem fala, o casal partiu para uma empreitada que não pôde ser sustentada, não houve o aporte necessário para que a relação do casal com a criança se mantivesse posteriormente.

A mãe se queixava de desobediências constantes da criança e de uma angústia por ela não corresponder às suas expectativas educacionais, haja vista que Íris já estava com sete anos de idade. Ela queria dar para Íris uma educação baseada nos mesmos princípios em que foi educada: obediência, regras bem delimitadas, rigidez, respeito e moralidade. Quando a criança começou a trazer objetos de colegas da escola, quando a desafiava, a mãe afirmava que sentia *“não dar conta”* de criar Íris como ela gostaria e, em meio à sua impotência enquanto mãe, se juntava a impotência reprodutiva de seu companheiro, em relação à qual ela sentia *“raiva”* por ele não conseguir dar-lhe um filho. Apesar de afirmar ter superado essa fase, ela considerava que ainda precisava de ajuda para fazer com que *“as coisas dessem certo”*, ou seja, que a adoção de Íris fosse concretizada pelas vias legais.

Os pais solicitaram ajuda várias vezes no Fórum, no Conselho Tutelar, até mesmo na religião, ouvindo histórias de quem havia adotado um filho, mas não houve êxito, *“parecia que ninguém nos ouvia”*. Desse modo, decidiram devolver Íris ao abrigo. A mãe, contudo representa o retorno de Íris não pelo nome *“devolução”*, pois, segundo ela, *“é um nome forte demais, é pesado demais... e prefiro pensar que não devolvemos, mas que levamos ela de volta... de volta para o abrigo que foi o lugar de onde a tiramos...”*

Em alguns momentos, o casal assemelhava-se a filhos jovens, desejando a permissão dos pais para prosseguirem em suas escolhas. Inconscientemente, eles pareciam não permitir rupturas para a configuração de

um novo campo, o da maternidade/paternidade. Apresentavam-se como filhos pretendentes a pais. Na relação com seus próprios pais, eram como se fossem os “bebês” da casa, como assim eram apelidados no meio familiar, ambos filhos caçulas. A relação da criança com eles parecia tamponada, circunscrita em um campo fixo, rígido, no qual não foram possíveis os deslocamentos necessários para novas inscrições, por meio de rupturas significativas.

O que fica bastante evidente nesses pequenos recortes descritivos referenciados ao caso é o engodo a que os sujeitos estavam submetidos. Não há possibilidade de escuta, não há possibilidade de uma fala ser ouvida, especialmente no que tange à ética do sujeito. Há busca por ajuda, há uma demanda por acolhimento, porém não há instâncias, sejam elas da ordem social, ou da ordem analítica, clínica que tornam possível a visada de cada sujeito para falar de si e tentar elaborar as questões que, nesse caso, saltam como especificidades subjetivas. A lógica institucional, a mesma que impossibilitou a realização da presente pesquisa em um abrigo, por exemplo, estava a todo momento permeando o processo.

De forma que aos sujeitos: Íris, pais e colaboradores, não foi dada uma escuta clínica. Concebo que muitos elementos ficaram a um nível de ilusão, de captura imaginária, ao que o engodo engana o olhar e não deixa entrever o sujeito ali implicado. Não é de todo malgrado o imaginário aqui implícito, pois nos possibilita problematizar questões engendradas nos processos de adoção, bem como no próprio processo de perfilhar.

Ao significado de perfilhar¹⁵, sinalizamos para o ato de fazer uma criança, ou bebê filho de um casal, adotar, filiar. O termo faz ainda sonoridade com *perfiar* (perfil + -ar), ao qual podemos apontar o sentido de traçar um perfil, delimitar uma marca. De fato, o que está em questão é a possibilidade de pertencimento que se estabelece a partir de um laço de filiação simbólica. Para

¹⁵ Etimologia (origem da palavra *perfiar*): per + fiar.

Verbo transitivo

1. Receber por filho, segundo os preceitos legais. ADOPTAR, FILHAR, FILIAR.
2. Considerar como filho. ADOPTAR, FILHAR
3. Considerar como seu. ABRAÇAR, ADOPTAR, DEFENDER, FILHAR.

Verbo intransitivo

4. [Botânica] Deitar rebentos. BROTOAR, GERMINAR, REBENTAR.

"perfiar", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://priberam.pt/dlpo/perfiar> [consultado em 15-03-2017].

além das marcas sociais, há uma marca que trata da constituição subjetiva, do um a um, que o inscreve como único e singular seja na maternidade, paternidade ou filiação.

Em vistas do que se propõe uma pesquisa psicanalítica e, ademais, do que me proponho quando realizo uma pesquisa em psicanálise, algo da ordem de uma implicação e de uma ética do sujeito ascende no sentido do que a clínica me convoca a dizer e a escutar como demanda de análise. O caso Íris demandou isto, mas essa escuta só foi possível através do caso E.. Este será tratado por conseguinte e, poderemos ver a que instância ele se localiza e leva o sujeito a responder subjetivamente, à sua maneira, quando é chamado a dizer de si, especificamente em um processo de afiliação.

4.3 Esquemas ópticos

Aproveitando-me da insígnia dos “belos olhos verdes” de Íris, faço um aporte, que mais me parece um convite irrecusável, a perpassar pelos esquemas ópticos propostos por Lacan quando de seu aprofundamento do conceito de estágio do espelho, ao tratar das relações do sujeito à sua imagem e o modo de construção da realidade interna/externa. Fernandes (2000) nos lembra que Freud já havia utilizado a óptica como conhecimento para apresentar seu modelo de aparato psíquico da primeira tópica e no qual ele nos ensina a conceber o inconsciente como lugar psíquico fora de qualquer determinação local anatômica. Ou seja, as imagens se formam em um lugar que não tem correspondente algum tangível, constituindo-se em pontos ideais. Assim, o inconsciente é abstraído de toda e qualquer forma tangível ou visível de existência, não podendo ser localizado em lugar algum fisiologicamente, porém configura-se como uma conjectura categoricamente legítima para sustentar como causalidade efeitos que são diretamente observáveis.

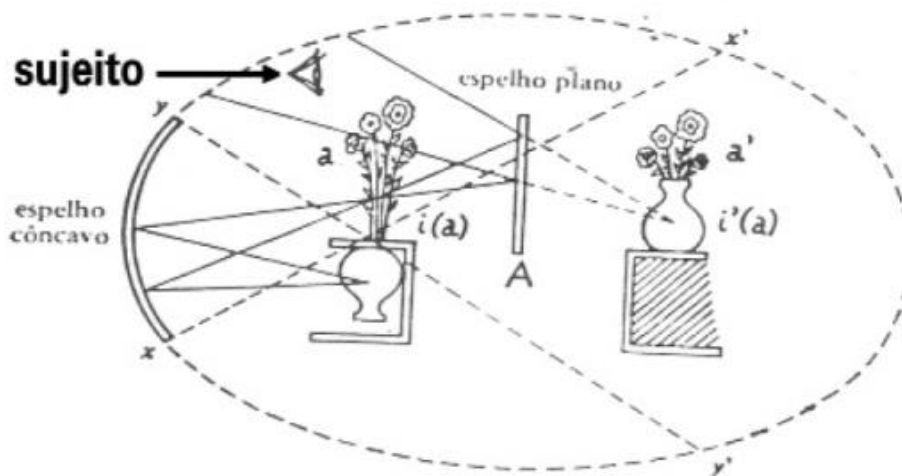
Lacan, nesse sentido, ressalta o caráter estruturante que a imagem possui na constituição do sujeito e de seu mundo. No interjogo das imagens, ele cita, como anteriormente referenciamos, o exemplo do arco-íris, que, apesar de poder ser identificado objetivamente, depende subjetivamente do lugar do observador para ser visto. Ou seja, o observador o vê, mas ele não

está ali enquanto materialidade. Íris é o que justamente está no jogo de palavras que remetem ao nosso caso aqui apontado, tanto como a gama de cores que prismam a partir das gotículas de água em contato com a luz, sendo os “belos olhos verdes”, como quanto ao órgão anatômico que a ele denomina exatamente o que faz parte do olho, este aparelho fisiológico que está na visada do olhar, que fisga, que captura, que encanta, que engana. Engano este que não é malgrado, visto que se faz necessário por ser estruturante na medida em que se dá por uma maneira singular de um olhar atravessado pela subjetividade, transcendendo o real da criança e possibilitando fundar ali uma nova objetividade, fazendo emergir os aspectos do imaginário.

De toda forma, o que Lacan ressalta é o crivo do que é subjetivo que delinea o que vemos, constituindo esse mundo objetivo. Lembra que toda realidade percebida é uma realidade humana, em que o sujeito escolhe o próprio pelo qual vislumbra a realidade e salienta: “... alguma coisa tria, criva de tal maneira que a realidade só é entrevista pelo homem, pelo menos no estado natural, espontâneo, de uma forma profundamente escolhida.” (Lacan, 1959-1960/1991). É o sujeito quem estabelece a diferença entre os objetos e seleciona o que se faz fundo ou figura para seu olhar. Lacan (1964/ 2008) faz alusão ao quadro e afirma que, no campo escópico, tudo se articula entre dois termos que funcionam de maneira antinômica: do lado das coisas, há o olhar, ou seja, as coisas têm a ver comigo, elas me olham, e, contudo, eu as vejo.

No segundo esquema óptico, Lacan (1998), referenciando o relatório de Daniel Lagache, nos *Escritos*, no texto *Observação sobre o informe de Daniel Lagache*, introduz alguns elementos e, assim, o toma como modelo teórico. Com a inclusão do espelho plano, obter-se-á uma imagem unificada. O espelho plano que Lacan introduz no experimento reflete a imagem virtual e confere ao objeto uma *Gestalt*, uma imagem inteira, acabada ou ideal, desde que o sujeito esteja na posição adequada para visualizá-la.

Ilustração 8: Esquema óptico 2



Fonte: Lacan (1966/1998, p. 681)

Para a posição de sujeito está reservado o lugar do Outro, essa estrutura simbólica que se atrela à possibilidade de instauração da imagem especular que advém da introdução do espelho plano.

5 E.: entre o gozo feminino e a devastação de uma mulher

“A mãe é a primeira professora de linguagem, comentarista e contadora de estórias – aquela que em primeiro lugar organiza o mundo, linguisticamente, para a criança, e a primeira a apresentá-la ao Outro.”
(Silverman, *The Acoustic Mirror* in Ragland, 1997, p. 206)

Lacan realizou todo um percurso teórico por meio do qual ele delinea algumas formulações acerca da temática do feminino. Mais precisamente, se assim o podemos falar, o gozo feminino e suas incursões na vida amorosa de uma mulher. A demarcação deste percurso se faz relevante para pensar este tema, não por ele em si, mas pelo que E. vem nos apontar de sua experiência com um Outro devastado pelo amor de um homem.

Laia, mãe de E., desde que a menina nasceu, direcionou todo seu interesse para o pai da criança. Tendo-a muito jovens, após seu nascimento, houve mudanças na vida a dois. O pai começou a sair e não queria mais ficar com Laia. Esta, contudo, não aceitava tal comportamento e passou a “correr atrás” dele, em festas, na casa de familiares, onde quer que ele estivesse, Laia saía em sua busca, deixando E., ainda bebê, aos cuidados da avó materna. Levada pela avó, E. chegou à clínica com seu sintoma, realizando uma demanda de amor. Pouco falava sobre a mãe e, muitas vezes, fazia referência à avó como “também é minha mãe”.

Havia disputas constantes na dinâmica familiar e cotidiana envolvendo E. que se referiam a: quem busca na escola, quem leva ao médico, com quem ela quer morar, de quem ela gosta mais, quem vai às reuniões escolares, quem responde pelas reclamações de seu comportamento na escola etc. Estas eram questões recorrentes faladas pela avó.

E. já havia presenciado de dentro do carro do pai, ele bater em Laia do lado de fora em um lugar ermo, além de inúmeras outras discussões e brigas do casal, que sempre aconteciam na frente da menina. Em uma das sessões, ao brincar com a massa de modelar, E. fez de cada massinha colorida uma pessoa de sua família que ela manejava sobre uma folha de papel e mudava a pessoa de acordo com o que ela achava “mais bonito”. Os pais ficavam “feios” juntos, então E. os separava. Assim era mais suportável para ela a representação de ambos. Laia parecia requerer do ex-companheiro qualquer marca de atenção, mesmo que fosse em forma de agressões e a presença de E. em meio ao casal era semelhante a de um objeto repassado de um lado a outro.

O nome Laia trago como referência a Laio, no mito de Édipo. Como nos refere Jorge (2010), a história de Laio presentifica aquilo que, de forma latente, ordena toda a história de Édipo – a pulsão de morte – e aponta sua ação devastadora sobre toda a linhagem edipiana. E, novamente, remete a uma transmissão de ordem simbólica na constituição subjetiva de uma herança simbólica inconsciente que, como refere Quinet, trata-se da dívida simbólica que os filhos pagam pelos crimes dos pais a nível inconsciente.

A vingança de Jocasta se dá através de Édipo: ela se vinga, não como Medeia, que executa o ato mais abominável de todos, matar os próprios filhos, dela e de Jasão, por este tê-la abandonado por outra mulher. Jocasta se vinga de Laio por ele ter traído sua própria paternidade, e, não destruindo Édipo, permite que ele volte e mate o pai.

Como aponta Jorge (2010), ao entregar Édipo para Jocasta eliminar, Laio pede, no fundo, que a mulher Jocasta mate a mãe Jocasta. A divisão da mulher entre duas diferentes posições – mãe e mulher – parece assim ser um dos núcleos principais da tragédia de Édipo, que salienta, na realidade, o quanto o incesto representa a própria abolição dessa divisão.

Na comparação entre Édipo e Medeia, é possível que, abandonando sua mulher, Medeia, por outra mulher, Jasão leva Medeia à loucura de tirar a vida dos três filhos que tivera com ele. Como se, após Jasão ter matado a “mulher” em Medeia, só restasse a ela matar a “mãe” em si mesma. E Édipo, por sua vez, sendo entregue por Jocasta a Laio para ser morto por ele, mata em si a

mãe e a leva a matar a mulher ao desposar seu próprio filho. Em ambos os casos, trata-se de uma divisão da mulher nos papéis de mãe e mulher, como se a extinção de um dos lados da divisão levasse a mulher a abolir o outro.

Laia nitidamente ocupa a posição de mulher, em uma demanda de amor tal a um homem (pai de E.) que a impede de dar amor, e investir libidinalmente em sua relação com E., abstendo-se da posição de mãe. Ele trai sua paternidade. Ele não opera do lugar da função paterna algo que venha, no circuito de gozo, localizar a criança como objeto de desejo da mãe. Portanto, o sintoma de E., como nos aponta Lacan (1969/2003), vem a representar algo da verdade do casal parental.

Abordar a questão do gozo feminino, neste caso, faz-nos avançar na operação de constituição subjetiva que E. tenta elaborar para si. Do lugar da menina, como Lacan nos aponta, como se dá esta operação? Em especial, na simbolização perante o falo/castração? Assim, é de fundamental importância proceder ao avanço das escolhas subjetivas, por meio do sintoma, que E. faz para aceder ao seu lugar de sujeito a partir de um desencontro com uma mãe que não se encontrava em condição de representar para ela o campo do Outro primordial. Em lugar de uma mãe devastadora, há uma mãe devastada! E, portanto, que ecos tal expressão reverbera em E.?

E., em uma sessão, avisa: *“vou pra outra cidade... vou ter vários pais e várias mães!”*. E logo depois me pergunta: *“você vai sentir minha falta?”*.

Parece nítida a demanda de amor que E. que faz ao Outro, na medida em que há uma questão sobre o desejo do Outro em relação a ela, algo que soa como um *Che vuoi?* de Lacan, algo da ordem do que o Outro quer de mim. Tendo em vista, as contribuições de Lacan em relação ao tema da criança, arrisco-me a pensar que o sintoma que E. traz à clínica acha-se em condição de responder algo de sintomático na estrutura familiar, que vem a representar algo da verdade do casal parental.

Tal como Gerbase (2010, p. 26) nos assevera: “enunciar o grande Outro como o lugar dos significantes, tal como se lê no escrito “subversão do sujeito...” é uma utopia, uma fórmula ideal, pois para todo falasser falta um significante no grande Outro.” Esta falta de um significante no Outro, faz com que se torne impossível uma relação de via dupla. Assim, o que ele nos atesta

é que o Outro não se reduz aos pequenos outros (a') para dizer que se trata do semelhante, do próximo. O grande Outro exerce seu poder sobre o sujeito por intermédio de um arauto.

Quando E. se propõe a encontrar tantas pessoas que possam vir a lhe dizer algo, seja a própria mãe, a avó ou as outras me parece lógico referir à afirmação de Gerbase de que se trata dos representantes do poder para o sujeito que são arautos do grande Outro. E na função do poder sobre o sujeito do inconsciente [\$] “o principal arauto do grande Outro é alíngua. Alíngua não é o idioma que o sujeito fala. Alíngua é o mal-entendido que o idioma, ou seja, a língua porta em si. Alíngua é a enunciação da língua.” (Gerbase, 2010, p. 26).

5.1 A menina no complexo de Édipo: uma mulher possível

Para entender as peculiaridades que dão origem a este modo de gozo próprio ao feminino, que, nos encontros e desencontros do amor, pode levar a mulher tanto à devastação quanto ao deslumbramento, faz-se mister investigar como se dá o complexo de Édipo na menina e como Lacan empreende suas transformações durante seu ensino.

Ressaltando um viés fundamentalmente simbólico para a constituição subjetiva, Lacan inicia seus estudos trabalhando questões que se localizam em torno do complexo de Édipo, caracterizando-o sempre pela lógica castração/falo. Dessa forma, ele propõe uma divisão do complexo de Édipo, formulado por Freud, em três tempos, que, é importante salientar, não são de uma ordem cronológica, mas sim, lógica.

Para Lacan, o primeiro tempo do Édipo se caracteriza essencialmente por um assujeitamento, como foi anteriormente referido neste trabalho, na operação de alienação da criança ao desejo do Outro primordial. Assim, o pequeno bebê é convocado pela mãe a ocupar o lugar de falo imaginário. Já o segundo tempo é caracterizado pelo desvelamento da função paterna, remetendo aqui a incursão do Nome-do-pai que indica à pequena criança que se colocar como falo imaginário é um engodo, o desejo da mãe está em outro lugar. Enfim, o terceiro tempo, conforme nos aponta Lacan, caracteriza-se pelo fato de que a criança poderá deixar esse malogro na relação com a mãe, pela

via da castração e sair finalmente do tempo de ser o falo para entrar na lógica de tê-lo ou não tê-lo.

O complexo de Édipo até aqui se mostra semelhante tanto para a menina quanto para o menino. Lacan, no entanto, ressalta que há diferenças nesta operação para os dois sexos e que será a partir dessas diferenças que começaram a ser apontadas que, em um posterior momento, ele irá delinear as particularidades do gozo feminino. Como nos aponta Lacan se, por meio do ideal do eu, ambos os sexos podem fazer uma identificação viril ao pai, que torna possível à criança se colocar em uma posição desejante, quando de sua separação do Outro primordial, cabe ainda à menina a empreitada de se fazer mulher. Diferentemente do homem, a mulher não possui um significante próprio para representar seu sexo. A função do complexo de Édipo, para o menino, destina-se a permitir a identificação do sujeito com seu próprio sexo, e que é, em resumo, produzida na relação ideal, imaginária, com o pai.

Ao final do Édipo, o menino alcança que lhe seja permitido ter um pênis e, além disso, possui um significante que representa seu sexo, o falo. Ele possui um princípio de posse de virilidade do qual terá que dar provas, de fato, mas o falo já se constitui como um significante identificatório do que é ser homem. A fim disso, ele tem para si a identificação viril ao pai e o suporte imaginário do próprio corpo. Já no caso das meninas, pelo fato de não possuírem o suporte imaginário do corpo e por ser o significante da sexuação apenas um, o falo, não há o estabelecimento de um significante que diga do seu sexo.

Contudo, Lacan indica que, mesmo não tendo o falo localizado no imaginário do corpo e nem como significante que represente seu sexo, isso não impede que a mulher o tenha e que este seja invariavelmente um fator determinante no encontro entre os sexos: “Mas não ter o falo, simbolicamente, é dele participar a título de ausência, logo, é tê-lo de alguma forma. O falo está sempre para além de toda relação entre o homem e a mulher” (Lacan, 1995, p.155).

No primeiro momento do ensino de Lacan, à menina parece restar apenas duas saídas com as quais ela possa lidar com sua subjetividade feminina, entretanto, ambas se dão por uma vertente estritamente fálica: sua

relação com o homem ou com um filho. Mesmo assim, tais formulações ainda se mostraram insuficientes para pensar a mulher, visto que com o filho, mesmo que em alguma medida tampone sua falta, que é essencialmente fálica, isso diz respeito à mãe, mas não alcança a resolução da questão da mulher.

Na vertente do parceiro, nesta perspectiva fálica, para ser amada, restaria à mulher apenas tornar-se o que ela não tem, ou seja, o falo ao se identificar ao significante do desejo do homem para atraí-lo. Esta estratégia, no entanto, que põe em evidência o ter e pretende encobrir a falta, vai se mostrar, ao longo do ensino de Lacan, muito mais como uma solução histórica do que uma saída possível para a mulher.

Lacan (1999), entretanto, diz que uma posição decidida de ir em busca do falo, naquele que supostamente o tem, torna a saída do Édipo na menina mais fácil, mesmo que, como ele mesmo afirma, possa trazer por si mesmo todo tipo de complicações e impasses para a sexualidade feminina no futuro. Pressupõe que seja para Freud (1996) seja para ele, a menina, ao final do Édipo, diante do complexo de castração, possui uma saída mais simples que a do menino: “Para ela, com efeito, essa terceira etapa, como sublinha Freud – leiam seu artigo sobre o declínio do Édipo –, é muito mais simples” (Lacan, 1999, p.202). Tal facilidade seria supostamente, conforme Lacan, em razão de a menina não ter que dar provas de sua virilidade, ela já sabe quem tem e onde deve buscá-lo e vai em direção ao pai, que, neste caso, não encontraria dificuldade de se fazer preferir à mãe.

Deste modo, Lacan evidencia que o complexo de Édipo não se dá da mesma maneira para meninos e meninas, mas ainda que, ressaltando estas particularidades de cada sexo, em um primeiro período de seu ensino, estas diferenças se dão estritamente no nível da referência fálica. Assim, não se estaria considerando o que há de mais marcante no ser de uma mulher, aquilo se encontra para além do falo.

Para Lacan, até então, havia a lógica da castração e do falo, que se apoiava, sobretudo, nas vertentes simbólica e imaginária. Tal proposição se fazia adequada para contemplar o Édipo no menino, mas se apresentava pouco eficaz para explicar as particularidades do complexo edipiano na menina. Aqui há especificidades extremamente relevantes em sua constituição,

enquanto mulher, que se encontram voltadas exclusivamente para a vertente do real. Desta maneira, a partir dos anos sessenta, Lacan iniciará um segundo momento de seu ensino, trazendo elaborações sobre o gozo e o objeto *a*, na qual irá destacar a vertente própria ao real, essencialmente, como um registro que resiste a qualquer simbolização.

A questão que nos toca na contemporaneidade é a do sujeito às voltas com suas dificuldades para lidar com o gozo. O real é sem lei e todo o caminho de Lacan ao partir das leis simbólicas da linguagem, tomadas das estruturas elementares do parentesco de Levi Strauss, foi o de nos apontar para o que fica fora da lei, o que escapa ao simbólico. É à psicanálise que devemos a visão radical de que o ser falante não se reduz à ordem da racionalidade, mas que seu ser é da ordem do gozo. O sujeito é sempre fora da lei. Em seu discurso de encerramento das jornadas sobre a psicose infantil, organizadas por Maud Mannoni, Lacan chamava a atenção de que foi justamente pelo gozo que Freud reintroduziu nossa medida na ética.

Ao propor uma rearticulação do conceito de castração com o de gozo, Lacan (1998) obtém o fundamento teórico necessário para formular uma releitura do Édipo feminino. Assim, pensava-se a castração como a interdição realizada pelo pai, que desloca a criança do lugar de falo imaginário da mãe dando-lhe a possibilidade de ter e não mais ser o falo. Agora, no entanto, apesar de manter esta perspectiva para a castração, dá também um novo sentido para ela, trata-se de uma perda no nível do gozo. Com isso, concebe uma castração estrutural que se dá pela proibição de se manter um gozo original sem limites, um primeiro modo de gozo, que se esvai quando a criança entra na linguagem: “Aquilo a que é preciso nos atermos é que o gozo está vedado a quem fala como tal (...)” (Lacan, 1998, p. 836).

Como nos apontam Silva e Folberg (2008), o fato de a criança, para Lacan (1956/1957), ser o falo para a mãe é o que “constitui uma discordância imaginária” que produz como fruto da frustração o que ele chamou de “dano imaginário”. Tal discordância se dá pelo fato da constatação de que a criança nunca se reduz perfeitamente ao falo, existindo para a mãe “algo que permanece irreduzível no que está em questão”. Ou seja, não é a criança que é amada, mas uma certa imagem materna que a reveste e à qual a criança

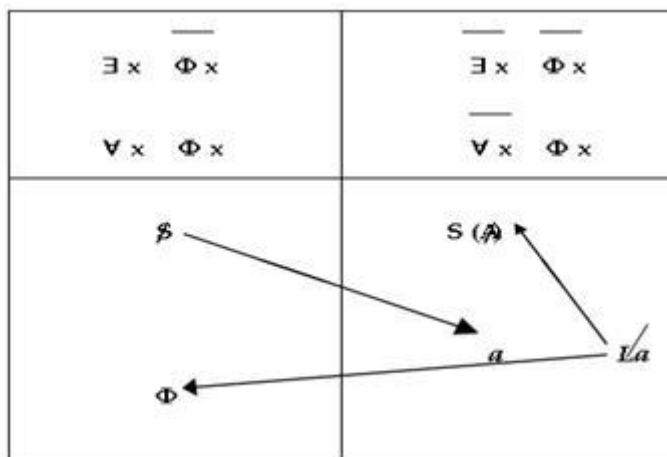
busca se conformar, consistindo nisso o que subsiste de narcísico na relação. Tal qual pudemos apontar no estágio do espelho e a formação da imagem narcísica identificatória.

Ademais, o que Lacan pressupõe (1956/1957) é que as experiências pré-edípicas serviriam de preparação para a etapa do conflito edípiano, porém só seriam significadas na conclusão do complexo de Édipo, promovendo a introdução da noção de *après-coup*¹⁶ em seu ensino. Lacan (1960) retoma a questão do feminino, tendo como ponto inicial um entendimento diferente a respeito da castração, ressaltando que a falta de um significante que represente o feminino tem como desdobramento, para a menina, que algo do seu ser está fora da simbolização.

Há algo na menina que escapa à lei edípica e não pode ser efetivamente simbolizado, algo que aponta para o conjunto vazio que Lacan propõe para o lado do feminino. Como no quadro da lógica da sexuação:

¹⁶Jacques André (2008), em seu relatório “O acontecimento e a temporalidade – o *après-coup* no tratamento”, nos lembra que a própria invenção do conceito de *a posteriori* é em si mesma uma reinvenção em dois tempos, já que sessenta anos mais tarde, após as primeiras considerações freudianas, Lacan (1953) ressuscita o termo em sua versão francesa: *après-coup*. Foi a partir da leitura de Lacan (1953), que a temporalidade de *nachträglich* se tornou amplamente difundida entre os pós-freudianos. André (2008) acrescenta: “o tempo da teoria é como a própria noção, é o tempo de uma construção em dois episódios. Lacan exuma o que ficou enterrado, esquecido, perdido ou passou despercebido neste intervalo” (p.140). Essa expressão, utilizada para designar o *nachträglich* de Freud, apareceu pela primeira vez em seu “Relatório de Roma”, publicado no livro “Escritos”, no texto intitulado “Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise”. Nesse texto, Lacan (1953) explora o sentido de *nachträglich* no contexto de uma teoria do significante que discute principalmente o tempo para compreender de cada sujeito.

Ilustração 9: Quadro da sexuação



Fonte: Lacan (1985, p.105)

Apesar de ser marcada, parcialmente, pela castração, ela está inserida no campo da linguagem, o que propicia uma perda de gozo. Outra parte dela, porém, não se submete à operação simbólica da castração. Desse modo, com a outra parte descoberta pelo simbólico, as mulheres, ao contrário dos homens, conseguem acessar, além do gozo fálico, outro modo de gozo que, ao não ter sido modulado pela linguagem, mostra-se “envolto em sua própria contiguidade” (Lacan, 1998, p.744).

Tal especificidade do feminino, perante o gozo, demarca o modo com o qual Lacan conceituará a mulher e sua sexualidade, posto que esta, além de ter que lidar com o gozo fálico, como o homem, tem que se a ver também com outro modo de gozo que foge à linguagem, real, por estar totalmente disjunto do significante, o gozo feminino, o gozo não-todo. Como destaca Soler (2006), é um gozo bem peculiar o feminino, pois se não sabe nada sobre o falo, fica completamente foracluído do simbólico e “fora do inconsciente”. Um gozo que não se faz representar, inacessível à linguagem, escapa a qualquer significação. Bem como Pereira (2014) nos assinala, que é justamente esse gozo que pode devastar o sujeito, posto que se configura como “verdadeiro retorno no real do impossível de dizer A mulher.”

Por esta via, Lacan atribui e trabalha com as diferenças do gozo fálico, este marcado pela linguagem e evidenciado pela relação com o falo em ambos os sexos, e o gozo propriamente feminino, que ele denomina de suplementar. O gozo fálico, ao qual o homem está inteiramente submetido e a mulher

parcialmente, é aquele que, após a operação da castração, resta ao ser falante, um gozo sexual, descontínuo e regido pela fantasia. Já o gozo suplementar, e que Lacan ressalta que não é complementar, não se submete à castração promovida pela linguagem e, justamente por isso, transcende o próprio sujeito que o vivencia pelas vias do real:

Ao contrário do gozo fálico, o gozo Outro, suplementar, ‘ultrapassa’ o sujeito. Para começar, por ser heterogêneo à estrutura descontínua dos fenômenos regulados pela linguagem, com a consequência de que esse gozo não é identificatório. (Soler, 2006, p.56).

A possibilidade de tentar explicar a clínica da sexualidade feminina através do falo, aponta sempre para um algo que resta, que retorna como um enigma. Por isso, Lacan vai abordar o que está em jogo na sexualidade feminina pela via do suplemento. Lacan, em “O aturrito”, nos afirma que uma mulher pode não passar pelo falo – neste sentido da castração – ou seja, mais exatamente, que a mediação fálica não drena todo o gozo de uma mulher. Desse modo, o gozo feminino é colocado como suplemento, não subordinado à lógica do todo. (Pereira, 2014).

Dessa maneira, para a menina, há um gozo que não pode ser nomeado, ele ex-siste ao simbólico. No entanto, é um gozo com o qual ela vai ter que lidar e saber o que fazer com ele, em suas vivências psíquicas, no decorrer de toda sua vida. É ainda importante salientar que um significante que possa ter a função de representar o feminino também não pode ser fornecido pela mãe à filha, nem mesmo através de seu lado mulher, posto que ele seja vazio, não há um significante para representar o feminino, como nos aponta Gerbase (1997). Apesar de Lacan (2003) ter destacado que, ainda que a menina, enquanto mulher, espere mais validação, ou referência da mãe do que do pai, a premissa não se efetiva como verdadeira, pois não há algo específico que se denomine como tal.

É a partir desta particularidade própria da mulher que Lacan (1985) pôde propor, então, que não existe “A mulher” como universal, elas devem se fazer, por uma ficção que vai se estruturar de maneira única, cada mulher deve construir a sua, diante de uma parceria amorosa.

O gozo fálico também pode capturar a mulher, enquanto esta que pode estar nele como uma mulher toda, Lacan, embora evidencie que o que dá ao feminino suas particularidades é o gozo suplementar, coloca relevante atentar para esta questão. Assim, cabe à mulher em sua relação com o homem, se fazer enquanto tal, diante deste modo de gozo que, como nos lembra Miller (2008), é ilimitado, mas por isso mesmo está na base tanto do amor quanto da devastação feminina. Um gozo exclusivo do feminino, que é contínuo e não tem a marca do falo e que por estas propriedades pode favorecer a uma mulher a vivência da devastação, mas também lhe propiciar um encontro com o êxtase sexual.

No circuito do êxtase e da devastação, os atributos do gozo feminino abrem a possibilidade para a mulher vivenciá-lo de maneiras completamente distintas a partir das contingências da vida amorosa. Esse gozo suplementar, sem nenhuma representação possível no psiquismo, quando se encontra em excesso, ocasiona uma vivência de devastação para as mulheres. Como nos aponta Zalberg (2008, p. 144): “O gozo feminino pode ter esse vínculo direto e sem resistência com a vida pulsional, o que explica encontrarmos na mulher não só a sexualidade em êxtase e transes, mas também em uma dimensão mortífera”.

A partir de seu encontro com um homem, pela via do amor, também lhes é possível, através das especificidades deste gozo, alcançar um êxtase sexual que não pode nem sequer ser nomeado, por não ter nenhuma marcação simbólica, oferecendo-lhe duas alternativas em questão: o êxtase e a devastação. Para Lacan, o amor na mulher é algo que favorece uma amarração para o ilimitado do gozo feminino. Não se trataria mais para a mulher, em sua parceria amorosa, ser tão somente o significante do desejo de um homem, o falo, mas, sobretudo, conseguir se colocar como objeto causa de desejo para seu homem. É necessário, assim, que a mulher possa construir uma saída pelo feminino.

Na posição feminina, ao contrário da posição histórica que o recusa, a mulher aceita o lugar de objeto a na fantasia do seu parceiro. Com isso, ela pode ocupar o lugar designado pela fantasia do homem. Contudo, como frisa Zalberg (2008), também é fundamental que esta mulher possa ser desejada e

amada por seu parceiro nesta posição, para que consiga estimar uma significação fálica a este lugar, bem como que consiga obter mais consistência em seu lado mulher, via um homem, que vai representar para ela o significante do desejo e fazê-la se reconhecer como sua mulher. Assim, ela apazigua seu ser em falta de um significante que a represente como mulher e possibilita uma amarração para o ilimitado do seu gozo feminino. Assim, Soler (2006) nos lembra de que, mesmo não existindo A mulher, é possível ainda ser “uma” mulher, ou seja, a escolhida de um homem.

É preciso que a mulher, além disso, aceite ocupar o lugar de objeto *a* na fantasia de um homem, o que se mostra, muitas vezes, uma incumbência difícil para ela. Ao não consentir ocupar este lugar, todavia fica bem mais vulnerável às vivências da devastação, via gozo feminino. É pela mediação de seu parceiro amoroso, que a coloca como objeto *a* em sua fantasia, e por seu consentimento de ocupar este lugar que a mulher, na contingência do encontro amoroso, consegue dar mais consistência a seu ser: “O homem serve aqui de conector para que a mulher se torne este Outro para ela mesma, como o é para ele” (Lacan, 1998, p.741). Mas para que isso aconteça também é necessário que o homem inclua sua mulher em sua fantasia ao colocá-la como objeto causa de seu desejo, dando possibilidade a ela de também incluí-lo na fantasia dela, o que possibilitará a esse homem tocar em seu gozo feminino.

Para Lacan, esse gozo suplementar que só a mulher experimenta, quando vivido no encontro amoroso, pode propiciar a ela o êxtase, por estar fora da referência fálica. Entretanto, para que ela possa ter acesso a esta experiência de transe depende também, necessariamente, da presença do gozo fálico de um homem, embora ele não consiga efetivamente participar deste gozo extasiante que possibilita a sua mulher, “[...] fazendo-a parceira de sua solidão, enquanto a união permanece na soleira” (Lacan, p.467). Neste momento, Lacan evidencia mais uma vez que não há como se pensar em uma união entre sexos, pois no transe sexual uma mulher é levada para além de si mesma e goza sozinha, na solidão, já que este outro gozo fora do simbólico, o homem não pode vivenciar de nenhuma maneira, é exclusivo dela.

Lacan (1985) também frisa que diante do gozo suplementar, nenhuma mulher sabe dizer nada; por estar inteiramente fora do simbólico, ele só pode

ser vivenciado como êxtase, mas se elas o experimentam, sabem disso muito bem. Isso porque este gozo disjunto do significante possibilita à mulher que o experimente em sua sexualidade como uma espécie de transe, que não pode ser significado: “Há um gozo dela, desse ela que não existe e não significa nada. Há um gozo dela sobre o qual talvez ela mesma não saiba nada a não ser que o experimente – isto ela sabe. Ela sabe disso, certamente, quando isso acontece. Isso não acontece a elas todas” (Lacan, 1985, p.100). O gozo feminino por ser ilimitado, em um encontro amoroso, pode propiciar a uma mulher o êxtase sexual, todavia, esta mesma propriedade que o caracteriza como ilimitado, lhe dá também a possibilidade de se apresentar como devastação para mulher.

Portanto, o gozo feminino que não tem uma modulação propiciada pelo simbólico se desvela, quando em excesso, repleto de pulsão de morte e favorece um modo de gozo devastador, que se não puder obter limite pelo amor, pode produzir consequências desastrosas para a mulher, que o experimenta como devastação. Lacan, em um primeiro momento de seu ensino, formula a devastação para caracterizar um gozo que perpassa a relação mãe e filha.

Entretanto, como ressalta Soler (2006), ao longo de seu ensino, também descreve a devastação a partir das parcerias da mulher com um homem devastador. A mulher sempre tem que se a ver com um outro gozo. Desse modo, algumas vezes, o homem nas contingências do encontro amoroso pode favorecê-la a experimentar este modo de gozo feminino também como devastação: “Pode-se dizer que um homem é para uma mulher tudo que quiserem, a saber, uma aflição pior que um *sinthoma*. Vocês podem inclusive articular isso como lhes for conveniente. Trata-se mesmo de uma devastação” (Soler, 2007, p.98).

A relação mãe e filha, todavia, como salienta Zalcborg (2003), pode interferir na sexualidade da filha de tal maneira que a menina ao se tornar mulher recuse ou tenha enormes dificuldades de ocupar o lugar de objeto na fantasia de um homem, o que favorece a repetição da devastação também na vida amorosa. Esta recusa se daria já que a menina, presa na devastação com sua mãe, não pode lidar com sua própria sexualidade, que requer que ela

construa de maneira própria e singular sua identidade feminina, na parceria com um homem, para que consiga se colocar como objeto causa de desejo deste seu parceiro amoroso.

Entretanto, mesmo que a menina não tenha uma vivência devastadora com a mãe, isso não é garantia de que não vai se encontrar com a devastação, posteriormente, no amor, pois, mesmo que possa ocupar o lugar de objeto na fantasia de um homem, ainda depende das contingências do encontro com seu parceiro. Isso porque o amor pode propiciar encontros que favoreçam um limite para o excesso do gozo feminino, mas a vida amorosa também se faz de desencontros, não encontros, além de estar sujeita a todo tipo de vicissitudes que o próprio existir pode impor como, por exemplo, a perda, a traição ou a morte do parceiro amoroso. Para Lacan, todavia, a devastação na mulher está irremediavelmente ligada às particularidades do gozo outro, feminino. E como ressalta Soler, este modo de gozo sempre deixa suas manifestações no psiquismo de uma mulher:

É esse o núcleo da devastação: é o gozo Outro que devasta o sujeito, no sentido forte de aniquilá-lo pelo espaço de um instante. Os efeitos subjetivos desse eclipse nunca faltam. Vão da mais leve desorientação até a angústia profunda, passando por todos os graus de extravio e evitação. (Soler, 2006, p.185).

O que resta, na verdade, é que a mulher, de uma maneira ou de outra, terá sempre que se a ver com um gozo ilimitado, parte de seu ser é implacavelmente submetida a ele, e por consequência, exposta a seus efeitos. Um modo de gozo como o feminino, que se faz como total intensidade, e por sua característica pulsional de não ter uma marcação fálica, abre a possibilidade para a mulher vivenciar seus desdobramentos psíquicos de duas maneiras bastante opostas. Tanto pode possibilitar a devastação, como pode também favorecer a ela um estado de êxtase nas vivências de sua sexualidade. São especificidades de um modo de gozo que dá uma especificidade ao feminino e propicia outra compreensão da subjetividade da mulher a partir das incidências do real.

6 Considerações Finais: a Marca de um Desejo Não Anônimo (DNA).

Então, num raio de sol, um sorriso apareceu
Sob a névoa da manhã, um olhar esmaeceu
Nessa roda de ciranda, me diga quem sou eu?
Pra lá e pra cá
Um passarinho veio me contar
Ao pé do meu ouvido, que sou todinho seu
Estando de saída
Do casebre desta vida
Deixei debaixo do travesseiro o amor que se perdeu
 (Shimênia Vieira de Oliveira Cruz, 2016)

E., em sua caminhada, iniciou a vinda até mim sendo falada e interpretada pela avó materna. Ela indicava, por meio de seu sintoma, gritar e chorar muito, a não aceitação de regras e limites, um retorno do que havia de sintomático na estrutura familiar. Este sintomático é da ordem do mal-entendido que antecede o sujeito, mal-entendido este que emerge do real da união de dois seres falantes e assentam o aluvião da linguagem no qual a criança vai tentando decifrar seu enigma não sem angústia. O sintoma que é marcado aqui se refere à função a ele designada a partir do encontro da criança com o real perante o qual a criança não sabe mais que lugar ocupa, o real do não há relação sexual, do equívoco.

Esse encontro é o que possibilita a família enquanto lugar da transmissão da lei do desejo. Como nos aponta Lacan na “Nota sobre a criança” (1969/2003, p. 369): “há algo de irreduzível na família.” A sobrevivência e a importância a ela atribuídas se ligam justamente à sua função de transmissão do desejo, sendo este “um desejo não anônimo”, ou seja, há alguém a quem se pode endereçar o desejo. Em o “Mal-Entendido”, Lacan (1980) irá nos afirmar que a família é o lugar de transmissão do mal-entendido entre dois seres falantes que se unem para a reprodução e aponta para o que é impossível de se dizer diante do impossível da relação sexual. Cirino (2007)

corroborar com esta posição nos ensinando que a única relação existente é a dos significantes no inconsciente que configuram a família como um lugar de transmissão do mal-entendido, uma vez que não há diálogo entre os sexos como tais.

O sintoma que E. apresentou portava a verdade do casal parental a qual ela vem questionar sobre “o que é mesmo que eles querem de mim?”, “o que sou eu nisso tudo?”. Então, ali, onde havia, segundo a fala da avó: uma “mãe louca, com uma depressão pós-parto que ainda não se curou” e um pai que “não queria saber da mãe”, emergiu paulatinamente uma “mãe que eu não sei onde está” e um pai de quem “o carro é devagar demais” segundo a fala de E.. A interpretação sobre E., que se originava inicialmente da fala da avó (no melhor sentido do que Soler [1996] nos ensina sobre a criança enquanto uma interpretação encarnada) reverberou na criança como uma possibilidade de ela dizer de si e do que lhe angustiava. A criança passou a ser intérprete, na acepção do que Soler (1996) nos assinala, diante do que pudemos acompanhar com E. e nos aproximarmos de uma análise de como se articulou, ou se principiou para ela esta articulação entre seu “ser-sintoma” e o sintoma, sintoma que seria o seu, demarcando seu nome de gozo.

Ao contrário de Íris, que permaneceu no lugar do sujeito de direitos, E. avançou e pôde ter um espaço para criar e reinventar sua história. Para além da formalidade instituída de um saber sobre a criança, seja ela pelas vias da escola, pelas vias da medicina, ou pelas vias da justiça, está a construção de um saber sobre si. E me arrisco a hipotetizar aqui, ainda mais, a elaboração de um *querer saber*, de uma dúvida endereçada, marcada pelo desejo. Desejo este que pode diferenciar, pode balizar a singularidade.

Íris, até onde nos é possível alcançar, não foi desvestida das identificações imaginárias que recobriam sua marca indelével, que aponta para o traço unário, este que como Lacan afirma sinaliza a singularidade, a universalidade, não do “Um”, mas do “um a um” (Pacheco, 2012). Tal possibilidade é que se abre para E. posto que na clínica psicanalítica, sob transferência, é que o sujeito do inconsciente pode emergir com sua resposta singular.

A criança que me chegou irritada, gritando, com profundas olheiras porque nunca dormia nada além de umas poucas horas de sono, emitindo sons que pareciam o choramingo de um bebê e quase babando, foi-se permitindo a laboriar comigo angústias cotidianas, medos recorrentes e insatisfações mordazes.

É relevante ressaltar que o ponto de encontro entre as duas crianças abordadas nesta pesquisa, Íris, como problematização da demanda e E. como caso clínico, não pretende, de modo algum, apresentar uma resolutividade inequívoca da psicanálise. A análise aqui implicada buscou explorar a possibilidade de outros caminhos que podem ser oferecidos ao sujeito na tentativa vital de estabelecer laços com os outros e encontrar um lugar para si no mundo e um deles, tal como se objetivou nesta pesquisa, foi partir da clínica psicanalítica e analisar seus efeitos sobre o sujeito. A viabilização de uma adoção em uma família aponta para que o desejo não anônimo esteja aí referenciado, como o que se transmite enquanto uma lei do desejo.

A intersecção entre os campos viabiliza um recontar genuíno de cada história, esta que se inicia, na maioria das vezes, com uma queixa sobre o comportamento da criança, ou com uma ideia de disputa familiar pela guarda de uma criança, ou um enunciado pelas vias do sintoma. Pensar neste atravessamento é considerar que outras instâncias de saber se interceptam balizando as demandas no sujeito. Obviamente, devem ser consideradas as contingências do real que recortam o corpo e recortam a cena, que podem estar atreladas a um campo social, cultural e histórico que demarcam de que lugar este sujeito fala, ou pode falar. Por isso, não se trata de sobreposição ao campo do bem-estar, de onde partem as várias diretrizes que buscam acenar sobre a melhor forma de *como fazer*, mas talvez se trate de uma (justa) posição em que tais campos possam dialogar e possibilitar uma maior abrangência de intervenção conjuntamente e, paradoxalmente, sobre *como dizer*, tendo *justamente* em vista a posição do sujeito de *bem dizer... o sintoma*.

Nesse sentido, é onde a psicanálise tenta, do seu lado, dar conta de sustentar tal posição e, não sem êxito, posto que a experiência clínica nos mostra que o sujeito do inconsciente rompe os muros que o querem cercear. Desse modo, a escrita da fantasia (\$\diamond a) permanece para além do discurso da

impotência que recalca a verdade do sujeito do inconsciente. Muito embora não desconsideremos as especificidades do sujeito do inconsciente e do sujeito de direitos, localizados em posições diferentes, em certa medida, não os consideramos excludentes entre si, visto que questionamos em que ponto ambos podem estar atrelados.

Talvez, para além da lógica do bem-estar, preconizada pelos manuais e estatutos, possa haver uma aposta também em um bem dizer o sintoma, lugar a partir do qual o sujeito possa construir sua própria ficção (Pacheco, 2012) e elaborar seu próprio romance para suportar a insustentável leveza de ser o que se é, do que se foi “forçado” a escolher ser, pela perspectiva do *ve/* de exclusão lacaniano, com os significantes que lhes são peculiares. Nisso, está também implicada a impotência diante do gozo e da verdade do sujeito, posto que esta é “não-toda”, tendo a ficção como forma possível de acessar o saber.

Em uma sessão, E. começou a escrever palavras no papel, rabiscava entre letras soltas e letras que formavam palavras. O modo de E. se tornar intérprete remete ao modo como ela vai conseguindo articular sua questão diante do real. Apesar de ser um nome fictício, como mencionado anteriormente por questões éticas, a letra que porta seu nome pertence ao seu nome de fato, tendo sido adaptada para a citação neste texto. Seu nome porta a letra de gozo que se repete e “não para” e isso a angustiava ao passo em que se depara com seu próprio nome escrito. Este se torna, então, um significante preci(o)so, pois reverberou, para ela, a possibilidade de falar sobre a angústia de “não ter limites”, dentre outros vários “nãos” que dizem respeito a um único “não”, o não primordial ao Outro, este que ela, com seu grito, queria *esquecer* e tornar-se surda ao seu chamado para poder chamar... chamar-se... de E..

Para a psicanálise, a lei simbólica é viabilizada pela incursão do Nome-do-Pai. Ele tem a função de lei, não a lei imposta no campo do direito, mas a lei do desejo, esta que é transmitida pelo que a família opera no campo subjetivo. Ele é instaurado nesse lugar pelo Outro que faz a função materna e opera barrando-lhe o gozo em relação à criança. Ela passa de “um Outro absoluto para um Outro barrado, indicativo da castração materna, proporcionando à criança sua inscrição na ordem simbólica, e transformando aquele que faz a

função paterna, podendo ser o pai (biológico ou não) num significante”. (Almeida, 2007, p. 110). Assim, como lembramos, um pai é tudo o que barra, que funciona como limite, como lei.

Nesse sentido, tudo implica que não é a figura do pai, genitor, masculino a quem está unicamente destinada essa função, pode ser ela designada a uma mãe, tio, tia, irmã, avô, o trabalho e até, mesmo, por que não? O sintoma. Tudo que exerça a função de barra, de limite ao gozo – essa mistura de prazer e desprazer advindo de uma relação que faz sintoma (Gerbase, 2008). O pai remete a um Nome que seja “o vetor de uma encarnação da Lei no desejo” (Lacan, 1969/ 2003, p. 369).

O que E. faz quando vem “conversar” (o significante que ela mesma utiliza) é versar sua própria letra, imprimir sua marca, editar, escrever seu próprio romance mediante a transmissão da lei do desejo que se desenrola na família. A operação constitutiva que marca E. é o que é transmissível, mas “não-todo”, visto que ela própria se propõe a perder algo para poder falar, cessam-se os gritos, a salivação excessiva, a voz fina e balbuciosa para emergir uma fala que vem contar história.

A ideia, neste trabalho, é de que a marca de um desejo não anônimo se inscreva como DNA no sentido de que demarca uma linhagem simbólica em uma clara contraposição à sigla DNA (ácido desoxirribonucleico), advinda da perspectiva biológica genética. Neste ponto, ratificamos, como Hamad (2002), o significante que remete à criança “adotiva” e não “adotada”, como um processo essencialmente simbólico pelo qual passa o sujeito no processo de filiação. Corroboramos, desse modo, com a posição do não determinismo biológico pela inscrição do DNA, enquanto desejo não anônimo, como transmissão da castração.

Essa transmissão de que tratamos em nada tem a ver com o que é transmitido pela vida no sentido biológico, mas com o que remete à constituição subjetiva, do que torna um indivíduo, sujeito. Referendamos, com Lacan, que se trata da transmissão do mal-entendido, que somente será e poderá ser mal entendido por um sujeito, posto que faz sintoma. Esse DNA que E. vem questionar versa sobre saber o seu lugar no desejo do Outro e que, me arrisco a apontar, está ligado ao *ve/* de exclusão lacaniano que requer a

funcionalidade da operação de alienação e de separação para se instaurar, onde se forma um sintoma que irá se constituir como letra de gozo para o sujeito. É a partir da família que se transmite a lei do desejo, é a partir dela que se transmite um DNA, um desejo que não seja anônimo.

O que propus pensar, a partir do caso E., é que a metáfora paterna inscrita sob a fórmula:

Ilustração 10: Fórmula da Metáfora Paterna

$$\frac{\text{Nome-do-Pai}}{\text{Desejo da Mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo da Mãe}}{\text{Significado do sujeito}} \rightarrow \text{Nome-do-Pai} \left(\frac{A}{\text{Falo}} \right)$$

Fonte: Lacan (1955-1956/1998, p. 563)

pudesse ser representada pela fórmula:

Ilustração 11: Fórmula da Metáfora Paterna (caso E.)

$$\frac{\text{Nome-do-Pai}}{\text{Desejo da Mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo da Mãe}}{\text{Significado do sujeito}} \xrightarrow{\text{DNA}} \text{Nome-do-Pai}^{\text{DNA}'} \left(\frac{A}{\text{Falo}} \right)$$

Fonte: Elaboração própria a partir de Lacan (1955-1956/1998, p. 563)

Nesse esquema, o DNA aparece simbolizando a marca que o sujeito portará mediante a incidência da particularização do desejo do Outro sobre o objeto inicialmente, mas que, no momento da incidência da lei que barra o desejo materno, emerge DNA', onde temos que a interpretação desta transmissão só poderá ocorrer mediante a constituição de um sujeito que irá resultar como um leitor-fruto da marca inicial, do mal-entendido, que faz marca de gozo, e isso tanto para a clínica com crianças quanto para a clínica com adultos remete a como o sujeito se localiza, ou melhor, como seu sintoma indica o lugar do desejo inconsciente.

A clínica psicanalítica com crianças nos ensina quão infantil também o é a clínica com adultos, pois como nos assinala Cirino (2001), o intuito da

psicanálise não é, e nunca foi, constituir-se em uma teoria sobre a infância, mas sobre o inconsciente e o gozo. Este inconsciente que, como Lacan nos assinala, é estruturado como uma linguagem. Bittencourt (2007) compreende, por sua vez, que, se a linguagem se constitui anterior ao sujeito, então, a fala, o tomar a palavra em questão se caracteriza enquanto endereçamento ao Outro, o que ela aponta como condição necessária para uma psicanálise com crianças. Magalhães (2013) ainda nos faz uma ressalva em relação a essa expressão “psicanálise com crianças” e assevera que a relação entre a psicanálise e a criança não pode ser prepositiva: *de, com, para* crianças, mas que deve ser lógica, de ordem da conjunção: “psicanálise e criança”.

Assim, corroboramos com a sustentação da tese lacaniana da criança generalizada, a tese da criança no adulto, de que não existe adulto. O sujeito do inconsciente é este que não se desenvolve, não amadurece e, portanto, prescinde de uma idade cronológica para acontecer e para direcionar o tratamento dado ao sintoma.

E., em uma das últimas sessões revelou que iria para outra cidade, justamente a cidade em que, no início de seu tratamento, foi referenciada por sua mãe para onde ela iria se mudar para trabalhar, e na ocasião, deixaria E. morando definitivamente com a avó. A fantasia que ela constrói a partir dessa viagem é de que lá ela encontraria vários pais e várias mães, e aponta que seu pai não deveria saber da viagem, porque senão ele não permitiria sua ida. E. não viajou, melhorou na escola, dizia que adorava desenhar.

O sintoma que podemos circunscrever na instauração do limite de gozo para E. direciona para a ordem de transmissão do desejo, na significação da operação de alienação e posterior tentativa de separar-se, ou de, pelo menos, encontrar algo do que se separar.

Referências

- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC. (Trabalho original publicado em 1973).
- Berlinck, M. T. (1998). O que é Psicopatologia Fundamental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo: Escuta, ano I, n. 1, mar/98, 46-59.
- Bernard, D.; Tanguy, C.; Ottavil, L.; Camas, M. (2014). A marca do desejo parental. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Versão On-line ISSN 1809-5267. Vol.66 no.3. Rio de Janeiro.
- Bittencourt, M. V. (2007). A criança: marca de que interesse? In *Revista Stylus*, novembro, (15), 101-110.
- Borsoi, P. (2015). Inconsciente e mal-entendido. O mal-entendido do corpo. *Jornadas Clínicas da Revista Brasileira de Psicanálise*. Recuperado em 12 de março de 2015, de <https://omalentendidodocorpo.wordpress.com/2015/10/13/inconsciente-e-mal-entendido/>.
- Brasil. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069. Brasília: *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (2009). Presidência da República. Casa Civil. (2009). *Lei nº 12.010*. Recuperado em: 10 de outubro de 2009, de http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm.
- Ceccarelli, P. R. (2007). Novas configurações familiares: mitos e verdades. In: *Jornal de Psicanálise*. Instituto de Psicanálise – SBPSP. Volume 40 – jun – n (72).
- Cirino, O. (2007). *A família*. Belo Horizonte: Apostila do Campo Lacaniano.
- Costa, N.R.A. e Rossetti-Ferreira, M.C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20 (3). 425-434.

- Drummond, C. (2007). A criança objetalizada. In *Almanaque On-line*. Revista Eletrônica do Instituto de Psicanálise de Minas Gerais. nº 01, ano 01, julho a dezembro. pp. 01-06.
- Fernandes, A. H. (2003). Psicanálise e educação: interfaces e limites. In C. Mata; C. A. Villas Boas; J. Salles & E. Vasconcelos (Orgs.). *Coletânea do Serviço de Psicologia Professor João Ignácio de Mendonça*. Salvador: EDUFBA.
- Fernandes, A. H. (2004). Trauma e Estrutura Familiar. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, setembro, 4 (2), 313-328.
- Fernandes, L. R. (2000). *O olhar do engano, autismo e o Outro primordial*. São Paulo: Escuta.
- Figueiredo, A. C. (2004). A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. 7 (1), 75-86.
- Freud, S. (1996). Projeto para uma psicologia científica. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (vol. 1). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895).
- Freud, S. (1996). A Interpretação dos sonhos. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (vol. 4). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (vol. 7). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (1996). O ego e o id. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (vol. 19). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (1996). Escritores criativos e devaneio. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (vol. 9). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1907-1908).

- Freud, S. (1996). Romances familiares. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (vol. 9). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1908-1909).
- Freud, S. (1996). Cinco lições de Psicanálise, Leonardo da Vinci e Outros trabalhos. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (vol. 11). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1910).
- Freud, S. (1996). A dinâmica da transferência. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (vol. 12). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1912).
- Freud, S. (1996). Sobre o início do tratamento. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (vol. 12). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913).
- Freud, S. (1996). Sobre o narcisismo: uma introdução. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (vol. 14). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (1996). Conferências introdutórias sobre Psicanálise. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (vol. 15). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915-1916).
- Freud, S. (1996). Sobre o ensino da psicanálise nas universidades. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (vol. 17). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1918-1919).
- Freud, S. (1996). Moisés e o monoteísmo. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1934-1939).
- Gallano, C. (2007). Família e Inconsciente. *Stylus: Revista de Psicanálise*, n.15, p. 11-24, novembro, Rio de Janeiro: Associação dos Fóruns do Campo Lacaniano. Recuperado em 13 de setembro de 2014, de https://issuu.com/epfclbrasil/docs/stylus_15/10.

- Gerbase, J. (2004). Complexo de Édipo: paradigma da psicanálise. In *Cogito*. vol. 06. Salvador: Escola de Psicanálise do Fórum do Campo Lacaniano.
- Gerbase, J. (2008). *Os paradigmas da psicanálise*. Salvador: Associação Científica Campo Psicanalítica.
- Gerbase, J. (2010). O poder do grande Outro. *Cogito*. nº 11. pp.26-28. Salvador.
- Hamad, N. (2002). *A criança adotiva e suas famílias*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Hinshelwood, R. D. (2001). Transferência e contratransferência. In: *Burgoyne e Sullivan* (org.).
- Houaiss, A. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Jorge, M. A. C. (2010). *Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan: a clínica da fantasia*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Julien, P. (2000). *Abandonarás teu pai e tua mãe*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Kaufmann, P. (Comp.). (1996). *Dicionário enciclopédico de psicanálise, o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, J. (1960). Diretrizes para um Congresso sobre a sexualidade feminina.
- Lacan, J. (1975). *O Seminário, livro 22: RSI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1974-1975).
- Lacan, J. (1980). "Le malentendu". O mal-entendido no corpo. Lição de 10 de junho de 1980 do seminário *Dissolução, Ornicar?* N° 22/23.
- Lacan, J. (1985). *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1964).

- Lacan, J. (1986). *O Seminário, livro 1. Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1953).
- Lacan, J. (1991). *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1959-1960).
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1969-1970).
- Lacan, J. (1994). *O Seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-58).
- Lacan, J. (1998). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1955-1956).
- Lacan, J. (1998). O estágio do espelho como formador da função do Eu. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1949).
- Lacan, J. (1998). Juventude de Gide ou a letra e o desejo. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1958).
- Lacan, J. (1998). Observação sobre o informe de Daniel Lagache. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, J. (2003). *Os Complexos Familiares na Formação do Indivíduo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1938).
- Lacan, J. (2003). Nota sobre a criança. In *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1969).
- Lacan, J. (2003). O engano do sujeito suposto saber. In *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1967).
- Lacan, J. (2003). *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1964).

- Lacan, J. (2005) Introdução aos Nomes-do-Pai. In: *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 1963).
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1964).
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1956-1957).
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, Livro 16: De um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1968-1969).
- Lacan, J. (2009). *O Seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1970-1971).
- Lèfort, R. e R. (1992). De lalangue a l'Autrè ou de la jouissance préalable du Un du S_1 au S_2 de l'Autre. In: *L'Autre du bébé*. Séries de la Découverte Freudienne – Presses Universitaire du Mirail, p 05-10. Traduzido por Sônia Magalhães. Campo Psicanalítico de Salvador.
- Magalhães, S. C. (2005). Todos adotivos. In A. Teixeira (Org.), *Especificidades da ética da psicanálise*. Salvador: Associação Científica Campo Psicanalítico.
- Magalhães, S. C. (2013). *A criança em nós*. Salvador: Associação Científica Campo Psicanalítico: Ágalma.
- Miller, J-A. (1996). A criança entre a mulher e a mãe. In *Opção Lacaniana*. 21, 7-12.
- Miller, J-A. (1984). Uma leitura crítica dos “Complexos familiares” de Jacques Lacan. In *Opção Lacaniana* OnLine 1984. Disponível em <http://www.opcaolacanianana.com.br/artigos/n2/pdf/artigos/jamleitura.pdf>
- Mussen, P.H.;Conger; J.J. e Kagan, J. (1979). *Desenvolvimento e personalidade da criança*. São Paulo, Ed. Harper & Row do Brasil Ltda, 4ª ed.

- Nogueira, L. C. (2004). A Pesquisa em Psicanálise. *Psicologia USP*. 15 (1/2) pp. 83-106.
- Nominé, B. (2001). Prefácio. In: Cirino, O. *Psicanálise e psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou estrutura*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Oliveira, S. V. (2010). *Devolução de crianças, uma configuração: entre a fantasia da adoção e a vinculação fraturada*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.
- Pacheco, A.L.P. (2012). *Da fantasia de infância ao infantil na fantasia: a direção do tratamento na psicanálise com crianças*. São Paulo: Annablume.
- Pereira, F. (2014). Desmedida do amor. In: E. Foghel (org). *Coletânea Amor, Desejo e Gozo*. Associação Campo Psicanalítico. (257-267).
- Persicano, M. L. S. (2001). Construções em análise na transferência. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, IV, 2, 53-66.
- Pinheiro, M. da S. (2010). Aspectos Bio-psico-sociais da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.cedeca.org.br/conteudo/noticia/arquivo/3883a852-e760-fc9f-57158b8065d42b0e.pdf> CEDECA
- Postman, N. (1982). *O desaparecimento da infância*. Trad. Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia.
- Quinet, A. (2000). *Teoria e clínica da psicose*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1951).
- Ramos, G. A. (2008). *Histeria e psicanálise depois de Freud*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Roudinesco, E. e Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed.

- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Sauret, M.-J. (1998). O infantil e a estrutura. *Conferências em São Paulo, 1997*. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Sauret, M.-J. (2003). A Pesquisa Clínica em Psicanálise. *Psicologia USP*. 14 (3), 2-12.
- Soler, C. (1996). *A criança interpretada*. Intervenção pronunciada em 22 de março de 1996, em-Soirées du Groupe Petite Enfance- na E.C.F. Texto estabelecido, em francês, por Olívia Dauverchain e Silvia Mc Closkey.
- Soler, C. (1997). O sujeito e o Outro II. In Feldstein, R.; Fink, B. e Jaanus, M. (orgs.). *Para ler o Seminário 11 de Lacan: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Tradução: Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Soler, C. (2012). *Lacan, o inconsciente reinventado*. Tradução: Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Cia. de Freud.
- Sousa, E.L.A. (2000). A vida entre parênteses. *Cadernos da APPOA*. n. 80, p. 13-23.
- Teperman, D. W. (2012). *Família, parentalidade e época: um “nós” que não existe*. Tese de doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- Vivès, Jean-Michel. *Para introduzir a questão da pulsão invocante*. Inédito. 2005. 11 pp.
- Vorcaro, A. M. R. (2004). *A criança na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Weber, L. N. D. (1999). *Aspectos psicológicos da Adoção*. Curitiba: Juruá.
- Zalberg, M. (2008). *Amor paixão feminina*. Rio de Janeiro: Elsevier.

ANEXOS

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA - EE - UFBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O sintoma da criança na estrutura familiar:
uma abordagem psicanalítica sobre o mal-estar na família

Pesquisador: Shimênia Vieira de Oliveira Cruz

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 51468115.0.0000.5531

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia

Patrocinador Principal: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.374.863

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de tese de doutorado que se propõe a investigar a questão do mal-estar na família e do sintoma da criança na estrutura familiar, trazendo as contribuições que a teoria psicanalítica, mais especificamente, os constructos teóricos preconizados por Freud e Lacan, tem a oferecer para fazer avançar as discussões sobre a constituição subjetiva alicerçada a partir da família. Pesquisa delineada sob o olhar da psicanálise com a utilização do método de estudo de caso. Pretende abordar as contingências implicadas na demanda do sujeito que chega à clínica e que traz consigo os desafios que a família tem apontado em uma de suas tarefas mais árduas que é formar sujeitos e, não apenas, gerar filhos. Abordará o tema da adoção de crianças, a fim de problematizar o lugar que um filho vem a ocupar em uma estrutura familiar específica e de como essa posição pode fazer advir um sujeito, tendo o sintoma da criança e a existência de um desejo não anônimo dirigido a ela como balizadores dessa demanda. Será utilizado o método de construção do caso clínico que se aplica a uma pesquisa em psicanálise, sendo que esta lida com a realidade psíquica, cuja lógica não é objetiva, com tempo, espaço e questões predeterminadas, mas com uma lógica subjetiva, em que o inconsciente possa emergir a partir de uma relação transferencial. O estudo se baseará em dois casos: o primeiro, a título de ilustração e problematização da temática abordada e o segundo, para o aprofundamento do estudo, um caso

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar

Bairro: Canela

CEP: 41.110-060

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3283-7615

Fax: (71)3283-7615

E-mail: cepee.ufba@ufba.br

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA - EE - UFBA



Continuação do Parecer: 1.374.863

clínico selecionado da experiência clínica da pesquisadora e já finalizado.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a função do sintoma da criança na estrutura familiar atrelado ao mal-estar na família, no tocante à constituição subjetiva, conforme os constructos teóricos: desejo, gozo e sintoma, preconizados por Freud e Lacan, articulados com a experiência de adoção.

Objetivo Secundário:

Examinar a noção de família para a psicanálise articulada com a função de constituir sujeitos para além da função de gerar filhos;

Identificar, nos processos de alienação e separação, como se dá a adoção, no campo subjetivo;

Analisar o lugar do desejo não anônimo na constituição subjetiva de uma criança;

Investigar como o sintoma apresentado pela criança pode vir a denunciar algo do mal-estar vivido na estrutura familiar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Em linhas gerais, não há identificação de riscos da pesquisa.

Benefícios:

Segundo a autora a relevância da pesquisa está atrelada à possibilidade de contribuir e avançar no diálogo com outras disciplinas como a área jurídica e social na temática da adoção. A vertente da clínica psicanalítica pode enriquecer o trabalho e o conhecimento dentro deste tema por abordar, fundamentalmente, o lado do sujeito nesse processo e vislumbrar aspectos da constituição subjetiva que estão relacionados com a formação de uma família e, conseqüentemente, com a formação de um sujeito. O período histórico é bastante profícuo para tais incursões, haja vista as inúmeras discussões, modificações na lei que rege a vida social dos indivíduos sobre as novas formas de se constituir família e especialmente como fica estabelecida a condição da criança, ou do filho nessas novas configurações familiares.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um estudo de caso que utilizará dois casos arquivados. Um deles será trabalhado como ilustração por já ter sido utilizado em uma pesquisa anterior realizada pela autora, e serão analisados com base em recortes muito específicos sobre o tema da adoção e do processo de

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar
Bairro: Canela CEP: 41.110-060
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3283-7615 Fax: (71)3283-7615 E-mail: cepee.ufba@ufba.br

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA - EE - UFBA



Continuação do Parecer: 1.374.863

filiação do sujeito. A autora destaca que serão utilizados apenas recortes de caso clínico, já encerrados. Complementa que os recortes utilizados para o estudo não identificarão as pessoas dos casos selecionados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória foram anexados.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Os aspectos éticos da pesquisa foram respeitados e os termos de apresentação obrigatória foram anexados.

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado APROVA o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_500285.pdf	26/11/2015 02:57:04		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_500285.pdf	26/11/2015 02:55:20		Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_confidencialidade.pdf	26/11/2015 02:54:53	Shimênia Vieira de Oliveira Cruz	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_coleta_arquivos.pdf	26/11/2015 02:54:14	Shimênia Vieira de Oliveira Cruz	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_concessao.pdf	16/11/2015 16:21:10	Shimênia Vieira de Oliveira Cruz	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo_autorizacao_institucional.pdf	16/11/2015 16:19:19	Shimênia Vieira de Oliveira Cruz	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_compromisso_pesquisador.pdf	16/11/2015 16:18:36	Shimênia Vieira de Oliveira Cruz	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracaol.pdf	16/11/2015 16:16:32	Shimênia Vieira de Oliveira Cruz	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracaol.pdf	16/11/2015 16:15:56	Shimênia Vieira de Oliveira Cruz	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	16/11/2015 16:14:40	Shimênia Vieira de Oliveira Cruz	Aceito
Folha de Rosto	Folha_rosto.pdf	16/11/2015	Shimênia Vieira de	Aceito

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar
Bairro: Canela CEP: 41.110-060
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3283-7615 Fax: (71)3283-7615 E-mail: cepee.ufba@ufba.br

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA - EE - UFBA



Continuação do Parecer: 1.374.863

Folha de Rosto	Folha_rosto.pdf	16:11:00	Oliveira Cruz	Aceito
Outros	MODELO_DOS_TERMOS_COMUNS_A TODOS_OS_PROJETOS.doc	23/09/2015 11:39:55	CLEBER JOSÉ SILVA SALES	Aceito
Outros	CHECK_LIST_CEP_EEUFBA.doc	23/09/2015 11:39:36	CLEBER JOSÉ SILVA SALES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 17 de Dezembro de 2015

Assinado por:
CAROLINA DE SOUZA MACHADO
(Coordenador)

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar
Bairro: Canela CEP: 41.110-060
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3283-7615 Fax: (71)3283-7615 E-mail: cepee.ufba@ufba.br